



PARA QUE SE POSSA PROPORCIONAR, debater e se concluir, através do bem querer público e suas instituições por este público representado, o Grupo de Trabalho, formalizado pelo Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, cuja Presidência corrobora para a melhor compreensão dos fatos e das causas dessa ação, apresenta, na mais calorosa e dedicada atenção de um fim que leva a muitas possibilidades à cidade em sua totalidade, respostas ao que inquirido foi, no que se observa que todo tombamento reconhece os valores das vidas (suas angústias, seus medos, seus erros, seus acertos, sua época, seus valores, suas transformações no cotidiano, suas faltas, seu pertencimento e seu valor constituído em local de permanência {e que dialoga com seus membros da sociedade: outros bairros}).

Ensaio fotográfico gentilmente cedido por Ligiane Finardi Meyer.































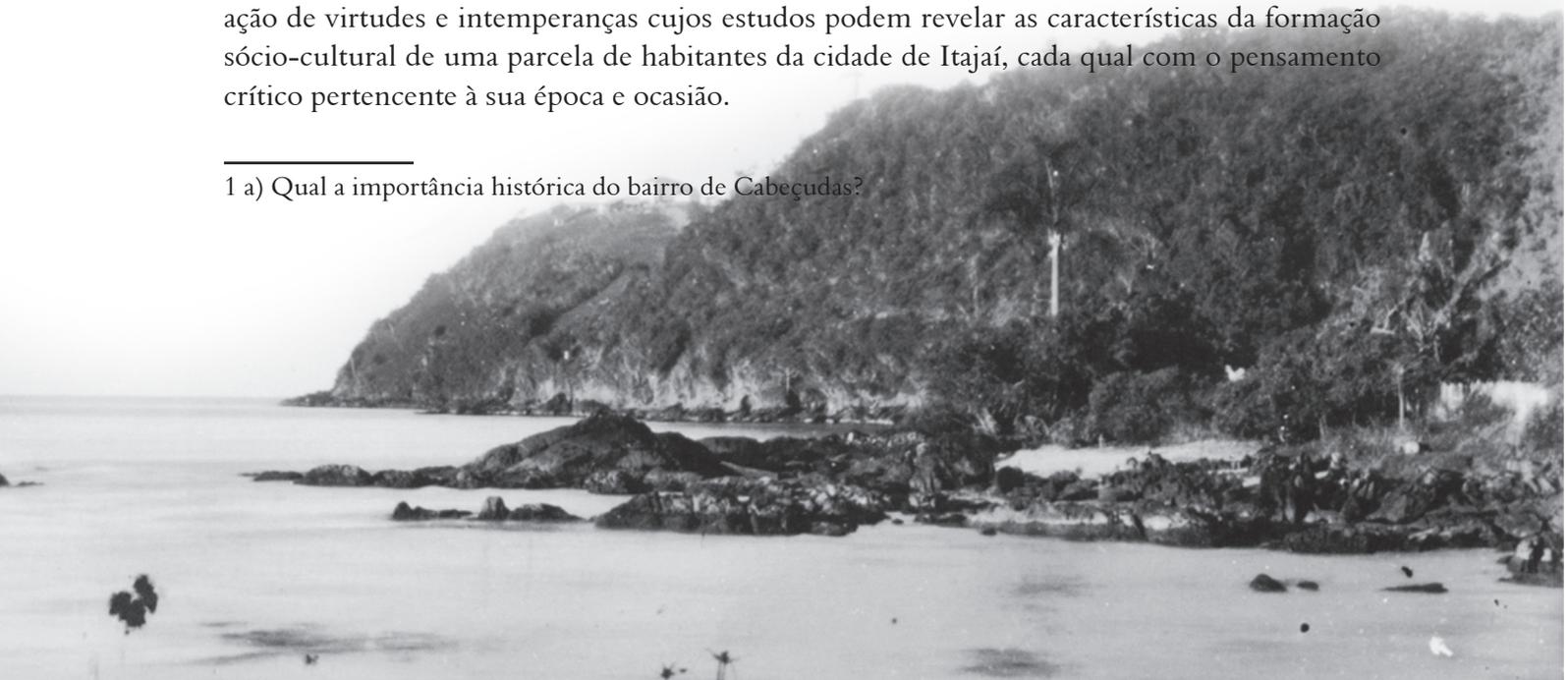
“CABEÇUDA”¹ ERA APENAS UM NOME QUE demarcava uma localização geográfica como enseada segura aos dias tempestivos de além mar. Durante o Século XIX, tornou-se comum ali ancorarem navios por haver se tornado lugar de paragem, mesmo sendo Itajaí uma aldeia de pouco povoamento. Entretanto, lugar importante também de passagem e de acesso à barra, no início do Século XX (1902) é instalado, no Morro próximo à faixa de areia, o Farol. Depois de inaugurado passou a ser local com algum movimento: a necessidade de um faroleiro e sua família que precisavam de víveres; os reparos realizados por técnicos.

No início do Século XX até meados da década de 1960, concentrava a enseada pequeno grupo de pescadores artesanais que viviam dos arremates da pesca e da agricultura de subsistência. Suas cabanas concentravam-se no Sul da praia, onde hoje está instalado o Cabeçudas Iate Clube e era conhecido como “portinho”, justo por ser ponto de chegada e partida das embarcações pesqueiras.

A gênese dessa prática se dá por uma narrativa econômica e cultural que co-existe na transformação social e econômica desse bairro até sua extinção.

Sua reorganização social e urbana, agora como uma enseada voltada ao lazer, ao descanso e à apreciação, foi estabelecida por projetos audazes: pelo viés político (como a intenção de se estender a linha férrea da cidade ao bairro e o melhoramento e criação dos molhes, ocasionando na abertura da estrada de Cabeçudas e utilização das pedras); econômico (por empresários e políticos que adquiriram lotes, por empreendimentos hoteleiros que visavam, primeiro, aos cuidados da saúde e, posteriormente, ao lazer); social (pelo fluxo, no decorrer de sua urbanização, de uma parcela significativamente proeminente das esferas políticas e empresariais) e cultural (tornando a enseada uma das primeiras a terem uma infraestrutura voltada para o lazer de veraneio e tornando-se ícone no Estado de Santa Catarina pela sua beleza e atrativos naturais, com uma expansão imobiliária marcada por elementos diversos da arquitetura – alguns históricos ou de valor arquitetônico; outros nem tanto; por sua devoção religiosa, marcada por fato curioso e determinante para a construção de uma das mais belas capelas do Estado). Sua peculiaridade geográfica foi transformada pela vontade e ação de virtudes e intemperanças cujos estudos podem revelar as características da formação sócio-cultural de uma parcela de habitantes da cidade de Itajaí, cada qual com o pensamento crítico pertencente à sua época e ocasião.

1 a) Qual a importância histórica do bairro de Cabeçudas?





No mais, sua verdadeira importância se dá quando sua comunidade queira e venha a saber do legado de sua história para que seu reconhecimento preserve seu futuro. Frente à realidade atual, seu possível tombamento, estudado e estruturado, permitirá que se valorize elementos significativos do patrimônio cultural – edificado e de cooperativismo urbano local ciente – contribuindo e exemplificando a valorização de sua história, memória e cultura desde que se dê e haja ciência disto.

No hoje, Cabeçudas², assim subjugada na ação humana, possui seu conjunto de imóveis numa forma múltipla de padrões arquitetônicos, formando um conjunto histórico bucólico, o que configura um bairro de características únicas para a cidade, embora a cidade, em sua totalidade, ignore o legado arquitetônico deixado. Sua riqueza está em sua área total: proteção ambiental; diferencial urbano como exemplo de qualidade de vida; valor histórico/cultural para a humanidade e não apenas para a exploração dos recursos naturais voltados ao turismo de consumo.

Na bucólica Cabeçudas, no conagraçamento de quem administra seu olhar para ver e entender, além para o lazer da praia e do mar estende-se o Estar em Cabeçudas³: a Igreja de Santa Terezinha⁴; o Hotel Marambaia Cabeçudas (de estilo Modernista, evidenciado pelo uso de pilotis, a fachada livre, as janelas em fita, substituídas por sacadas, utilizando-se abundantemente de vidro para fazer uma relação entre interior e exterior, aproveitando ao máximo a paisagem da praia)⁵; o Farol ao alto do morro e o Carmelo que nos vela em oração: na ladainha que se estende aos céus, somos todos poeira das estrelas, todos passageiros de uma única vida que se permite, como falado anteriormente, às virtudes e intemperanças... e nessa frenética explosão em adquirir, construir, transformar e se estabelecer, na memória que se dissipa permanece os nomes que se identificam: Genésio Miranda Lins; Irineu Bornhausen, Carlos Renaux; Immanuel Currlim e Oswaldo Leal⁶).

Mesmo com as alterações e substituições sofridas no bairro⁷, ele ainda guarda sua estrutura original, o que é muito significativo: assim como mantém importantes elementos físicos que testemunharam sua ocupação e materializaram sua história, a escala atual de seus edifícios, o bucolismo de sua estruturação (como poderemos observar na confusão histórica de sua gênese e desenvolvimento), a sua natureza moldurada na Mata Atlântica com árvores como Garapuvus, compõem uma harmonização ímpar no Estado dessa Federação. Preocupante é a crescente especulação imobiliária e conseqüente substituição de antigas edificações: com a padronização

2 b) O conjunto de imóveis forma um padrão arquitetônico ou histórico?

3 c) quais são os imóveis com valor histórico e quais os estilos e épocas destes?

4 f) Tombada municipalmente pelo Decreto 8417, de 08 de novembro de 2007. Padrão arquitetônico eclético.

5 e) Padrão arquitetônico.

6 d) quais são as personalidades históricas reconhecidas do bairro?

7 g) quais os perigos da instalação progressiva de conjuntos prediais no bairro? Isso afeta suas características e valor histórico?

de valores nas alturas (edificações concretas) e a desuniformização da paisagem, fazem o bairro sofrer a ameaça de perder sua identidade e singularidade. Merecem atenção as substituições e ou edificações novas que vem ocorrendo no bairro nos últimos anos – com projetos aprovados – que destoam em volume, gabarito e escala de todo o restante do local. Além disso, esse aumento de densidade demográfica gera outros problemas: infra-estrutura ineficiente para atendimento total, assim como gravíssimo problema de trânsito (o que resultaria, para uma ambulância, uma ineficácia de atendimento a um socorrido por infarto ou quase-afogamento).

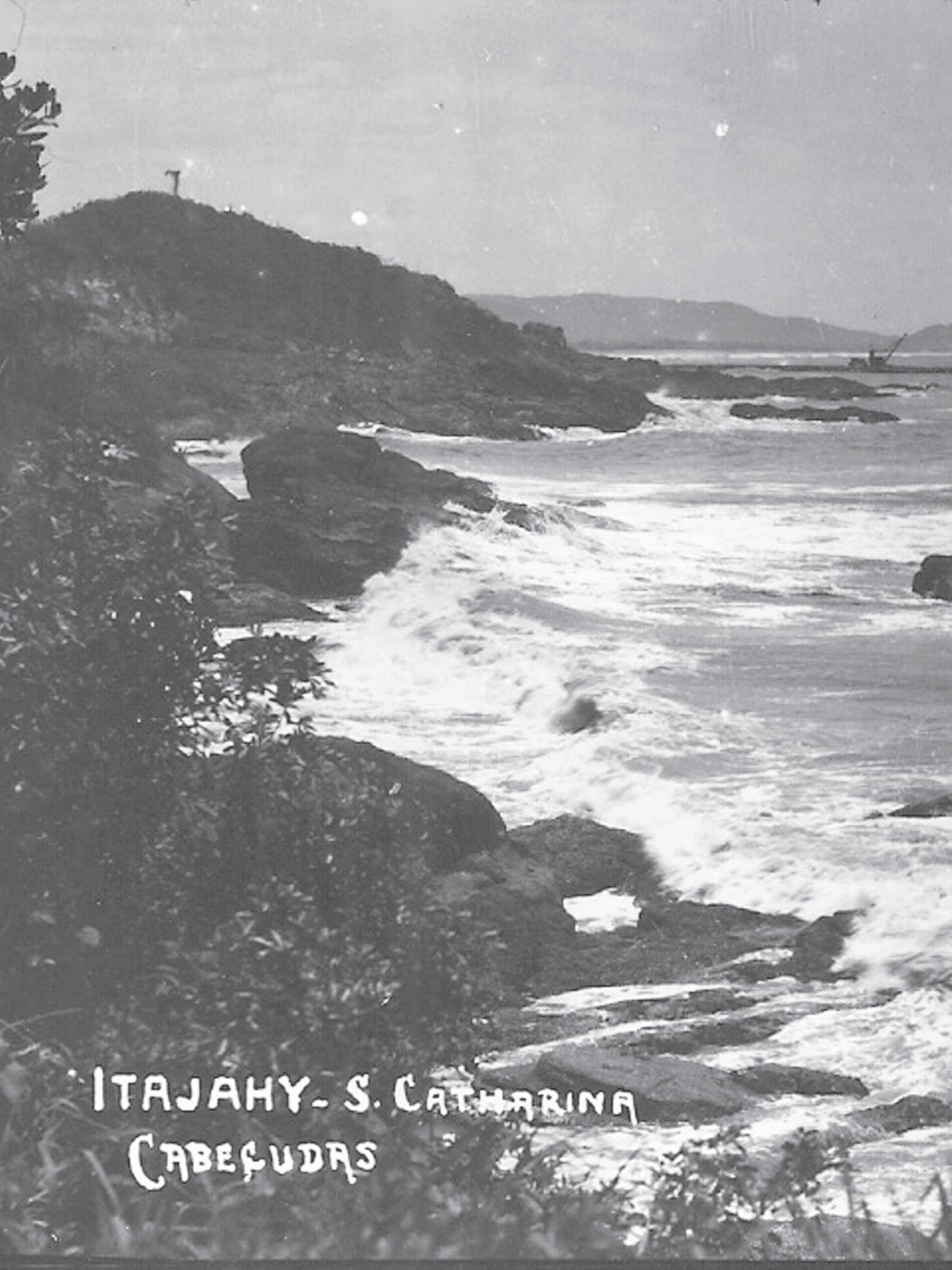
A especulação imobiliária e conseqüente substituição das antigas edificações ordenariam que o bairro perdesse sua identidade, carisma e conagraçamento com a cidade, tornando-o residencial quase que particular⁸.

Necessário se faz conhecer sua parcela de contribuição na formação desta cidade de Itajaí (os fatos estão isolados e não representam suas conseqüências no cotidiano; é como que, sem o ser, um calendário):

- 1816 - Na publicação de “Memória política sobre a capitania de Santa Catharina” escrita por Paulo Joze Miguel de Brito, há menção a esta ponta cabeçuda: “O porto de Tajahi he pequeno e pouco frequentado por não haver ali povoação, mas he seguro e abrigado, e pode vir a ser de transcendente utilidade como ao diante direi: a sua entrada he entre o pontal do norte e a ponta cabeçuda do lado do sul, com 6 a 7 braças de fundo (...)” (BRITO, 1816, p.35).
- 1862 - uma embarcação trazendo colonos que desembarcariam em Itajahy foi forçada pelo mau tempo a permanecer ancorada por três dias naquela enseada (O MERCANTIL, 1862).
- 1867 - Um mapa das colônias alemãs em Santa Catarina do ano de 1867 identificou a enseada com uma ancora, portanto local de paragem, e com o nome “Cabeçudos” (KREPLIN, 1867).
- 1887 - Inauguração do Hospital Santa Beatriz, o qual dava assistência a Itajaí e toda a redondeza. O Hospital funcionou até 1956, quando da inauguração do Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen. Fechado por seis anos, passou por reformas e, em 1962, começou a funcionar como sanatório, até 1979.

8g) Quais os perigos da instalação progressiva de conjuntos prediais no bairro? Isso afeta suas características e valor histórico?



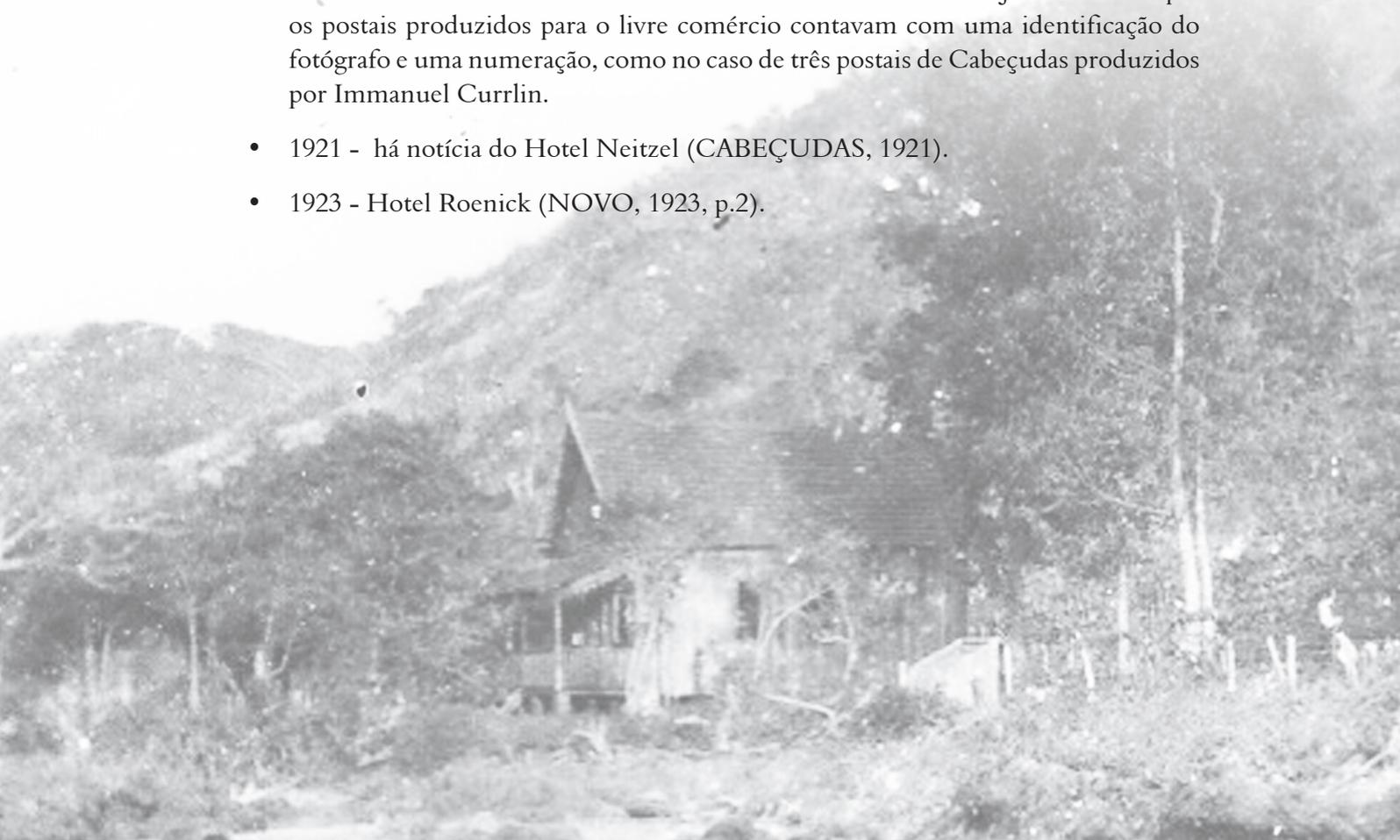


ITAIAHY - S. CATARINA
CABEÇUDAS

- 1902 - Inauguração do Farol de Cabeçudas, localizado na ponta do mesmo nome e destinado a orientar a navegação marítima.
- 1902 - Os planos de Lauro Müller para Itajaí eram ousados, o Ministro da Viação desejava que a estrada de ferro Santa Catharina ligasse a Itajaí à Argentina, assim o porto itajaiense seria o escoadouro das mercadorias do país vizinho e de boa parte da produção catarinense (BRANDÃO, 1981, p.41). O projeto incluía obras da estrada de ferro e ampliação do porto de Itajaí que foi idealizado em Cabeçudas. João Pery Brandão contou esta situação em suas memórias: A Itajaí se prognosticava um grande futuro, que era sua ligação por estrada de ferro ao Peperiguassu, fronteira com a República Argentina, cortando todo o estado de Santa Catarina de leste a oeste. Teria como porto escoadouro a nossa cidade, ou melhor, estudavase fazê-lo em Cabeçudas, em pleno oceano, a fim de aceitar a demanda dos navios de grandes calados. Pretendiam utilizar o remanso junto ao morro do Farol, na altura do atual Iate Clube, com a construção de um molhe em direção à Pedra Santa Tereza, para proteção das embarcações ancoradas. (BRANDÃO, 1981, p.41)
- 1905 - Entre os primeiros banhistas e veranistas desta estação o nome que se destaca é do Cônsul Carlos Renaux. A primeira nota no jornal encontrada que se refere a banhistas em Cabeçudas é sobre este empresário de Brusque que fundou a fábrica de tecidos Renaux em 1892 e tornou-se Cônsul do Brasil em Baden-Baden na Alemanha (JORNAL, 1953). A notícia de fevereiro de “Acha-se a banhos com sua exma. Família na praia de Cabeçudas o Sr. Carlos Renaux, conhecido industrial da vizinha Villa de Brusque” (NOTÍCIAS, 1905).
- 1905 - o primeiro registro de uma família em banhos de mar em Cabeçudas (NOTÍCIAS, 1905, p.2).
- 1907 - Dois fatos curiosos ocorridos durante as obras para a construção da contenção de pedra do Saco da Fazenda são a descoberta de uma caverna, ao pé do morro, com uma das entradas pela praia, em cujo interior havia uma formação rochosa que se assemelhava a um oratório (JORNAL O DIA, 1907). O local atraiu muitos visitantes. O segundo fato refere-se a um ponto turístico presente até hoje na cidade, o Bico do Papagaio ou Pedra do Bico como chamou Gustavo Konder ao identificá-la como uma pitoresca lembrança do trabalho das pedreiras (KONDER, 1971, p.108).
- 1910 - Na década de 1910 a praia de Cabeçudas não passava de um pequeno povoado de pescadores, com poucos veranistas aos finais de semana no verão. Já havia em 1912 o modesto Hotel Herbst e logo em seguida sabe-se da presença do próprio Currilin e de seu cunhado, Olímpio Mirando Junior, com casas de veraneio naquela localidade (CURRLIN, 1988).
- 1911 - A presença de banhistas e a abertura da estrada de acesso tornaram viável a instalação do Hotel Herbst em Cabeçudas. Paul Herbst e sua esposa Maria Herbst

(da família Ritter ou Richter) proprietários deste hotel possuíam anteriormente um bar e restaurante em Blumenau de nome “Zum Lustigen Zacken” (KONDER, 1971, p.109).

- 1911 - o jornal “O Dia” anunciou: “Brevemente teremos estrada franca para a Praia das Cabeçadas, estação de banhos de mar, esse melhoramento é devido as obras da barra e porto de Itajahy” (REVISTA, 1911).
- 1912 - O governo estadual enviou verba para manutenção da estrada de acesso que liga Itajaí a Cabeçadas sendo que a estrada havia sido aberta no ano anterior (AO THESOURO, 1912). O governador Vidal Ramos visitou Cabeçadas em 1913 com uma comitiva da qual um dos integrantes era um dos responsáveis pela estrada de ferro, Telasco Vereza (VIAGEM, 1913). No ano de 1917 o renomado engenheiro Paulo de Frontin viu plantas do porto e do abastecimento de água em Itajaí, antes de partir para Blumenau visitou Cabeçadas (O DR. FRONTIN, 1917).
- 1914 - Juventino Linhares, jornalista de Itajaí nascido no final do século XIX contou em crônica sobre Itajaí que após a Primeira Guerra Mundial, em 1914, o primeiro navio alemão a chegar nesta cidade ancorou em Cabeçadas e trazia consigo “uma grande leva de imigrantes” (LINHARES, 1997, p.284).
- 1915 e 1917 - Os primeiros postais de Cabeçadas comercializados datam de 1915 e 1917. Havia outros postais anteriores, mas que se referiam a famílias específicas, como os produzidos para os Herbst que os enviavam para amigos e familiares de Blumenau. Estes não eram vendidos nas casas comerciais de Itajaí. Notou-se que os postais produzidos para o livre comércio contavam com uma identificação do fotógrafo e uma numeração, como no caso de três postais de Cabeçadas produzidos por Immanuel Currlin.
- 1921 - há notícia do Hotel Neitzel (CABEÇUDAS, 1921).
- 1923 - Hotel Roenick (NOVO, 1923, p.2).



- 1924 - Em uma reunião do conselho municipal de Itajaí foi mencionada a necessidade de fazer um levantamento com uma planta cadastral de Cabeçudas e prolongar os serviços de iluminação pública que se faziam no centro até aquela praia (LUZ, 1924, p.1). Foi Irineu Bornhausen que levou adiante as discussões sobre este tema que parecia que ficaria esquecido, porém em 1925 o conselho permitiu que o superintendente municipal adquirisse um empréstimo para iluminação de Cabeçudas (CONSTRUCTORA, 1925, p.4). Além das obras de iluminação elétrica e alargamento da rua principal outro melhoramento realizado foi a plantação de amendoeiras ao longo de toda orla da praia (KONDER, 1971, p.109). Estas árvores atualmente são de grande valia para a praia de Cabeçudas pois permitem uma generosa sombra durante os dias de sol forte tanto para os que caminham na calçada como para aqueles que estão na areia.
- 1926 - o Restaurante Miramar (RESTAURANTE, 1926, p.1).
- 1928 - luxuoso Hotel Cabeçudas (A CONSTRUCTORA, 1928). Para acompanhar este desenvolvimento, a prefeitura, através do superintendente Marcos Konder, que governou a cidade por 15 anos seguidos (D'ÁVILA, 1982, p.84), realizou diversas obras e regras para dotar Cabeçudas de boas condições ao turismo de veraneio.
- 1929 - Um dos primeiros grandes banquetes oferecidos no “Hotel Cabeçudas” foi para o dr. Victor Konder em janeiro desse ano. Então Ministro da Viação e Obras Públicas no governo do presidente Washington Luiz, nesta ocasião o sr. Zwoelfer confeccionou um livreto informativo para os convidados no qual estavam descritas a sequência das músicas a serem tocadas, o menu e os vinhos oferecidos 12. Seu livreto se assemelha ao produzido no hotel de Margate em que passou, mostrando assim o quanto todos os seus anos de experiência lhe garantiram sucesso em



Cabeçudas. Os honrosos banquetes denunciavam a fama que este hotel ganhava por todo estado, além de Victor Konder, no ano de 1929 também foi recebido o sr. Pedro Cunha, Diretor do Tesouro (BANQUETE, 1929, p.2). Por lá também passaram Gilberto Freyre e José Lins do Rego (HOSPEDES, 1940); o General Leitão de Carvalho (GAL. LEITÃO, 1941); Aderbal Ramos da Silva ([ADERBAL], 1941); Plínio Cantanhede, Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (HOMENAGEADO, 1942); Capitão Carlos Gomes de Alcantara (JANTAR, 1943), Nereu Ramos por diversas vezes (ALMOÇO, 1942). Em 1935 Marcos Konder, ex-prefeito de Itajaí e deputado, passou a morar no hotel (KONDER, 1956) (figura 46).

- 1930 - Cabeçudas já havia conquistado fama no estado e foi ocupado em sua maior parte pelas famílias alemãs do Vale do Itajaí, os postais de Currlin se modificaram. Não era mais necessário criar um cenário propagandístico do que poderia vir a ser Cabeçudas, naquele momento já se poderia exaltar o que o balneário havia se tornado: um núcleo burguês de lazer e negociações, onde as arquiteturas procuravam expressar o que havia de melhor nos projetos daquele período. A moda dos bangalôs, como arquitetura representativa da praia, foi amplamente utilizada, inclusive, a prefeitura concedia um benefício em relação à altura do muro na frente a estas edificações: o muro poderia ter altura menor que o das demais tipologias, e na rua principal de Cabeçudas (hoje chamada Juvêncio Tavares do Amaral) em determinado período foi proibida a construção de sobrados (RESOLUÇÃO, 1934, p.3).
- 1935 – Inauguração da Capela de Santa Terezinha.

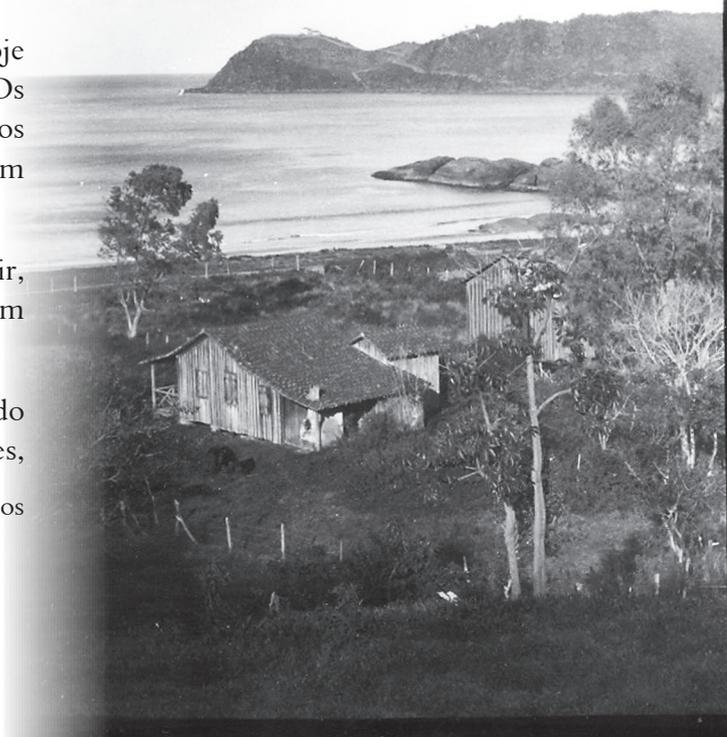


- 1939 - os terrenos de Paul Herbst passaram a pertencer à Irineu Bornhausen, Hermann Lüders e Bonifácio Schmitt. Sobre os novos proprietários sabe-se que em 1940 Irineu Bornhausen e Bonifácio Schmitt eram os maiores acionistas do Banco Inco.
- 1940 (década) - Período em que Francisco de Almeida foi prefeito de Itajaí e deu atenção especial para Cabeçudas criando para aquela localidade um plano de embelezamento que incluía limpeza da orla, instalação de um passeio à beira da praia com bancos, abertura de ruas, troca dos antigos postes de madeira, e construção de um novo edifício para abrigar a escola. Como as obras de drenagem na década anterior não foram suficientes para o fim da malária, o governo estadual criou naquela praia um Posto de Malária e trouxe um técnico que ficou famoso na cidade por sua excelência em diagnosticar a doença e seu empenho em dizimá-la da região, este técnico era Osvaldo Leal.
- 1940 (década) - Por alguns anos na década de 40 algumas famílias de veranistas ficaram afastadas do lazer de veraneio devido a proibição em Itajaí, durante a Segunda Guerra Mundial, de alemães e seus descendentes se aproximarem do litoral, pois poderiam tentar se comunicar com as forças inimigas. No período de guerra não são solicitadas aprovações de projetos arquitetônicos para aquela praia.
- 1958 - Inauguração do Iate Clube de Cabeçudas, fundado em 1957, por Ourival Cesário Pereira, Carlos Renaux, Eduardo Santos Lins, Wilson Melro, Ingo Renaux e Érico Bückmann.
- 1962 -Inauguração do Hotel Balneário Cabeçudas.
- 1965 – Após uma onda fazer adernar o navio Revesbyrdyke e depois encalhá-lo na boca da barra, foi levado à reboque, três dias depois, para a enseada de Cabeçudas, onde naufragou definitivamente. Levava uma carga de pranchões de madeira que a população itajaiense recolhia na praia.
- 1970 – descoberto um sambaqui onde hoje se encontra o Iate Clube de Cabeçudas. Os esqueletos removidos foram transferidos para Florianópolis e para a Santur, em Balneário Camboriú.

No que se refere imagens, foi possível reunir, de imediato, o que segue junto a este documento em suporte de mídia⁹.

As características arquitetônicas são um modo de se ver e entender a ocupação humana (suas ações,

⁹ I) encaminhe cópia (mídia digital) dos registros históricos e materiais referentes ao bairro que a Fundação possua.



seu poder de se mostrar em ser; seu poder em ocupar espaços outros; seu discernimento através dos anos; sua alteridade, tolerância e intolerância). Cabe aqui uma questão: há interesse dos que co-habitam, co-existem, co-partilham suas vidas entre si no bairro para sua real idealização de futuro aos seus e à cidade¹⁰? Entrementes, é certo que, para se manter as características únicas do bairro, a melhor adequação seria por tombamento por poligonal.

A vontade das Instituições baseia-se nas vontades humanas¹¹. Fundações mantêm seus patrimônios dentro daquilo que a Comunidade ou Grupos Comunitários decidem em parceria com seus Conselhos, onde o cidadão organizado tem sua parcela de contribuição, voz, voto e, juntos, deliberação sobre a causa em questão¹². O Conselho delibera, mas é preciso atender as expectativas tanto do Ministério Público como do cidadão comum-morador do bairro para se chegar a um denominador favorável ao futuro da cidade, neste caso específico.

Fundações têm interesses culturais. No caso, a Fundação Genésio Miranda Lins, com suas três unidades (Museu Histórico de Itajaí, Centro de Documentação e Memória Histórica e Museu Etno-Arqueológico) é mantenedora da memória e da história daquilo que lhe foi incumbido resguardar e compartilhar: não pode ela, por si só, dizer ou ditar o que é ou não histórico de valor cidadão à cidade ou ao Vale do Itajaí. A preservação do patrimônio cultural, histórico, urbanístico e natural da cidade é de interesse público, de toda a sociedade, e não somente da administração pública.

Paulo Rogério Maes Júnior – Superintendente da Fundação Genésio Miranda Lins e Presidente do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico (2018).

Grupo de Trabalho: Angela Luciane Peyerl – Museóloga; Evelise Moraes Ribas – Historiadora; João Leite de Barros – Arquiteto; Luciana Ferreira – Arquiteta; Rogério Marcos Lenzi – Historiador; Rossana Ferrari – Arquiteta.

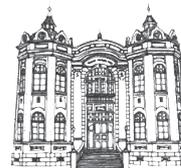
10 J) essas características permitem concluir acerca da necessidade de tombamento do bairro?

11 K) há interesse da Fundação no tombamento dos prédios considerados históricos no bairro?

12 J.1) há interesse da Fundação nesse sentido?



MUNICÍPIO DE
ITAJAÍ



FUNDAÇÃO
GENÉSIO
MIRANDA
LINS

apresentam

AN
A
P
20
OS



MUNICÍPIO DE
ITAJAÍ

Prefeito
Volnei José Morastoni



FUNDAÇÃO
GENÉSIO
MIRANDA
LINS

Vice
Marcelo Sodré

Superintendente da FGML
Paulo Rogério Maes Jr.



Ex-Libris FGML - Anuário de Itajaí

Periódico anual da Fundação Genésio Miranda Lins

Projeto Gráfico, Edição, Capa, Diagramação e Arte-finalização

Rogério Marcos Lenzi

Capa: intervenção sobre fotografia de Ligiane Finardi Meyer

Conselho Editorial do Anuário 2018

Paulo Rogério Maes Jr.

Rosane Rothbarth

Rogério Marcos Lenzi

A636 Anuário de Itajaí 2018 / Fundação Genésio Miranda Lins. –
Itajaí : FGML, 2018.
176 p. : Il.

ISSN 1679 – 3056

1.Itajaí (SC) – História – Periódicos 2. História – Periódicos

CDD: SC I981.642005

CDU: 94(816.4)Itajaí

Ficha catalográfica
Bibliotecária Vera Lúcia de Nóbrega Pecego Estork
CRB 14/321

Sumário

APRESENTAÇÃO	31
PRIMEIRO CÓDIGO DE POSTURAS DA VILA DE ITAJAÍ - 1868 <i>Edison d'Ávila</i>	32
RECORDANDO ALGUMAS HISTÓRIAS DO CONSTRUTOR GUILHERME MÜLLER <i>Carlos Henrique Müller</i>	64
LUIGI MAURIZI - HÁ CINCO, ANOS UM POETA SE TORNOU SEUS LIVROS <i>Saulo Adami</i>	70
GENTE DE NOSSA TERRA: HÁ 150 ANOS RECEBERAM-SE EM MATRIMÔNIO <i>Telmo José Tomio</i>	76
JORNAL O COMMERCIO: UM ILUSTRE (DES)CONHECIDO DE ITAJAÍ (SC) <i>Thayse Fagundes e Braga</i>	82
DE CAETANO AO ROCK IN RIO: ALGUMAS ESTRIPULIAS PARA LEMBRAR CIZINHO <i>Émerson Guislandi</i>	96

AS DIVERSÕES E O LAZER EM ITAJAÍ NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO

Carlos Henrique Müller

..... 102

CONFLITO SOCIAL EM ITAJAÍ - 60 ANOS DA SANGRENTA REVOLTA CONTRA A CARESTIA DA CARNE

Edison d'Ávila

..... 108

SEU VANI, O DONO DA VENDA DE SECOS E MOLHADOS DO ARRAIAL DOS CUNHA

Saulo Adami

..... 122

HISTÓRIA DO CLUBE NÁUTICO ALMIRANTE BARROSO

Fernando Alécio e Gustavo Melim Gomes

..... 130

MARCOS KONDER REIS - UM OLHAR SOBRE OS FRAGMENTOS DE MEMÓRIA DO POETA

Evelise Moraes Ribas

..... 142

A VENDA DE SECOS E MOLHADOS

Márcia Gervásio d'Ávila

..... 152

APRESENTAÇÃO

AUSPICIOSO O “ANUÁRIO DE ITAJAÍ”, edição de 2018, ora lançado, porque ele vem a completar vinte anos de publicação ininterrupta desta que é a sua quarta fase. Jayme Fernandes Vieira e Juventino Linhares, em 1924, deram-lhe início. Marcos Konder e Silveira Júnior, em 1949, quiseram dar continuidade. Laércio Cunha e Silva e Roberto Mello de Farias, em 1959 e 1960, voltaram a editar. Todos, porém, sem ir adiante.

A Fundação Genésio Miranda Lins, mantenedora do Museu Histórico, Museu Etno-Arqueológico e Arquivo Público de Itajaí, em 1998, muito em boa hora tomou a decisão de reeditar o “Anuário de Itajaí”, para registrar e dar vasta circulação a assuntos sobre a vida social, econômica, política, cultural e histórica de Itajaí.

Merecem, pois, os melhores elogios a Fundação Genésio Miranda Lins e a Municipalidade de Itajaí, sua mantenedora, pela garantia desta publicação já por duas décadas; assim como, a equipe de trabalho da Fundação.

Edison d'Ávila
Presidente da Associação dos Amigos do Museu e Arquivo Histórico de Itajaí





CÓDIGO DE POSTURAS DA VILA DE ITAJAÍ - 1868

Edição de Ávila - historiador

INTRODUÇÃO

DOCUMENTO DE SUMA IMPORTÂNCIA HISTÓRICA, porque se trata do primeiro conjunto de normas escritas para regular a vida em comum dos itajaienses no espaço urbano, o Código de Posturas da Vila de Itajaí, na inteireza de seu conteúdo, havia se perdido. Estudiosos e historiadores faziam referências a ele, a partir de documentação da Câmara Municipal existente no Arquivo Público de Itajaí. Contudo, dele faltava o conhecimento do inteiro teor, que se perdera no correr do tempo. Sabia-se que fora provisoriamente aprovado pelos vereadores em 28 de junho de 1866, conheciam-se as disposições de alguns de seus artigos e, todavia, nada a mais era encontrado.

Sucedeu que o autor deste artigo esteve realizando estudos para a escrita da segunda edição de seu livro “Pequena História de Itajaí”, em pesquisa a distância na coleção de jornais da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. No jornal “O Mercantil”, de Desterro (Florianópolis/SC), edição de 14 de maio de 1868, topou com o resumo publicado da sessão de 22 de abril daquele ano, da Assembleia Legislativa Provincial catarinense, que registrava a aprovação do Código de Posturas da Câmara Municipal de Itajaí. O passo seguinte, então, foi ir à coleção de leis existentes no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Ali, por felicidade, encontrou a Lei nº 606, de 30 de abril de 1868, aprovada pelos deputados provinciais e sancionada pelo presidente da província de Santa Catarina, que decretava o Código de Posturas e artigos adicionais, propostos pela Câmara Municipal da Vila de Itajaí. Desconhecia-se que a aprovação provisória pelos vereadores de Itajaí decorreria de também ser obrigatório que os deputados provinciais aprovassem a proposta e a convertessem em lei. Cento e cinquenta anos depois de sua edição e após tantos anos desencontrado, tornava-se de conhecimento público outra vez tão notável documento da história de Itajaí.

Quando da criação do município de Itajaí, a Resolução nº 464, de 4 de abril de 1859, que emancipara a paróquia do Santíssimo Sacramento de Itajaí, deixou estabelecido, no seu artigo 3º, que “o município de Itajaí se regulará pelas atuais posturas de Porto Belo, enquanto a Câmara respectiva não confeccionar as suas”. Foram precisos seis anos, para que a Câmara Municipal de Itajaí, instalada em 15 de junho de 1860, desse conta de aprontar a sua proposta do Código de Posturas e submetesse à aprovação da Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina, como se viu. A legislatura da Câmara de Vereadores que discutiu e aprovou provisoriamente o Código de Posturas era a primeira que tinha na presidência um vereador do partido conservador, o capitão José Henriques Flôres. Depois de duas legislaturas com presidências liberais, nessa (1865/1868) se dava início ao longo período de predomínio dos conservadores na política municipal em Itajaí. O presidente do legislativo era sempre o vereador mais votado, que também exercia o governo do município, já que não existia, durante o Império, a figura do prefeito municipal. Mas o texto do Código de Posturas fora aprovado por uma câmara composta por vereadores conservadores e liberais. A saber-se que, nos tempos do Brasil imperial, quase nada distinguia ideológica e politicamente um liberal de

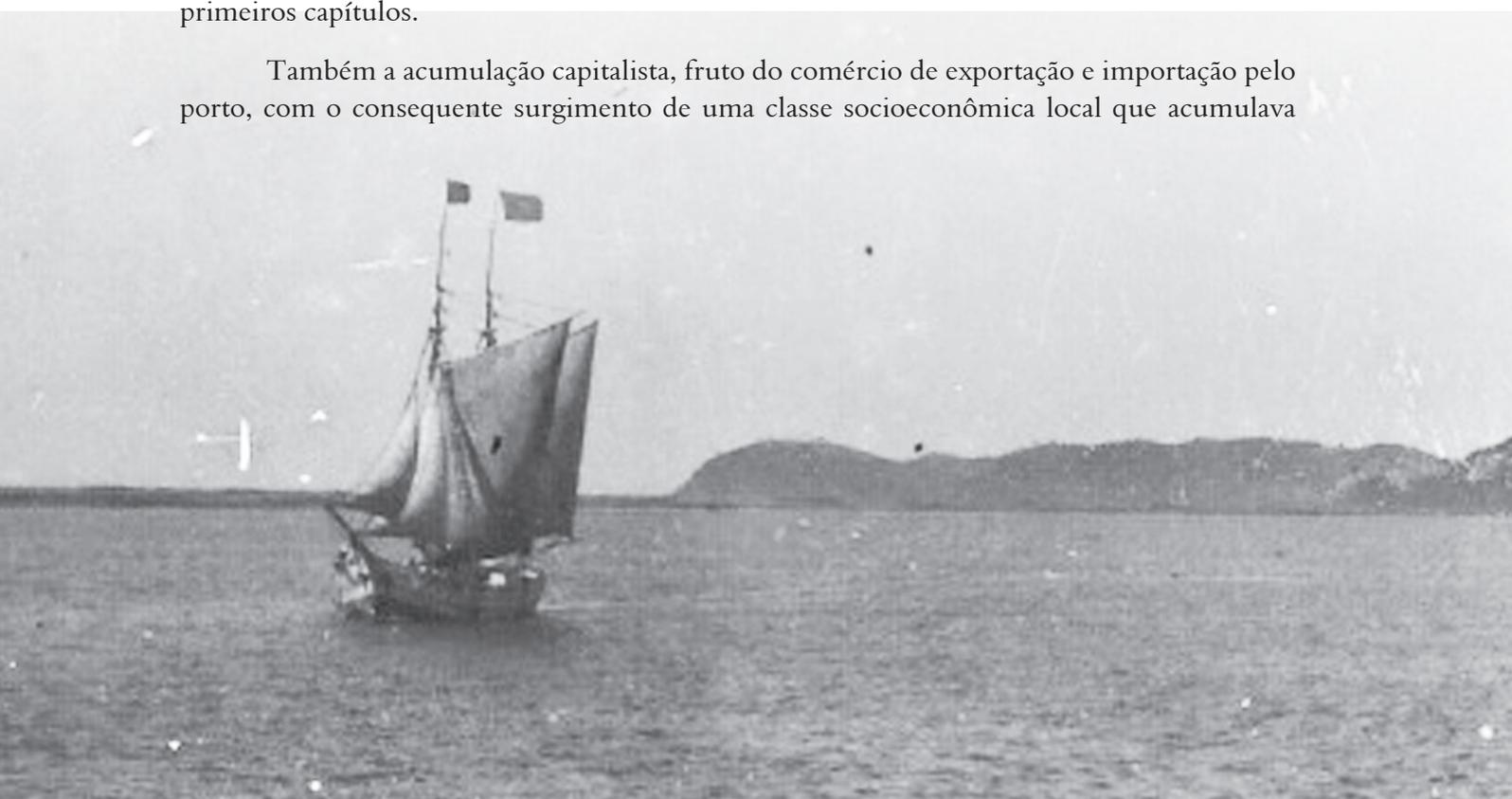
um conservador, sobretudo quando no exercício do poder, é possível inferir que o texto das disposições do Código de Posturas expresse bem o entendimento político e ideológico tanto dos homens públicos conservadores quanto dos liberais de Itajaí.

As posturas municipais reuniam disposições para normatizar o comportamento dos moradores de uma vila ou cidade, portanto, de um aglomerado urbano. Desde normas que diziam respeito a relações entre vizinhos, convivência com escravos, até saúde, segurança, diversões públicas, vias e construções urbanas. Os Códigos de Posturas Municipais se originaram no tempo em que o Brasil era colônia de Portugal. As vilas e cidades brasileiras, embora sob o estrito controle da metrópole portuguesa, tiveram importantes funções de governo. Dentre elas, figurava estabelecer normas de convivência dos moradores locais, de acordo com os padrões éticos, morais e culturais da época. Com o Brasil independente, a primeira Constituição brasileira, de 1824, estabeleceu como competência das Câmaras de Vereadores, como dizia o texto constitucional: “Especialmente o exercício de suas funções municipais, formação de suas posturas, aplicação de suas rendas e todas as suas particulares e úteis atribuições”.

Os Códigos de Posturas Municipais dos períodos colonial e imperial no Brasil, ao organizarem o ambiente urbano, numa visão panóptica de vigiar, controlar e punir, buscavam impedir que a população potencializasse a desordem e pusesse em perigo a sociedade, sua ordem estabelecida e moral pública.

Itajaí, cidade cujo comércio portuário muito se avolumara naquela segunda metade do século XIX, transformava-se num local em que muitas e diferentes pessoas e mercadorias transitavam por ela. Isso fizera crescer a preocupação dos seus governantes com a saúde e higiene pública; uma preocupação burguesa típica da época. As questões higienistas estão muito presentes nesse primeiro Código de Posturas do município, justamente, nos dois primeiros capítulos.

Também a acumulação capitalista, fruto do comércio de exportação e importação pelo porto, com o conseqüente surgimento de uma classe socioeconômica local que acumulava



riquezas, tornou necessário guardar, vigiar e garantir a segurança da propriedade. Daí todo um capítulo desse primeiro Código de Posturas Municipal de Itajaí destinado à “Segurança da Propriedade”. A garantia da propriedade privada sempre fora a pedra de toque das sociedades liberais e capitalistas.

Enfim, a Vila de Itajaí crescia e seu aglomerado urbano necessitava de diretrizes para seu crescimento ordenado, em mobilidade, edificações e expansão urbana, que mereceu o maior capítulo, o de número 10, do Código de Posturas, com trinta e dois artigos.

Os demais capítulos e os artigos adicionais vão tratar de outras relevantes questões ligadas ao bem-estar público, lida com escravos, culto religioso e rendas do município.

Ler e conhecer o primeiro Código de Posturas Municipal da então Vila de Itajaí, escrito e posto a vigir nos primeiros anos de vida do município, é melhor entender a vida comunitária dos itajaienses na segunda metade do século XIX. Do mesmo modo, fica-se mais sabendo como agiam os primeiros governantes do município para “manter a lei e a ordem” que lhes era conveniente na urbe que se desenvolvia.

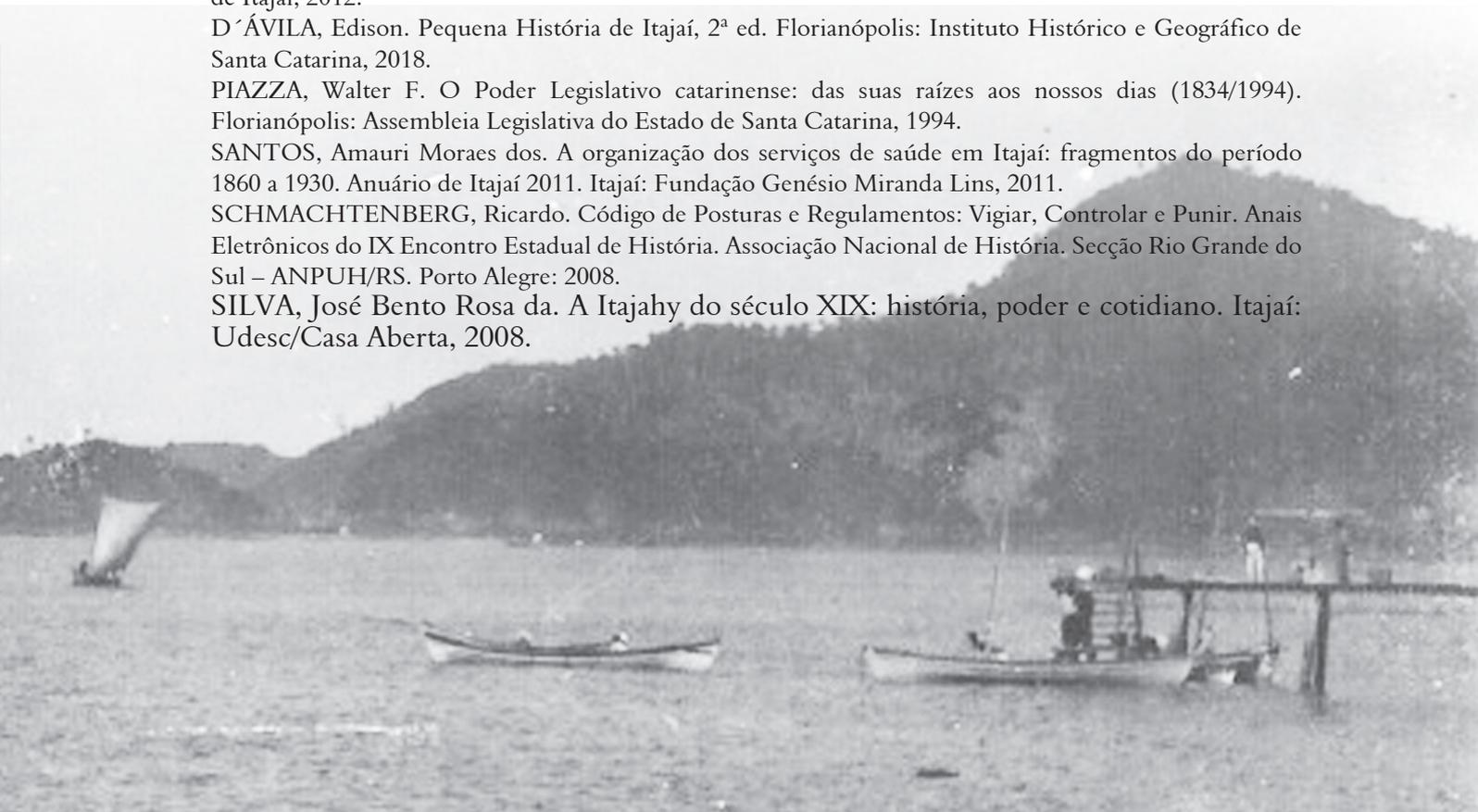
FONTES

ACERVOS:

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – Florianópolis/SC
Arquivo Público de Itajaí/Fundação Genésio Miranda Lins – Itajaí/SC
Arquivo Vereador Luiz Gonzaga Agostinho/Câmara Municipal de Itajaí – Itajaí/SC
Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – Hemeroteca – Florianópolis/SC

OBRAS CONSULTADAS:

D´ÁVILA, Edison e Campos, Vânia de. A História do Legislativo: 1860 – 2012. Itajaí: Câmara de Vereadores de Itajaí, 2012.
D´ÁVILA, Edison. Pequena História de Itajaí, 2ª ed. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2018.
PIAZZA, Walter F. O Poder Legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834/1994). Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994.
SANTOS, Amauri Moraes dos. A organização dos serviços de saúde em Itajaí: fragmentos do período 1860 a 1930. Anuário de Itajaí 2011. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2011.
SCHMACHTENBERG, Ricardo. Código de Posturas e Regulamentos: Vigiar, Controlar e Punir. Anais Eletrônicos do IX Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História. Seção Rio Grande do Sul – ANPUH/RS. Porto Alegre: 2008.
SILVA, José Bento Rosa da. A Itajahy do século XIX: história, poder e cotidiano. Itajaí: Udesc/Casa Aberta, 2008.



ARTIGO 9.º Ficam revogadas as disposições, que se oppuzerem á presente Lei.

Mando, por tanto, a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Resolução pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém. O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Governo da Provincia de Santa Catharina, aos trinta dias do mez de Abril de mil oitocentos sessenta e oito, quadragesimo setimo da Independencia e do Imperio.

(L. do S.) *Adolpho de Barros Cavalcanti d'Albuquerque Lacerda.*

Carta de Lei, pela qual Vossa Excellencia manda executar o Decreto da Assembléa Legislativa Provincial, que houve por bem sancionar, orçando a receita e fixando a despeza da Provincia no exercicio de 1868—1869, como acima se declara.

Para Vossa Excellencia ver :

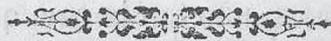
Ovidio Antonio Dutra à fez.

Nesta Secretaria do Governo da Provincia de Santa Catharina, foi sellada e publicada a presente Lei, aos 30 dias do mez de Abril de 1868.

Luiz Augusto Crespo.

Registrada á fls..... do Livro 6 de Leis Provinciaes. Secretaria do Governo da Provincia de Santa Catharina, 30 de Abril de 1868.

Ovidio Antonio Dutra.



Lei n. 606, de 30 de Abril de 1868.

Approva o Codigo de Posturas, e artigos addicionaes. propostos pela Camara Municipal de Itajahy.

ADOLPHO DE BARROS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE LACERDA, PRESIDENTE DA PROVINCIA DE SANTA CATHARINA.

Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléa

Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a Resolução seguinte :

ARTIGO UNICO. Fica approvedo o Codigo de Posturas, e artigos addicionaes, propostos pela Camara Municipal da Villa de Itajahy, abaixo transcriptos, assignados pelo Presidente e 1.º Secretario da Assembléa ; e revogadas as disposições em contrario.

CODIGO DE POSTURAS.

Capitulo 1.º

SEGURANÇA PUBLICA.

ARTIGO 1.º Nenhum corpo será dado á sepultura, sem previa participação ao subdelegado respectivo na Villa e freguezias, e aos inspectores de quarteirão nos districtos ; declarando-se o logar em que se vai fazer o enterro, e apresentando-se certidão do facultativo, que houver assistido, na qual se declare a enfermidade, de que morreu, a sua duração, a hora da morte e a morada do fallecido. No caso, porém, de não ter havido assistente, ou que a morte tenha sido repentina, os respectivos subdelegados na Villa e freguezias, e os inspectores de quarteirão nos districtos, tomarão, no mais curto espaço de tempo, as informações e esclarecimentos precisos sobre a enfermidade e morte, para procederem como for de direito. Os subdelegados ou inspectores darão, depois das declarações e averiguações aqui expressas, um bilhete de permissão para ser sepultado o cadaver. Tanto para este fim, como para conhecimento dos subdelegados, os inspectores de quarteirão lhes remetterão todas as semanas a relação dos obitos havidos na semana antecedente, com declaração do nome, idade, estado e côr. Os infractores pagarão de 5\$000 a 10\$000 réis de multa, e, não tendo com que pagar, soffrerão de um a dous dias de prisão.

ARTIGO 2.º Nenhum facultativo, boticario ou sangrador poderá curar ou exercer su'arte, sem ter apresentado seus titulos na Camara Municipal, em cuja Secretaria ficarão registrados. Os contraventores serão multados em 16\$000 réis. Os estrangeiros e mesmo nacionaes, que não forem conhecidos, além da apresentação dos titulos, serão obrigados a justificar a identidade de pessoas.

ARTIGO 3.º O boticario que vender remedios, sem receita de pessoa autorizada para curar, pagará 16\$000 réis de multa, salvo se o remedio for de natureza innocente.

ARTIGO 4.º O boticariõ, que vender drogas suspeitas e venenosas, á escravos, ou a quaesquer pessõas, sem prescripção medica, no exercicio de sua profissão, pagará a multa de 20\$ a 30\$000 réis, sem prejuiso de penas mais graves, que devão soffrer das justicas ordinarias, na conformidade das leis.

ARTIGO 5.º O boticario, que introduzir nos remedios mais ou menos drogas do que aquellas que se contiverem nas receitas dos facultativos, pagará a multa de 16\$ a 30\$000 réis.

ARTIGO 6.º E' prohibido nos armazens, ou quaesquer outras casas, ter á venda polvora em maior quantidade do que meia arroba em latas de libra, assim como o fabrico de fogos artificiaes, ou conservar polvora solta dentro da Villa e freguezias, o que só será permittido com licença da Camara em logares distantes das povoações. Os que se acharem em contravenção serão multados em 20\$000 réis.

ARTIGO 7.º O fogueteiro que armar fogos, de cujas peças se desprendam buscapés ou outras chammas q' possam incomodar ou offender os espectadores, será multado em 8\$000 réis. Quando o fogueteiro não seja pessoa do termo, recahirá a multa no festeiro. Ficam prohibidos os tiros de roqueira, e quaesquer outros, que sejam perigosos, dentro das povoações, sob pena da multa acima referida : são comtudo permittidos os fogos d'artificio, que não possam prejudicar, nos dias de festas religiosas e nacionaes, nos logares onde estás se celebrarem.

ARTIGO 8.º Todos os que morarem em casas de corretores que, depois de ser noite fechada, não tiverem luz, estando abertas, pagarão de multa 2\$000 réis, e na reincidencia 4\$000 réis.

Capitulo 2.º

SAUDE PUBLICA.

ARTIGO 9.º Nenhum corpo, de qualquer tamanho e cõr que seja, será conduzido á sepultura sem ser em caixão fechado, quando qualquer facultativo tiver declarado, que a enfermidade do fallecido fõra contagiosa. A Fabrica e Irmandades terão um ou mais caixões, que servirão de conduzir os cadaveres de pessõas que não deixem com que elles se façam. Ficão extinctos os esquifes da Fabrica e Irmandades da Villa e freguezias. Os que contravierem á presente postura pagarão 8\$000 réis de multa.

ARTIGO 10. Todo o coveiro ou sacristão que tirar das sepulturas fragmentos de cadaveres, e os não mandar enterrar logo no cemiterio, será multado em 10\$000 réis, e no duplo na reincidencia. O denunciante terá metade.

ARTIGO 11. Os que venderem, ou puzerem á venda quaesquer generos solidos, ou liquidos, corrompidos ou falsificados, para pesarem ou avultarem mais, ou para encobrirem suas damnosas qualidades, serão multados em 10\$000 a 20\$000 réis, além da pena de os perder. Apesar de se acharem imperfeitos, não serão lançados fóra : 1.º O vinho aze-do, que será lançado nas vazilhas do vinagre : 2.º O azeite doce alterado, que será misturado com o azeite de peixe, ou de luzes : a aguardente fraca, que será vigorada pcr algumas medidas de aguardente do reino. O Fiscal, que não assistir á mistura dos generos, de que tratam os §§ 1.º, 2.º e 3.º, será multado igualmente em 10\$000 réis.

ARTIGO 12. O vendeiro, que não conservar em maior asseiº os utensis de seu negocio, ou que uzar torneiras de metal (ex-cepto de tutanaga) ou medidas do mesmo, será multado em 8\$000 réis, além de serem inutilisadas as torneiras e medidas.

ARTIGO 13. E' prohibido abrir botica, sem communicacão á Camara Municipal : o contraventor pagará 10\$000 réis de multa.

ARTIGO 14. Todo o boticario que vender remedios corruptos, ou já inutilisados pelo tempo, incorrerá nas mesmas penas dos que venderem generos alterados.

ARTIGO 15. Todo o boticario que se recusar á promptificar receita urgente do facultativo, á qualquer hora da noite, pagará a multa de 30\$000 réis.

ARTIGO 16. Se alguma pessoa prejudicar, por qualquer fórma, a limpeza das fontes publicas e particulares, pagará 4\$000 réis de multa pela 1.ª vez, e pela 2.ª e mais vezes, além do dobro da multa, soffrerá um dia de cadêo. Sendo, porém, com ânimo deliberado de prejudicar a saude publica, ou por outro factu criminoso, será o factu declarado ás justicas criminaes para o devido procedimento.

ARTIGO 17. Aquelle que tiver algum terreno pantanoso, onde se conservem aguas estaguadas, será obrigado a aterral-o, ou á dar esgotamento ás agoas, sendo possivel, dentro do prazo que o Fiscal ordenar em consequencia de exame, que o mesmo Fiscal deverá fazer com dous peritos, tendo-se deste exame lavrado auto circunstanciado : findo o prazo, será o infractor condemnado em 5\$000 a 10\$000 réis, e se lhe prorogará mais o tempo que o Fiscal julgar necessario para concluir uma ou outra obra, findo o qual, se julgará ter reincidido na contravenção, e pagará de multa 20\$000 réis, e então mandará fazer a obra o Procurador da Camara, á custa do possuidor do

terreno, se não for este notoriamente pobre, caso em que será a obra feita á expensas da Camara Municipal.

ARTIGO 18. Aquelle que tiver algum terreno enchuto, proprio ou aforado, dentro dos limites da Villa, deverá tapal-o de modo que n'elle se não façam despejos, sob pena de 8\$000 réis de multa, e nas reincidencias o duplo. Os que não podem por sua pobreza fazer a tapagem de seus terrenos, são obrigados a conserval-os sempre limpos de immundicias, sob pena de pagarem 1\$000 réis de multa, e na reincidencia será duplicada a pena até 8\$000 réis.

ARTIGO 19. Todo aquelle que em seus quintaes conservar agoa das chuvas, estagnada, deverá fazer canos para desaguar-em á rua. Os contraventores soffrerão a multa de 5\$000 réis, e do duplo nas reincidencias.

ARTIGO 20. A ninguem é permittido doentes em sua casa por negocio, sem que sejam assistidos por professores de saude, que serão chamados logo que os doentes forem admittidos. Os infractores serão multados em 8\$000 réis.

ARTIGO 21. São prohibidos os cortumes dentro dos limites da Villa ; quem os tiver pagará 30\$000 réis de multa.

ARTIGO 22. A Camara designará os differentes logares proprios para n'elles se fazerem os depositos de immundicias, e, emquanto estes se não designam, se lançarão estas ao mar. Os contraventores serão multados em 2\$000 réis e pagarão a despeza que o Fiscal fizer com a remoção, respondendo o senhor ou amo pelo escravo ou criado, e estes serão postos em custodia até o pagamento : esta reclusão, porém, não poderá exceder de quatro dias.

ARTIGO 23. Ninguem poderá lançar ou consentir que se lancem agoas infectadas, ou outras immundicias, nas ruas, quintaes, pateos, canos de casas e estradas : os infractores serão multados em 4\$000 réis.

ARTIGO 24. Só depois do toque de recolher, é permittido o despejo ou limpeza no mar, cujas vasilhas voltarão lavadas. Os contraventores, sendo livres serão multados em 2\$000 réis, e sendo escravos serão punidos policialmente.

ARTIGO 25. E' prohibido crear porcos á solta, ou nos quintaes, áreas, ou lojas das casas, ou conserval-os por mais de oito dias. Os infractores pagarão 10\$000 réis de multa, e não comparecendo os donos, serão os porcos mortos por ordem dos respectivos fiscaes, que os mandarão vender, restituindo á seus donos tudo quanto exceder de 10\$000 réis.

ARTIGO 26. Fica prohibido nas cazas de pasto, tabernas, botequins e quitandeiras o uzo de panellas, caldeirões ou

outras quaesquer vasilhas de cobre : Os infractores incorrerão na pena de 8\$000 réis, e não tendo com que pagar, na de dous dias de cadêa.

ARTIGO 27. Os moradores em cazas ou chacaras, por onde passem vallas, esgotos d'agoa e regatos, serão obrigados a trazer os sempre limpos e desembaraçados de hervas, que sejam nocivas á la vagem de roupas, como o taiá, inhame, bananeira, &; e delles não se poderão servir para despejo algum, ou fazer qualquer tapume, por serem destinados para esgoto das agoas da chuva. Os contraventores serão multados em 8\$000, réis e nas reincidencias no duplo, ou em trez dias de cadêa. Os fiscaes mandarão arrancar as plantas nocivas.

ARTIGO 28. As medidas para vinho, vinagre e aguardente serão de páo ; para azeite doce serão de lata ; para sal serão separadas ; e as medidas, por que se vender qualquer effeito liquido, jámais servirão para outro. Os infractores serão multados em 10\$000. As medidas para outros mantimentos serão as do costume.

ARTIGO. 29. Toda pessoa do districto da Villa e freguezias que tiver á seu cargo a criação de algumas crianças de qualquer côr ou condição que seja será obrigada a mandal-a á casa da vaccina para ser vaccinada até pegar, ou fazel-a vaccinar em casa (podendo) dentro de trez mezes do seu nascimento, e de um depois que a tiver á seu cargo : passando desta idade, e estando de saude para receber o preservativo, e não o procurando, pagarão os contraventores a multa de 4\$000 réis,

ARTIGO 30. Qualquer pessoa, que tiver para vaccinar outra que esteja à seu cargo, será obrigada á mandal-a á casa da vaccina nos dias designados pelo Professor que exercer esta profissão, sob pena de 2\$000 réis de multa, e este dará ao Procurador da Camara uma relação assignada dos que faltarem, e que não satisfizeram, as deligencias acima prescriptas ; e com esta relação o Procurador requererá a effectividade da multa perante a autoridade competente. Quando as crianças morrerem ou adoecerem, os chefes de familia o poderão fazer constar ao Professor da vaccina, no dia em que deviam apresentar-se para vaccinal-as, para que este as não inclua na relação.

ARTIGO 31. Todo o que a titulo de curar de feitiços, ou advinhar, se introduzir em qualquer casa, ou receber na sua alguem para fazer semelhantes curas por meios supersticiosos, e bebidas desconhecidas, ou para fazer advinhações e outros embustes, será multado, assim como o dono da casa,

na quantia de 30\$000 réis, ou em seis dias de cadêa, sendo livre, e sendo captivo, será punido correccionalmente.

ARTIGO 32. E' absolutamente prohibido em qualquer casa de negocio, seja loja, taberna, bolequim, casa de pasto ou de quitanda, e botica, ter caixeiros atacados das molestias morphéa e ictericia.

Os contraventores serão multados pela primeira vez em 4\$000 réis, e nas reincidencias no dobro, com a pena de conduzirem taes enfermos aos hospitaes, ou logares onde sejam tratados sem damno do publico.

ARTIGO 33. E' prohibido matar rezes e seccar couros dentro das casas, dos açougues, quintaes, ruas, travessas, praças, ou em outro qualquer logar dentro dos limites da Villa. Os contraventores soffrerão a multa de 4\$000 réis e o duplo na reincidencia.

ARTIGO 34. Ninguem poderá matar e expôr á venda rez doente: pena de 30\$000 réis de multa ou seis dias de prisão. Em metade da mesma multa ou pena incorrerá quem matar e expozer á venda rez cançada.

Capitulo 3.º

TRANQUILLIDADE PUBLICA.

ARTIGO 35. Fica prohibido em horas de silencio fazer vozerias, alaridos, e dar gritos na rua, sem ser por objecto ou motivo de necessidade, sob pena de 4\$000 réis de multa, e não tendo os contraventores com que pagar, soffrerão 24 horas de prisão.

ARTIGO 36. Todo o vendeiro que consentir dentro do armazem, taberna, ou casa de quitanda vadios e escravos por mais tempo que o necessario para compra ou venda, ou consentir nas ditas casas de negocio e quitanda ajuntamento de vadios, ou quaesquer vozerias, será multado em 10\$000 réis pela 1.ª vez, em 20\$000 pela 2.ª e em 30\$000 réis pela 3.ª; no caso, porém de não poderem pagar as referidas multas, soffrerão pela 1.ª vez dous dias de prisão, quatro pela 2.ª, e seis pela 3.ª.

ARTIGO 37. Todo o vendeiro que não fechar as portas da casa ao toque do sino policial, onde o houver, ou ás 9 da noite, nos mezes d'Abril até Setembro, e ás 10 horas nos mais mezes, será multado em 5\$000 réis, e no dobro nas reincidencias.

ARTIGO 38. Nenhuma pessoa poderá dar espectaculo nas

ruas e praças ou arraiaes, nem fazer reuniões de mascarados e danças, sem previa licença da Camara, pela qual pagará o imposto de 10\$000 réis, como dispõe o artigo 9.º § 19 da Lei Provincial n. 380. Os infractores pagarão a multa de 10\$000 réis: e quando se tenha sollicitado a licença e esta seja denegada, para o dito espectáculo, e apesar disto se dér, soffrerá quatro dias de cadeia, ou 20\$000 réis de multa.

ARTIGO 39. Ficam prohibidos d'aqui em diante os ajuntamentos d'escravos, ou libertos, para formarem batuques, bem como os que tiverem por objecto os suppostos reinados africanos, que, por festas, costumam fazer. Todos os que contravierem serão multados em 4\$000 reis, sendo livres, e não tendo com q' pagar, em 24 horas de prisão, e sendo captivos, e achando-se sem licença de seus senhores, serão castigados conforme a Lei. O senhor, que der taes licenças, será multado em 4\$000 reis.

ARTIGO 40. Ninguem poderà alugar casas para n'ellas morarem escravos independentes de seus senhores, sob pena de pagar 10\$000 reis de multa, salvo se apresentar licença dos proprios senhores.

ARTIGO 41. Os escravos, que forem encontrados pelas ruas e praças á jogar, serão presos e entregues á policia para os punir.

ARTIGO 42. E' expressamente prohibido andarem nas ruas ou estarem nas praças escravos com quitanda, depois do toque ou hora de recolher.

O escravo, que se encontrar em contravenção á esta Postura, será condemnado em 1\$000 reis de multa.

ARTIGO 43. Fica prohibido aos marinheiros nacionaes ou estrangeiros vagar em terra de noite, desde o toque do sino, ou das horas marcadas para recolher em diante. Os infractores serão punidos com 24 horas de prisão pela primeira vez, e 48 horas nas reincidencias, podendo commutar-se a pena em 5\$000 reis por cada dia de prisão.

ARTIGO 44. Ficam prohibidos os fandangos, gritarias ou altercações que perturbem a tranquillidade publica, não se consentindo n'elles tomar parte escravos ou vadios, sob pena de 10\$000 reis de multa, e 20\$000 nas reincidencias, ou de dous a quatro dias de prisão.

ARTIGO 45. Quem molhar qualquer pessoa com agoa ou limões chamados de cheiro, ou manchar-lhe as vestes com tincta ou qualquer outra coisa, mórmente durante o tempo do carnaval, será multado em 10\$000 reis, e no duplo nas reincidencias.

Capitulo 4.º

COMMODIDADE PUBLICA.

ARTIGO 46. Todo aquelle q' tiver feito obras com usurpação de terreno da serventia publica, será obrigado á restituil-o logo q' tenha de rectifical-as, ou fazer-lhes alteração na parte em q' se fez a usurpação; e os q' d'ora em diante fizerem taes construcções, serão obrigados a demolil-as no praso marcado pelo Fiscal. O contraventor será multado em 10\$000 reis, e na demolição da obra.

ARTIGO 47. Toda pessoa que, sem licença da Camara, depositar nas ruas, praças, praias da Villa e outros logares publicos do seu termo, qualquer objecto que embarace o livre transito do publico, incorrerá na pena de 4\$000 reis pela primeira vez, e nas reincidencias de 8\$ a 20\$000 reis, e pagará, além disso, a despeza que se fizer na remoção desses mesmos objectos para o logar e pela forma que pelo Fiscal respectivo fôr designada.

ARTIGO 48. Ainda dado o caso de haver obtido a licença, de que faz menção o artigo antecedente, nunca poderão os materiaes, andaimes, ou outros objectos impedir a livre servidão do pôvo, e só poderão occupar a metade da largura da rua, e o espaço da praça unicamente necessario, e nas noites de escuro porá o dono da obra uma luz, que se conservará até ás 11 horas. Os infractores serão multados em 4\$000 reis.

ARTIGO 49. Fica prohibido ter cavallos ou outros quaesquer animaes nas ruas, atados ás portas, janellas ou argolas, ou á outro qualquer objecto fixo, para qualquer fim que seja, sob pena de 2\$000 reis de multa.

ARTIGO 50. Ninguem poderá lançar á rua corpos solidos ou liquidos, que possam prejudicar ou enxovalhar a quem passa, sob pena de 20\$000 réis de multa sem prejuizo da indemnisação ao prejudicado.

ARTIGO 51. E' prohibido ter soltos nas portas das cazas, ruas e praças das povoações e suas estradas e caminhos publicos, animaes bravos, que possam offender os transeuntes. O contraventor será condemnado em 10\$000 réis de multa, dobrada nas reincidencias. Os fiscaes, ou qualquer outra pessoa, de mandado seu, poderão matar os cães que, sem conductores ou distinctivo indicativo do dono, vagarem pelas ruas, praças, estradas e caminhos, sem que por isso incorram em pena alguma.

ARTIGO 52. Nenhum cavalleiro poderá correr pelas ruas da Villa e freguezias. O infractor pagará a multa de 4\$000 réis, e sendo pessoa desconhecida, será aprehendida a cavalgadura e posta no Curral do Conselho até pagar; e, quando á isto se negue, será esta arrematada no fim de 48 horas, e, deduzidas a despeza e multa, se lhe entregará o resto. Se fôr pessoa que não tenha com que pague, provando-se que a cavalgadura não é sua, terá a pena de 24 horas de prisão, e sendo escravo, será a multa paga por seu senhor. As disposições deste artigo não comprehendem os officiaes e ordenanças que levem officios urgentes; os medicos e boticarios nas visitas a doentes graves, e as pessoas que vierem ás boticas buscar remedios com urgencia.

ARTIGO 53. Nos logares onde houver campos baldios ou logradouros publicos, que carecerem de tapumes para vedar os prejuisos que os animaes possam causar á layoura, serão obrigados a fazer estes tapumes todos os proprietarios confrontantes do logradouro ou campo, ou quaesquer outras pessoas, que fizerem plantações nas suas immediações. Os que, estando em qualquer dos casos acima indicados, se negarem por algum pretexto a este trabalho, quer em commum, quer cada um na parte que lhe pertencer, incorrerão na multa de 4\$000 réis. Ficam sujeitos á multa de 10\$000 réis, e ao dobro nas reincidencias, todos que fizerem derrubadas e queimadas nas mattas que nos ditos campos houver, ou se servirem das madeiras para especulação em particular proveito. Nos logares, porém, em que os povos não tenham onde prover-se de lenha senão nos mattos dos logradouros publicos, e em que estejam n'essa posse, assim como de madeiras para os referidos tapumes, ser-lhes-ha isso permittido, havendo vigilancia da parte das autoridades locaes, para que se não destruam inteiramente taes mattas, ficando os infractores sujeitos á multa de 10\$000 réis.

ARTIGO 54. Os proprietarios de terrenos nas margens dos rios navegaveis são obrigados a limpá-os dos estorvos, que embaraçarem a sua navegação, duas vezes no anno, sendo uma no mez de Março, e outra no de Setembro: e os que com suas derrubadas a embaraçarem serão obrigados á desembarçal-a á sua custa. Todo aquelle, que contravier ao disposto n'este artigo, será multado em 30\$000 réis, e o Fiscal mandará fazer á custa d'elle o trabalho que lhe correspondia.

Capitulo 5.º

SEGURANÇA DE PROPRIEDADE.

ARTIGO 55. Os conductores de gados deverão trazel-os com cuidado, para que não causem damno ás povoações e lavouras na sua passagem, e nem trarão em uma tropa tão grande porção a que não baste o numero de conductores. Quando os gados causarem damno ás povoações na sua passagem, os conductores serão multados em 8\$000 réis, e em 30\$000 réis, se houver offensa de alguma pessoa.

ARTIGO 56. Se as medidas e pesos se acharem falsificados, depois de aferi los, o dono da casa incorrerá na pena de 10\$000 réis, e na de 16\$000 réis o aferidor que fizer a aferição por mais ou por menos da marca dos padrões da Camara. Esta distribuirá pelos fiscaes pesos e medidas, conforme os padrões, para os exames nas correições, sem os quaes não as poderão fazer.

ARTIGO 57. Os lavradores, que venderem generos, não são obrigados a ter outras medidas mais do que meio alqueire e meia quarta aferidos annualmente; os que não tiverem estas medidas aferidas serão multados em 2\$000 réis, e em 10\$000 nas reincidencias.

ARTIGO 58. O aferidor será obrigado a passar documentos aos donos dos pesos e medidas, que aferir annualmente, com declaração das peças dos ternos de pesos e medidas, e não o fazendo, será multado em 2\$000 réis, e em 24\$000 réis quando pelo Fiscal seja verificado não haver aferido o numero de objectos declarados no mesmo documento.

ARTIGO 59. Toda e qualquer pessoa, que comprar objecto que se julgar furtado por preço muito inferior ao seu valor, e a individuo sem posses para ter taes objectos, será condemnada na multa de 16\$000 reis, e no dobro nas reincidencias, e em dous dias de cadeia, sendo a metade da multa para a pessoa que accusar essa infracção ao respectivo Fiscal.

ARTIGO 60. Acontecendo haver incendio em qualquer casa, a primeira pessoa que observar mandará tocar o sino policial ou da Igreja, a cujo toque se reunirá o povo mais visinho para acudir, e o atalhar. A pessoa, que primeiro tocar o sino, terá 4\$000 reis pagos pelo interessado no soccorre, ou pela Camara, quando este seja pobre.

ARTIGO 61. Em todo o caso, logo que se observar o incendio, o Fiscal o participará immediatamente á qualquer autoridade policial, que mais proxima se achar; e, não obs-

tante a participação, applicará todos os meios para o atalhar.

ARTIGO 62. Ninguém poderá pôr fogo a coivaras ou roçadas, sem ter feito sufficiente aceiro, e ter antes avisado a seus visinhos, para se tomarem medidas de cautela. Os infractores pagarão, além do damno, que possa resultar, 4\$000 reis pela 1.^ª vez, e 8\$000 reis nas reincidencias.

ARTIGO 63. Os escravos que se encontrarem jogando nas ruas, praças, bosques ou escondrijos, serão entregues á Policia para os fazer punir; e se com elles se acharem pessoas livres, serão estas multadas em 4\$000 reis, ou 24 horas de cadêa.

ARTIGO 64. Todo aquelle que acoutar escravos fugidos, além da responsabilidade intentada pelos senhores destes, será multado em 20\$000 réis.

ARTIGO 65. Todos os que venderem generos, que devam ser medidos e pesados, serão obrigados a ter todas as medidas e pesos adoptados no Paiz, os quaes deverão ser aferidos todos os annos, desde o 1.^º de Janeiro até o ultimo de Fevereiro, na fórma do estilo e padrões distribuidos pela Camara, sob pena de 4\$000 réis de multa. Se abrir-se alguma casa de negocio depois de feita a aferição, seu dono é obrigado a mandar aferir seus pesos e medidas. A multa de 4\$000 réis punirá os infractores.

ARTIGO 66. E' prohibido todo e qualquer jogo de parada em cartas, bem como os de azar, seja qual fôr a sua denominação. O contraventor será multado pela 1.^ª vez em 25\$000 réis, e na reincidencia em 50\$000, além das penas em que incorrer na forma do Codigo Criminal.

ARTIGO 67. Ninguém poderá estabelecer o jogo denominado—Vispora—, sem a precisa licença da Camara, pela qual se cobrará 100\$000 mil réis annualmente: os contraventores pagarão 30\$000 réis de multa, além dos 100\$000 da licença, sendo expressamente prohibido o ingresso no dito jogo á filhos familias menores e á escravos; ficando por isso os donos das casas sujeitos, além da já estabelecida, á multa de 5\$000 réis por cada um, tanto d'aquelles, como d'estes que n'ellas forem encontrados pela primeira vez, e ac dobro nas reincidencias.

Capitulo G.^º

USO D'ARMAS PROHIBIDAS.

ARTIGO 68. As armas offensivas, cujo uso as Autoridades competentes podem permittir, são: as espingardas de

caçar, espadas ou floretes de mais de trez palmos de folha, e pistolas; dentro da Villa e freguesias, não trarão espoletas, nem pederneiras as armas explosivas. As licenças para uso das espingardas de caçar só serão concedidas á cidadãos estabelecidos no Paiz, com genero de vida honesta e util, de que possam subsistir, declarando o impetrante a nação á que pertence, sua naturalidade, idade, emprego e residencia, sendo esta declaração abonada por fiador nas circunstancias do artigo 107 do Codigo do Processo Criminal. Os infractores pagarão 10\$000 reis de multa, e na reincidencia o dobro.

ARTIGO 69. A licença para uso de espadas ou floretes de mais de tres palmos de folha será concedida aos Fiscaes da Camara Municipal, para poderem uzar dellas só quando andarem em diligencia, e aos guardas da mesma Camara, quando estiverem de serviço em companhia dos mesmos Fiscaes; assim como aos viandantes em viagem, dando estes uma justificação da sua capacidade por pessoas estabelecidas no Paiz; e nas licenças se designará o logar para onde viajam e bem assim os signaes, que façam conhecida a pessoa, a quem a licença é concedida. Os infractores pagarão a multa de 10\$000 reis, e o dobro nas reincidencias.

ARTIGO 70. A licença para uso de pistola em viagem só poderá ser concedida á pessoa de reconhecida probidade, designando-se na licença o logar para onde é a viagem, e todos os signaes da pessoa a quem é concedida, com a condição expressa de não poderem trazer taes armas carregadas dentro dos povoados, prestando o impetrante fiança. Os infractores pagarão 10\$000 reis, e o dobro nas reincidencias.

ARTIGO 71. Todos os officiaes mecanicos poderão conduzir para o logar de suas officinas ou de seus trabalhos a ferramenta que fôr indispensavel ao uso de seus officios, e isso antes das Ave-Maria. Os infractores pagarão 4\$000 reis de multa.

ARTIGO 72. Aos carreteiros se concederá o uso da faca de ponta, e mais instrumentos de seu officio, somente no exercicio d'elle. Os carreiros poderão uzar de agulhadas, dentro e fóra da Villa, e d'uma faca sem ponta. Os infractores pagarão 4\$000 reis de multa.

ARTIGO 73. Fica prohibido o uzo de qualquer outra arma offensiva de fogo, contundente, cortante ou perfurante, e só é permittido o uzo de bengalas. Os infractores pagarão 10\$000 reis de multa.

Capitulo 7.º

ABASTANÇA.

ARTIGO 74. Os que derrubarem matos nos logares por onde passam nascentes d'agoa para as fontes publicas, ou ahi fizerem roçados, serão multados em 15\$000 rs. Os que lançarem immundicies nas sobreditas nascentes incorrerão nas mesmas penas, e no dobro reincidindo.

Não tendo, porém, com que pagar, soffrerão por cada mil réis um dia de prisão.

ARTIGO 75. Todo o morador que se arrogar o dominio ou posse de qualquer porto ou logar de serventia publica, edificando e cercando, ou prohibindo o uzo livre aos demais vizinhos ou pessoas, será multado em 20\$ réis pela 1.ª vez, em 40\$000 réis nas reincidencias, sendo obrigado a demolir á sua custa qualquer obra, que tenha feito, além das penas em que possa incorrer por desobediente.

ARTIGO 76. Para exposição de generos, que dos reconcavos se vem vender na Villa, fica marcada a praia defronte da Matriz: d'esses generos não poderão seus donos dispor por atacado, sem que por espaço de duas horas estejam expostos á venda por miudo, sob pena de serem multados na quantia de doze mil réis. Os que atravessarem generos comestiveis e vendaveis, fazendo monopolio para os vender ao povo, indo atravessal-os nos suburbios da Villa, ou depois de chegarem á ella, e antes de expostos á venda no espaço marcado incorrerão na mesma pena.

ARTIGO 77. E' prohibido pescar bagres com redes de arrastar dentro do rio do Itajahy no tempo do corso, quando fazem a desovação; desde o 1.º do mez de Novembro; até o fim do mez de Fevereiro. Os contraventores incorrerão, o dono da rêde, na multa de 20\$000 réis, os camaradas, na de 2\$000 réis cada um, e do dobro nas reincidencias, e não tendo com que pagar, soffrerão aquelle de quatro a oito dias de cadêa, e estes 24 horas cada um, somente na reincidencia. O denunciante terá metade da multa.

Capitulo 8.º

EXPOSTOS.

ARTIGO 78. Toda pessoa, que tiver á seu cargo a criação e educação de orfãos e expostos, será obrigada a tratal-os com humanidade, castigando-os com moderação, conforme o § 6.º

do artigo 14, Capitulo 2.º, Titulo 1.º do Codigo Criminal. Os infractores serão multados em 4\$000 reis, sem prejuizo das penas mais graves a que estiverem sujeitos pelas Leis criminaes, nos casos aggravantes.

ARTIGO 79. Aquelle que tiver exposto ou abandonado em logar solitario uma criança de menor idade será multado em 20\$000 reis, ou em 4 dias de cadêa, sem prejuizo das penas mais graves, impostas pelas Leis criminaes.

Artigo 80. Os que tiverem noticia de que algum exposto recebe máo tratamento, são obrigados á communicar-o ao Juiz de Orphãos, ou à qualquer Autoridade Policial, que o fará apresentar á Camara para destinar-lhe casa onde se crie. O que tiver o Exposto em sua casa, e, sendo avisado, o não apresentar e entregar, incorrerá na pena de 10\$000 reis de multa, ou dous dias de cadêa, além dos mais em que criminalmente possa ter incorrido.

ARTIGO 81. Fica prohibido o uzo de mandar os cadaveres de escravos envolvidos em esteiras para a sepultura, sob pena de 4\$000 reis de multa aos infractores. Nenhuma pessoa, por mais miseravel que seja, será levada á sepultura sem ser envolvida em mortalha de qualquer estofa. A respeito das pessoas miseraveis, cuja pobreza fôr attestada pelo Juiz de Paz, os Fiscaes farão conduzir os cadaveres ao Cemiterio Publico, amortalhando-os á expensas da Camara, cuja despeza se limitará unicamente ao que exige a decencia e humanidade.

ARTIGO 82. Todo aquelle Sachristão, Thesoureiro ou Sineiro das Igrejas, ou qualquer pessoa encarregada dos sinos, que não guardar o disposto nos paragraphos 828 e 829 do Tit. 4.º da Constituição do Arcebispado da Bahia, abaixo transcriptos, será punido com a quantia de 10\$000 reis de multa por cada um signal ou dobre de sinos que exceda aos marcados na mesma Constituição, e no duplo nas reincidencias.

§§ Mandamos, que, tanto que fallecer algum homem, se façam trez signaes breves e distantes; por mulher dois, e se fôr maior de sete annos até quatorze de idade se fará um signal somente, ou seja macho, ou seja femea, e por estes signaes do fallecido se não, pedirá salario; e depois quando forem á enterrar se farão outros, de maneira que ao todo não se façam mais que até nove por homem, e seis por mulher; e trez pelos de menor idade; o que se entende na Igreja onde é freguez, e se enterrar o defuncto somente. E no dia das exequias se guardará o mesmo, fazendo se nas vespervas delles á noite um, e pela manhã outros, de sorte que por todos não venham a ser mais do que mandam os §§.

Capitulo 9.º

OFFENSAS A' MORAL PUBLICA, INJURIAS E OBSCENIDADES.

ARTIGO 83. Toda a pessoa que, em qualquer logar publico, injuriar a outrem com palavras infamantes e indecentes, ou com gestos da mesma natureza, será multada em 4\$000 a 8\$000 réis, e não tendo com que pagar, em um a dous dias de cadêa, salvo o direito de desaggravo perante as Justiças Criminaes.

ARTIGO 84. Fica prohibido o uzo escandaloso de se banharem nas praias, rios ou fontes pessoas nuas. As que encontradas forem deste modo, sendo livres, pagarão 4\$000 réis, de multa, e sendo escravas, serão castigadas policialmente pela competente Autoridade.

ARTIGO 85. A pessoa que, em qualquer logar publico, proferir palavras indecentes e obscenas, ou praticar gestos e tomar attitudes da mesma natureza, terá 24 horas de cadêa, e soffrerá além disto a multa de 2\$000 a 4\$000 réis.

ARTIGO 86. Toda pessoa que apresentar em logar publico quadros ou figuras offensivas á moral publica será multada em 10\$000 réis, e não tendo com que pagar, ou sendo escravo, em dous dias de cadêa.

ARTIGO 87. Fica inteiramente prohibido escrever disticos ou palavras obscenas sobre as paredes dos edificios, ou outros logares publicos. Os infractores serão condemnados em 5\$000 réis de multa, ou 24 horas de prisão, e os donos ou administradores dos mesmos edificios serão avisados para dentro de 24 horas mandarem apagal-os.

ARTIGO 88. Fica prohibido o brinquedo publico de Judas no Sabbado d'Alleluia: os infractores serão multados em 5\$000 réis ou em um dia de prisão, sendo livres; se escravos, serão punidos pela respectiva Autoridade.

Capitulo 10.

RUAS, ESTRADAS, CAMINHOS E PONTES.

ARTIGO 89. E' prohibido conservar gado vaccum, caval-lar e outros animaes atados a pastar nas estradas e cami-nhos publicos, de maneira que possam as sogas cruzar as mesmas estradas e caminhos. Os contraventores serão multa-dos na quantia de 4\$000 réis por animal, e no duplo nas re- incidencias.

ARTIGO 90. E' prohibido trazer animaes vaccuns e cavalares á solta nas estradas e caminhos publicos, e logares onde houver lavouras. Os infractores serão multados em 4\$000 réis pela primeira vez, e em 8\$000 nas mais reincidencias. Não se verificando quem seja o dono de taes animaes, serão elles vendidos em leilão perante o Fiscal, e, deduzida a importancia da multa e damno, se o houver, o resto entrará para o cofre da Camara, para ser restituído ao dono, quando o requeira.

ARTIGO 91. Os carros e carroças do serviço da Villa não poderão transitar, sem que seus eixos sejam untados com alguma substancia gordurosa para evitar o chiamento. Os infractores pagarão a multa de 4\$000 réis.

ARTIGO 92. As estradas, caminhos publicos, estivas e pequenas pontes situadas em terrenos devolutos, ou logradouros publicos, bem como todos os mais logares de difficil concerto e superior aos meios de seus respectivos proprietarios, serão feitos pelo povo. Para este fim todos os habitantes dos logares mais visinhos prestarão cada anno seis dias de serviço tanto por si, como por qualquer pessoa de sua familia, seja filho ou escravo maior de 14, e menor de 50 annos. Os que forem avisados e faltarem á este dever, pagarão por dia de serviço individual a multa de 1\$000 reis. Os que tiverem carros e bois são obrigados á apresental-os, contando-se um dia de serviço destes por trez de serviço individual; e o que recusar será multado em 4\$000 réis.

ARTIGO 93. A pedra e aterro, que fôr necessario, serão tirados dos logares mais proximos, e os seus proprietarios serão pelas concessões destes materiaes dispensados do serviço individual que lhes pertencer.

ARTIGO 94. Os Fiscaes dos districtos marcarão o dia em que se deve dar principio aos trabalhos das estradas, para o qual mandarão com antecedencia avisar o povo, e nomearão um individuo da sua confiança para dirigir o trabalho sob sua inspecção, ficando este isento de prestar outro qualquer serviço. Ficam destinados para estes trabalhos os mezes de Março e Abril.

ARTIGO 95. São prohibidas as carreiras de cavallos dentro dos limites da decima urbana da villa, e fóra destes só se poderá correr precedendo licença da Camara, pela qual se pagará 15\$000 réis. Os infractores serão multados na quantia de 30\$000 réis.

ARTIGO 96. Todas as estradas por varzeas devem ter trinta palmos de largura, além das duas vallas lateraes, abertas trez

palmas distantes do vivo das estradas, e tendo cada uma seis palmas de boca, quatro no fundo, e trez de altura. Estas dimensões devem augmentar tanto mais quanto mais alagado e baixo fôr o terreno, de modo que a terra das vallas chegue para a altura da estrada se elevar trez palmas acima do nivel dos terrenos contiguos. As estradas pelas encostas dos morros, quando estes forem pouco escarpados, poderão ser entre vinte cinco palmas, e vinte ditos vivos, mas nunca menos desta largura, permittindo o terreno. Não se conta como largura de uma estrada nas encostas dos morros a terra solta que fica encostada pelo lado de fóra, tirada das escavações; nem é largura da estrada a valla de dous palmas de boca e dous de fundo pouco mais ou menos, que deve ter cada estrada do lado dos morros. Emquanto as estradas poderem ter até vinte cinco palmas para mais, devem ser tão levantadas no centro quanto baste para que as agoas corram logo para os lados, e entrem nas vallas do lado do morro. Nenhuma agoa deve parar por cima d'uma estrada; e haverá sempre muito cuidado em dar-se passagem ás que houverem de as atravessar, por meio de pontes, ou de canos de pedra cobertos, ou de muros de pedras grandes e a sêcco, cobertos de madeira, ou melhores quando a largura exceder a dez ou doze palmas.

ARTIGO 97. As pontes pequenas devem acompanhar a largura das estradas e caminhos publicos, e as maiores devem aproximar-se o mais que puder ser. Na construcção das pontes deve haver todo cuidado em occupar pouco o leito do rio, seja com pilares de pedra, seja com estacas, e toda a segurança dellas estará em serem tão altas, que as agoas lhes não cheguem, e tão largos os espaços entre os pés direitos das pontes, sejam de pedra ou de madeira, que as arvores e mais arrojões das cheias passem livremente.

ARTIGO 98. Todas as pontes devem ter bôas guardas lateraes, e os pranchões do assoalho pelo menos trez pollegadas de grossura, deixando entre si um intervallo de meia pollegada para arejar as madeiras, que todas deverão ser de lei. Quando se fizerem aterros deve evitar-se as estivas, excepto ao principio, para facilitar o transitio; mas logo que o atterro esteja mais sangrado, só devem ser feitos com terra pura até chegarem á altura conveniente.

ARTIGO 99. Todos os proprietarios ou inquilinos são obrigados a conservar limpas as testadas e caminhos de seus predios e chacaras. Os infractores serão multados em 4000 réis. Quando os proprietarios tiverem seus predios fechados,

e residirem fóra, não terá logar a multa senão depois de admoestados pelo Fiscal.

ARTIGO 100. Ninguem poderá depositar nas ruas, praças, ou estradas e caminhos publicos cisco, agoas, animaes ou aves mortas, e nem outro qualquer objecto que suje as mesmas, sob pena de pagar de 4\$000 a 12\$000 rs. de multa. Os donos dos animaes, que morrerem nas ruas, serão obrigados a mandal-os enterrar á sua custa sob as mesmas penas, e quando se ignore quem sejam, o Procurador da Camara, avisado pelo Fiscal, os mandará enterrar á custa da mesma.

ARTIGO 101. Todo o edificio, muro, ou tapamento de qualquer natureza que seja, que se achar em estado de ruina, será demolido á custa do proprietario, quando, pelo exame do Fiscal respectivo com dous peritos, se decidir que não admite reparo. O Fiscal, tendo antes procedido ao auto de exame, advertirá ao mesmo proprietario, ou quem suas vezes fizer, para immediatamente proceder á demolição. No caso, porém, de que seja admissivel o reparo, será este feito no praso que o Fiscal indicar, na conformidade do que disserem os peritos, sendo obrigado o proprietario a fazer a despesa do exame. Quando haja contravenção, será tudo feito á custa do proprietario, o qual responderá por todas as despesas, que se tiverem feito, segundo a conta do Fiscal.

ARTIGO 102. Ninguem poderá fazer escavações ou tirar terra nas praças, campos e estradas, ou quaesquer outros logares de transito publico. As escavações, que existirem em taes logares, serão entulhadas no prazo de seis mezes pelos possuidores dos respectivos terrenos. Os contraventores incorrerão na pena de 4\$000 réis de multa, e de 8\$000 a 20\$000 réis nas reincidencias.

ARTIGO 103. Ninguem poderá construir pontes sobre rios navegaveis sem licença da Camara, a qual será dada com a designação da altura, que aquellas devem ter, para não estorvarem a navegação nas enchentes dos mesmos rios. O infractor será multado em 6\$000 réis, e obrigado á demolição.

ARTIGO 104. Todas as cancellas serão faceis de abrir, de modo que qualquer cavalleiro o possa fazer commodamente, e terão uma largura tal que, pelo vão das mesmas passe livremente qualquer carro ou carroça. O infractor será multado em 4\$000 réis.

ARTIGO 105. Os proprietarios, ou quem suas vezes fizer, serão obrigados a concertar e a trazerem sempre limpas as suas testadas, dando esgoto ás agoas, e concertando as estivas e pontes da sua visinhança, em que forem interessados, e

desassombrando os caminhos onde preciso fôr. O contraven-
tor será multado em 4\$000 réis.

ARTIGO 106. Quando algum ou alguns moradores não
cumprirem o dever, de que falla o artigo acima, poderá o Fis-
cal mandar fazer o concerto ou limpeza, e haver a despeza
dos que não concorreram, sem que possam pôr duvida ao pa-
gamento da quantia devida, para o que apresentará ao deve-
dor a conta documentada e em fôrma legal, e approvada pelo
Procurador da Camara. Quando a obra for tão custosa que
exceda às forças e possibilidades do proprietario, o Fiscal
representará á Camara, para esta resolver como convier.

ARTIGO 109. As cercas de espinhos, ou de cutra qualquer
arvore, serão plantadas quatro palmos arredados da frente
do alinhamento das estradas ou ruas. O contravenor paga-
rá 8\$000 reis de multa, e 12\$000 a 20\$ reis nas reinciden-
cias.

ARTIGO 108. Os carreiros e carreteiros, que não saibam
conduzir pelo centro das ruas os carros, serão multados em
4\$000 reis, e apprehendidos os ditos carros e carroças, cujos
conductores infringirem este artigo, conservados em deposito
por tres dias, se antes não houverem pago a multa.

ARTIGO 100. Todos os caminhos e atravessadouros serão
feitos por quem delles tirar proveito, e logo que forem avisa-
dos por ordem do Fiscal respectivo, que lhes marcará o dia
para ajudarem o concerto do dito caminho, deverão compa-
recer, sob pena de 4\$000 reis de multa, além do pagamento
do jornal da pessoa, que o Fiscal ajustar para fazer o serviço
ou concerto.

ARTIGO 110. As licenças, que se concederem para deposi-
to de materiaes nas ruas, não se entenderão com os que se
possam recolher dentro das obras, porque estes serão assim
recolhidos no praso de 48 horas, sob pena de 4\$000 réis de
multa. Quanto aos demais, será obrigado o dono da obra a
deixar livre o transito publico, e logar sufficiente para a pas-
sagem de carros, sob a mesma pena de 4\$000 réis.

ARTIGO 111. E' prohibido conduzir madeiras de rasto
pelas ruas, estradas e caminhos publicos sem ser em carretão.
O contravenor pagará 4\$000 de condemnação, e nas rein-
cidencias 8\$000 réis.

ARTIGO 112. Os caminhos particplares centraes, que de-
rem servidão aos moradores, quer para seguir ao porto de
embarque, quer para sair á estrada publica, e que ainda em
parte se acharem despovoados, serão reparados ou concer-
tados pelos moradores que delles se utilisarem, sem n'isso in-

tervirem os proprietarios senão como parte interessada, quando delles tambem façam uzo; não podendo todavia oppôr-se a que se façam os concertos, que forem mister para o livre transitio, sob pena de que, recusando-se áquelle serviço, quando competentemente chamados, serão multados em 3\$000 reis, e, reincidindo, no dobro, uma vez que dos caminhos façam uzo para seus interesses.

ARTIGO 113. As ruas que d'ora em diante se tenham de abrir nos logares despovoados, e não alinhados dentro da Villa, e seus limites, bem como nas freguezias, e mesmo n'aquellas ruas já em parte povoadas, que ainda admittam alterações, deverão ter cincoenta palmos de largura, e sessenta quando o terreno o permittir, sendo cincoenta e cinco o termo medio.

ARTIGO 114. Ninguem poderá edificar ou reedificar, tocando na frente do predio, ou fazer qualquer obra de pedra, cal ou madeira (estão comprehendidas neste artigo as cercas de taboado) nas ruas, estradas ou travessas, sem pedir licença á Camara Municipal e o arruamento, o qual se lhe mandará fazer pelos officiaes a quem estiver encarregado este serviço.

Os requerimentos para taes licenças poderão ser apresentados em qualquer das reuniões da Camara, e nos intervallos, ao Presidente d'ella. Os que fizerem qualquer das obras especificadas acima, sem licença, ou se afastarem do arruamento, que lhes fôr feito, serão multados em 20\$000 réis, e obrigados á demolição da obra, não podendo os notificados pedir indemnisação alguma; e quando o não façam no termo de trez dias depois da notificação, será a obra demolida á sua custa por mandado da Camara.

ARTIGO 115. Nenhum predio será edificado sem ter dezoito palmos pelo menos de pé direito contados da soleira ao frechal; e sendo de sobrado, do pavimento até o frechal, não sendo comprehendidos n'estas dimensões: 1.º Os predios edificados fóra das povoações e suas visinhanças, não sujeitos ao arruamento: 2.º aquelles que, em razão do seu uzo, demandarem maior altura, como sejam, Templos, Theatros, Fabricas & :

São visinhanças das povoações os terrenos em distancia de cincoenta braças em circumferencia dos arraiaes sujeitos ao arruamento. Todos os predios terão simalhas, as portas das frentes treze palmos de altura, e seis de largura; as janella, oito e meio, e seis nos dous sentidos; em caso algum terão as portas menos de doze e cinco palmos, as janellas oito e meios e os membros trez palmos pelo menos, incluindo os portaes,

e nunca mais de seis; as vergas serão direitas ou de semicirculo. Não havendo espaço sufficiente para regular-se esta symetria, poder se ha diminuir meio palmo em uma ou outra destas dimensões. As janellas dos sobrados, suas vergas e membros corresponderão em tudo ás das lojas. Todas as vergas serão collocadas ao nivel e na distancia de quatro palmos abaixo do telhado, inclusive a simalha e as mesmas vergas; exceptuam-se as portas e janellas dos edificios apontados nos paragraphos primeiro e segundo deste artigo. Todo o que infringir estas disposições será multado em 10\$000 réis, e obrigado á demolição da obra.

ARTIGO 116. Os proprietarios, que edificarem, serão obrigados á calçar suas testadas com oito palmos de largura, seguindo o nivelamento da rua.

Os contraventores serão multados em 4\$000 réis, e obrigados a demolir as calçadas á sua custa, para fazel-as segundo a largura e nivelamento estabelecido, e sendo culpados os mestres das obras, pagarão estes as multas referidas.

ARTIGO 117. As estradas, caminhos e pontes serão construidos na fórma dos artigos 96, 97 e 98 deste Codigo, e aquelles o mais rectos que fôr possível, sem grande prejuizo dos proprietarios,

ARTIGO 118. Todos que possuirem terrenos em que hajam edificios totalmente arruinados, ou que, tendo sido principia-dos, não foram concluidos, são obrigados a edificar de novo, ou a fechar os mesmos terrenos. Os contraventores incorrerão na multa de 4\$000 réis, que será duplicada, senão cumprirem esta disposição no prazo de seis mezes.

ARTIGO 119. Os proprietarios de terrenos nas margens de rios, caminhos e estradas publicas não poderão privar o transito aos moradores centraes pelo caminho, que fôr mais perto, para seguirem ao porto ou sahirem á estrada. Os contraventores soffrerão a multa de 10\$000 reis, e o dobro nas reincidencias.

ARTIGO 120. Nenhum fazendeiro ou dono de terras poderá usurpar a servidão das estradas, caminhos, vallas publicas, rios, corregos e fontes de serventia publica, tapando, mudando ou estreitando-as á seu arbitrio. O que ao contrario fizer, será multado em 15\$000 a 30\$000 réis, e na prompta restituição : no caso de contumacia, será a estrada, caminho, val-la, rio, corrego ou fonte restituida ao seu antigo estado pela Camara á custa do contraventor.

Capítulo 11.

CULTO PUBLICO.

ARTIGO 121. Não se poderá fazer festejos de Santos em casas particulares em que haja Juiz, novenas leilão e armações, com portas abertas, sem ter-se para isso licença da competente Autoridade Ecclesiastica. Os inspectores de quarteirão serão vigilantes no cumprimento desta postura, dando parte á qualquer autoridade policial, para esta dar as convenientes ordens para sua execução, quando tal caso se dér. Os que contravierem, soffrerão a multa de 8\$000 reis, e do dobro nas reincidencias.

Capítulo 12.

RENDAS MUNICIPAES.

ARTIGO 122. Ninguem poderá trazer carros e carroças pela Villa sem mostrar ter pago a contribuição estabelecida, sendo os mesmos carros e carroças numerados pelo respectivo Fiscal. Os contraventores pagarão 8\$000 reis de multa.

ARTIGO 123. Aquelles que trouxerem á esta Villa objectos, de que devam pagar contribuição á Camara, e que, occultando os, não mostrem tel-a já pago, ou dentro de trez dias os não manifestarem ao Procurador da Camara, serão, além da satisfação da contribuição devida, multados na quantia de 8\$000 reis, da qual terá metade o denunciante.

ARTIGO 124. Ninguem poderá vender fazendas ou quaesquer mercadorias em casas particulares sem tirar licença da Camara; e pagará por cada vez 20\$000 reis, em conformidade da Lei Provincial n. 503. O contraventor, além de pagar o imposto, será multado na quantia igual á da imposição.

Capítulo 13.

DISPOSIÇÕES GERAES.

ARTIGO 125. Os autos de achada e violação determinados pelos artigos 11 e 12 do Capítulo 2.º serão lavrados e assignados pelo respectivo Fiscal, e pelos peritos que a Camara nomear para esse fim, salva a disposição do artigo 206 doCodigo do Processo.

ARTIGO 126. Todas as penas nos casos de reincidencia serão duplicadas, não estando disposto o contrario nos respectivos artigos.

ARTIGO 127. Serà permittido aos senhores commutarem em dinheiro as penas de prisão de seus escravos, na rasão de 5\$000 reis por dia de prisão, e da mesma fórma e na mesma rasão serão commutadas em prisão as penas pecuniarias.

ARTIGO 128. Fica prohibido o córte de arvores e madeiras á beira das estradas e caminhos (excepto nos lugares humidos), não só para maior commodo dos viandantes, como para evitar que se arruinem com taes derrubadas: isto se entende depois que as estradas e caminhos tiverem a largura determinada por este Codigo.

ARTIGO 129. E' prohibido ter varaes nas ruas, praças, praias e estradas da Villa e povoações, seja para que qualidade de objecto sôr. O contraventor será multado em 4\$000 rs. e no dobro nas reincidencias.

ARTIGO 130. Todo aquelle que desobedecer ao Fiscal no exercicio de sua jurisdicção soffrerá a multa de 4\$000 reis, além da pena em que possa incorrer.

ARTIGO 131. E' prohibido lançar ao mar e em outro qualquer logar do Municipio os lastros de arêa e pedra dos navios, que serão descarregados nas praias, em logar qua a maré cheia não chegue. Os contraventores serão multados em 20\$000 reis, e no dobro nas reincidencias, sendo metade da multa paga pelo mestre, e a outra metade pelas pessoas da tripulação.

ARTIGO 132. A imposição da multa não exime os réos da satisfação dos damnos, pelos quaes o prejudicado poderá intentar a acção competente, e nem das despezas e custas a que tiverem dado cau sa.

ARTIGOS ADDICIONAES.

ARTIGO 1. E' prohibido estabelecer nos caminhos e estradas cancellas, excepto as destinadas para substituirem as que, da data da publicação deste já existirem e se acharem arruinadas, e as que se tornarem precisas para fechar as cercas existentes, que, pela factura de novos caminhos forem atravessadas.

ARTIGO 2. ° Dentro de trez mezes da mesma data, devem ser extinctas nas estradas rodaveis as cancellas, que não existiam quando se acabou a factura das mesmas estradas.

ARTIGO 3. ° As cancellas que, de data antiga, existirem nas estradas declaradas rodaveis pela Direcção, e, em regra, da largura de duas braças ou mais, serão extinctas até o fim do anno de 1869.

ARTIGO 4. ° Da determinação antecedente ficam tempo-

rariamente exceptuadas as sortes de terras que carecerem de mais de 250 braças de cercas em todo para a separação dos seus pastos da estrada, ficando-lhes permittidos os seguintes prazos, dentro dos quaes os proprietarios teem de extinguir as respectivas cancellas e cercar as estradas, que atravessarem seus pastos :

de 250 á 350 braças de cercas até o fim de 1870		
de 350 á 550 ditas	idem	idem 1871
de 550 e mais ditas	idem	idem 1882

ARTIGO 5.º Formando-se em estradas rodaveis os caminhos ordinarios, que até'gora só serviram para o transito dos cavalleiros e pequenos carros, e atravessando ellas terras cercadas, é permittido estabelecer n'ellas cancellas até que os lados da estrada sejam munidos de cercas. Para este fim fica concedido ao proprietario o prazo de seis mezes, no fim do qual as cancellas devem ser extinctas.

ARTIGO 6.º Quando novas estradas rodaveis, q' se abrirem, atravessarem pastos existentes e cercados, os respectivos proprietarios n'ellas podem estabelecer cancellas, mas devem extinguil-as dentro de seis mezes, se o comprimento da nova cerca, que é necessaria para separar o pasto da estrada, não exceder a 150 braças. Excedendo, porém, este comprimento, ficam concedidos os seguintes prazos para a factura das mesmas cercas, e extincção das cancellas :

de 150 á 250 braças de cercas	um anno
de 250 á 350 ditas	dous annos
de 350 á 500 ditas	trez annos
de 500 á 700 ditas	quatro annos
de 700 para cima	cinco annos

ARTIGO 7.º Os que não tiverem cumprido as determinações acima nos prazos estabelecidos, serão reprehendidos pelo Fiscal, e pagarão a multa de 2\$000 reis; se quinze dias mais tarde ainda as não tiverem cumprido, a multa será de 4\$000 reis; e se emfim outros quinze dias mais tarde a cancella ou cancellas em questão ainda existirem, o Fiscal deverá destruil-las, que, sob pena de desobediencia, já não podem ser restabelecidas; soffrendo o infractor, além disso, a multa de 6\$000 reis, e pena de dous dias de prisão.

ARTIGO 8.º As cancellasterão a largura de dez palmos, para que quaesquer carros as possam passar, e devem ser de construcção tal, que tambem os cavalleiros com facilidade as possam abrir. O infractor pagará a multa de 1\$000 reis, e o

dobro, se o defeito não fôr removido dentro de seis dias ; e se outros seis dias mais tarde o defeito ainda subsistir, pagará 4\$000 réis de multa, e a cancella defeituosa será destruída pelo Fiscal, não podendo ser mais estabelecida.

ARTIGO 9. ° Os que deixarem abertas as cancellas de regular construcção, e que com facilidade se movem, quando pelas mesmas passarem, pagarão a multa de 1\$000 réis, e o dobro nas reincidencias. Além disto ficam responsaveis pelo damno que o gado, que sahir, acaso causar nas plantações, e pelo prejuizo que ao proprietario do mesmo resultar, para reconduzi-lo dentro da cêrca e cancella ; e não tendo logo com que pagar soffrerão a pena de um dia de prisão, que, nas reincidencias, será augmentada até o dobro e triplo.

ARTIGO 10. Nas sorte de terras, que tiverem sua frente em um rio ou ribeirão, entretanto que o caminho ou estrada communal passar em distancia maior de sessenta braças do barranco, em que os habitantes costumam edificar suas casas, os proprietarios teem de tolerar uma vereda ou caminho de visinhos, o qual, porém, não póde ser transitado senão por andantes á pé. O infractor pagará a multa de 2\$000 réis, e o dobro nas reincidencias, tendo de soffrer as mesmas multas os que em taes veredas ou caminhos de visinho transitarem á cavallo, ou conduzirem gado, sem licença do respectivo proprietario.

ARTIGO 11. E' prohibido aos cavalleiros e conductores de gado e carros atravessarem as pontes em outro passo que não fôr o tranquillo e quieto. Os infractores, que as passarem á galope, pagarão a multa de 500 réis, e á trote a de 200 réis. Não pagando elles immediatamente, o cavallo, carro ou gado ficará retido ; e, subtrahindo-se ao pagamento pela fuga, serão processados e punidos como desobedientes, pagando, além disso, o decuplo das multas estabelecidas.

ARTIGO 12. Além disto, os infractores que, dentro de seis mezes, assim forem multados por seis vezes, e persistirem na infracção, podem ser punidos com um dia de prisão, sobre tudo se concorrer a circumstancia aggravante de elles terem despresado a advertencia de qualquer habitante na rapida passagem das pontes.

ARTIGO 13. A vigilancia sobre a execução desta postura compete não só ao Fiscal, seus subditos, ajudante e mais pessoas officialmente incumbidas da vigilancia sobre a conservacão dos publicos meios de viação, como ainda aos Juizes de paz, ao Subdelegado de policia e supplentes d'elle, aos Inspectores de quarteirão, e em fim ao pessoal da Direcção da Colonia

Blumenau, que todos são também competentes para immediatamente cobrarem as respectivas multas, devendo-as logo entregar ao Fiscal.

Paço da Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina, 30 d'Abril de 1868.

O Presidente

Joaquim Gomes d'Oliveiro e Paiva.

O 1.º Secretario

José Caetano Cardozo.

Lei n. 607, de 4 de Maio de 1868.

Approva o Compromisso da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos da parochia de Porto-Bello.

ADOLPHO DE BARROS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE LACERDA, PRESIDENTE DA PROVINCIA DE SANTA CATHARINA.

Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléa Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a Resolução seguinte:

ARTIGO UNICO. Fica approvedo o compromisso da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos da parochia de Porto-Bello, abaixo transcripto, assignado pelo Presidente e 1.º Secretario da assembléa; e revogadas as disposições em contrario.

Mando, por tanto, a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém. O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Governo da Provincia de Santa Catharina, aos quatro dias do mez de Maio de mil oitocentos sessenta e oito, quadragésimo sétimo da Independencia e do Imperio.

(L. do S.) *Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.*

Nesta Secretaria do Governo da Provincia de Santa Catharina, foi sellada e publicada a presente Lei, aos 4 dias do mez de Maio de 1868.

Luiz Augusto Crespo.

ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS - 16/12/1924 - 12/06/2018

Hei de fazer a pergunta que se faz em nós, desde que nos põem cegos e que surge como uma pergunta que havemos de fazer se interrogamos pelos caminhos de Deus.

Uma verdade permanece como espaço: Itajaí.

Há uma verdade sempre e há uma verdade que nos inventa uma nova claridade: esta cidade que está em ti - no tempo espaço aberto pela dor de haver uma verdade palejante.

A cidade quer te recordar assim como tu recordas a tua Pátria Verdadeira... e sua infância era na sua pátria de sonho... sua adolescência, aquela que se criara... e toda sua vida foi a sua vida que sonhara e viu que não podia ser outra vida que tivesse existido... e da vida que lhe parecia ter sonhado, tudo era real e tinha sido.

E uma verdade pulsa, como Tempo.

E pulsa na memória coletiva o penhor dos teus êxitos, por dedicação ao trabalho; a segurança de sua autoridade, por obediência à disciplina; o respeito do povo catarinense - esse teu irmão - por sua honradez e correção.

Nenhuma carta sem resposta; nenhum assunto sem acompanhamento... De certo porque aprenderas que a palavra é a música da terra, assim como a música é a língua dos céus. E é, a tua palavra, na comunicação entre o céu e a terra, a Palavra que existe para que haja a sociedade humana grande e pequena; contraditória e harmônica, boa e má, mesquinha e generosa, amorosa e cruel, triste e alegre; igual a todos nós como ela é.

Assim ascendestes prestigioso na opinião pública, apontado pelos profissionais, aceito pelos políticos e indicado pelo povo... como Homem de Governo, confirmastes as esperanças de todos, agindo na esfera administrativa com decisão e capacidade organizadora, que vos trouxeram os aplausos de todo o território nacional sem distinção de partidos ou de cores partidárias.

Revertere ad locum tuum, retorna ao teu lugar. Repousas agora no ventre de tua Mãe - esta terra catarina.

Uma homenagem do Município de Itajaí e da Fundação Genésio Miranda Lins

RECORDANDO: ALGUMAS HISTÓRIAS DO CONSTRUTOR GUILHERME MÜLLER

Carlos Henrique Müller, médico, memorialista e genealogista.



*O casal Carolina e Guilherme Müller.
Acervo do autor.*

EM UMA PALESTRA PROFERIDA NO ROTARY CLUB DE ITAJAÍ, por Marcos Konder, no ano de 1950, ele discursava sobre as antigas administrações da cidade e citou alguns fatos relacionados ao mestre construtor Guilherme Müller. Lembrou, primeiro, que este era compadre de seu pai e, de fato, Guilherme e sua esposa Carolina, nascida Lange, eram os padrinhos de sua irmã Adelaide, a qual mais tarde casou em Itajaí com o médico Affonso Homem de Carvalho, e mais tarde foram residir no Rio de Janeiro. Lembrou ainda, que o construtor era uma pessoa de espírito jovial e satírico, e que tinha o hábito de escrever sobre o cotidiano da cidade. Tais textos, segundo Konder, deveriam ser publicados, pois não havia neles nenhum comentário que fosse pejorativo aos vivos de então. Lembrou que ele mesmo recebera um apelido no passado, o de "Padre fracassado", e explicou que esta denominação foi dada a ele pelo construtor, justificada pelo fato de que, quando jovem quisera ser padre, e para realizar tal desejo, havia estudado no Colégio Santo Antonio em Blumenau, mas este desejo nunca se concretizou.

Na verdade, a amizade entre o construtor e Marcos Konder foi precedida pela dele com o seu pai, Marcos Sênior. Isto começou durante, e se manteve depois da construção da casa da família Konder, a qual é conhecida hoje como Casa Konder. Para esclarecer algumas dúvidas desta construção, é importante dizer que os adornos e a atual fachada foi o resultado de uma obra de modificação realizada por outro construtor, Rodolfo Rönick, algum tempo depois que o patriarca da família Konder já havia falecido, e também, após Guilherme Müller parar de trabalhar como mestre de obras, algo que ocorreu no início da década de 1900. No mês de janeiro de 1899, após um período de chuva torrencial na cidade, várias casas apresentaram inúmeras goteiras, inclusive, a casa da família Konder. Pensando no ocorrido, Guilherme Müller escreveu: "ainda bem que ele não teve que vivenciar isto, pois senão ele me faria tirar todo o telhado, e remontá-lo, telha por telha!". Ele, no caso, era o velho Konder.

Ainda sobre a construção de residências, um acontecimento quase abalou a amizade dele com seu conterrâneo de Helmstedt, Guilherme Asseburg. Este último pediu a ele que fosse até a sua residência para combinar alguma coisa, sem especificar se o assunto era de ordem comercial ou particular. Então o armador apresentou dois projetos: primeiro, aumentar a altura do armazém do antigo moinho em mais um metro e um telhado de zinco como cobertura e, em sua casa, elevar a parede dos fundos e também construir na parte de trás duas varandas externas, uma por cima da outra. Mas esta última parte do serviço só deveria ser feita quando a primeira - o serviço do armazém - estivesse concluído, para poder abrigar ali os móveis da casa. E assim sendo, solicitou a seu antigo mestre de obras um orçamento para tal empreitada.

O construtor ficou o resto do dia calculando o orçamento dos materiais e dos serviços de carpintaria e de mão de obra. Ao terminar os cálculos, pensou que provavelmente Asseburg iria "perder o apetite" quando se deparasse com a soma de quatro Contos, pois este era somente o valor do custo, e ele faria gosto de não realizar tal serviço, pois além de trabalhoso e demorado, iria resultar em quase nenhum lucro. Mas, não foi bem assim que o comerciante reagiu. Ele ficou irritado com o orçamento que lhe foi entregue e disse ao seu mestre de

obras que ele não deveria ser tão descomedido (disse assim, para não dizer descarado), pois já teria ganhado muito com ele (o que o velho mestre concordou em pensamento) e por isso, deveria haver mais consideração e, que se ele pedisse para o “urrador” (mais adiante a identificação deste), este faria pela metade. Respondeu que não havia feito o orçamento para aceitar o pedido, mas apenas para que o comerciante tivesse uma noção dos custos, e que ele mesmo poderia comprar o material, a madeira, as pedras e também o seu serviço e o do carpinteiro, pagando os serviços por dia de trabalho, pois ele não queria e nem iria lucrar nada e, que mesmo deste modo, a obra não iria ficar pronto por menos de quatro contos, sendo necessário economizar em muitas coisas. O tempo passou e depois de uma segunda opinião, Asseburg viu que realmente o custo seria ainda maior do que o calculado, mas talvez por orgulho, não chamou o velho mestre e sim Rönick, o apelidado “urrador”, um animal que produz grande ruído, justificado a ele pelo fato de a todo o momento exaltar as suas virtudes e seu trabalho como arquiteto. Mas o velho mestre assim ficou satisfeito e desejou sorte a Rönick que iniciava suas atividades na época.

Pouco tempo depois, Manoel Fontes solicitou a ele o orçamento de um projeto que mais tarde ficou conhecido como o “Casarão Fontes”. Foi um de seus últimos trabalhos. Ele já recusara também ofertas de clientes antigos, como os Malburg, Bauer e entre outros. O Padre Peters havia solicitado a ele a construção de uma capela em Barra Velha, e este trabalho, depois de já iniciado, o mestre delegou a outro construtor. Já estava atarefado com muitos outros serviços e ele sabia que já não tinha a mesma saúde de antes. Naquele momento, Guilherme Müller já estava praticamente encerrando a sua vida como construtor e analisava de forma realista o ramo de trabalho da construção. Ele lembrou que, quando saiu de Blumenau e optou por viver em Itajaí, isto se deu porque ali quase não havia casas de alvenaria, e quando chegou, ele era o único construtor. Naquele momento, somente ele tinha consigo 17 pedreiros. Por coincidência, naquele momento, ele recebeu a visita de um dos construtores de Blumenau com quem ele disputava o mercado, cerca de trinta anos antes. Este construtor chamava-se Karl Knoppe e este ofereceu para Müller comprar algumas de suas ferramentas pessoais de trabalho, pois já estava com 77 anos de idade e não tinha mais forças para trabalhar neste ramo, e que também, com todo aquele tempo de trabalho, ele ainda não tinha uma casa própria para morar.

Há mais de 30 anos que ele saíra de sua pátria e as esperanças que ele trouxe junto, no seu entender, foram mais do que atendidas, pois ele não acreditava na possibilidade de que,

em um determinado momento de sua vida, ele iria poder viver das economias feitas ao longo dos anos, como já acontecia. O seu sonho inicial era “ter um pequeno pedaço de terra com uma casinha bonita em cima, não mais que isto”. Era grato a Deus, que o abençoou com trabalho e, de certa forma, também com saúde,



Casa Fontes. Acervo do autor.

*Guilherme Müller,
esposa, filhas,
genros e netos.
Acervo do autor.*



embora algumas vezes a sua perna doente causou-lhe amargas horas de dor, mas ele não se queixava, pois sempre pudera trabalhar, mesmo que isto, em alguns momentos, fosse algo bem difícil. Pensava em quantos trabalhadores com família grande tinham muito menos e precisavam se arranjar. A crise financeira da época fazia com que cada dia ficasse pior, com

menos trabalho e muitos pedreiros e carpinteiros estavam sem ocupação e não havia sinais de melhora da situação. A preocupação que tinha era apenas aonde ele encontraria trabalho e renda para todos aqueles pedreiros, carpinteiros e ajudantes que o acompanhavam.

Ele estava quase chegando ao ponto que ele desejava alcançar: usufruir de descanso ou se retirar dos negócios. Com certeza, muitas vezes pensava que seria difícil ficar sem ter uma ocupação, mas esperava acostumar-se mais rapidamente a isso do que ao contrário. O fato de ele ter vivenciado muitas coisas boas e também ruins, muitas horas alegres e outras horas tristes, isto estava, segundo ele próprio, no destino de cada ser humano. A diferença de tudo isto seria apenas que a distribuição destes acontecimentos é muito diferente de uma pessoa para outra, “muitos andam sempre sobre rosas, mas muito mais pessoas pisam em espinhos”. Também ele não foi poupado de momentos de grande tristeza: a perda de um filho. Sim, um dos filhos, chamado Otto, faleceu já adulto, e isto aconteceu em 1899.

Quando eu escrevi a biografia de meu trisavô, no Anuário de Itajaí de 2009, sob o título “Ao mestre com carinho, recordando meu antepassado, o construtor Guilherme Müller”, nenhum dos descendentes sabia do destino de Otto Müller. Ele era na seqüência cronológica, o quarto filho homem de Guilherme. Os filhos mais velhos na ordem eram Franz, Fritz e Willi, e depois nasceram as duas filhas mulheres, Antoinette e Pauline. Otto era uma pessoa, nas palavras de seu pai, de grande teimosia. Havia casado no ano anterior, com Francisca dos Santos, filha da Professora Maria Amália dos Santos e isto para os seus pais foi uma benção, visto que ela era uma boa moça, do agrado de ambos e que conseguia transmitir tranquilidade ao rapaz. Quatro anos antes, Otto havia seguido para São Paulo sem avisar ninguém, e lá ficou doente e sem dinheiro, tendo que mandar pedido de ajuda financeira para poder retornar para casa. Ele seguiu a profissão de Alfaiate e pouco tempo depois de casar, decidiu seguir para Camboriú com a esposa, para lá morar e trabalhar. Porém, ficou gravemente enfermo e veio a falecer em 25 de julho de 1899, aos 26 anos de idade, sem filhos. Seu corpo foi trazido para Itajaí, em uma pequena lancha, pertencente ao curtume de Ernesto Schneider, e foi sepultado no antigo cemitério luterano.

Outra correção que eu devo fazer é sobre a infância de Guilherme Müller. Eu havia escrito anteriormente que ele fora criado por uma tia paterna, quando a sua mãe faleceu em 1845. Na verdade, depois de investigar mais aprofundadamente, verifiquei que ele foi criado

por sua avó materna, chamada Charlotte Müller. Quando esta casou em 1824, ela já havia tido dois filhos, Carl Heinrich e a mãe de Guilherme, Johanna Juliane. O marido de sua avó era viúvo do primeiro casamento e se chamava Anton Strobach, um mestre construtor, o qual ensinou a ele os ensinamentos da profissão. A emigração de Guilherme Müller e de sua primeira esposa, Hanna Carolina Stromeier, junto com o filho mais velho, o Franz, em 1867, não foi algo do agrado dos familiares. Sua avó faleceu em 1872 na Alemanha, mas eu nada encontrei que comprovasse que ele mantinha contato com ela, e não consegui ainda comprovar a existência de um possível irmão dele, cujo nascimento não foi encontrado nos registros da igreja luterana em Helmstedt, o qual teria emigrado para os Estados Unidos, segundo o próprio Guilherme.

Sobre a sua primeira esposa, existe em suas recordações, uma observação muito discreta e que pode passar despercebido por quem lê e não conhece o passado de sua vida. Foi o dia do falecimento da primeira esposa, em 1867, durante a viagem de navio ao Brasil: “06 de dezembro. † 32 anos se passaram, mesmo assim não foi esquecido.” E aí, mais adiante, uma pequena recordação de familiares que eu pude comprovar a veracidade. Quando Guilherme e a sua segunda esposa, esta a minha trisavó Carolina, já estavam com todos os filhos crescidos e fora de casa, eles adotaram uma menina órfã, chamada Ana Rocha. Ela era uma cabocla miúda e bastante tagarela, e que aprendeu a falar o alemão fluentemente com os pais adotivos. Depois que meu trisavô já havia falecido, após 1924, Ana volta e meia se desentendia com a sua mãe de criação e como uma forma de irritá-la, dizia que: “a estas alturas, ele (Guilherme) está agora lá no céu, junto a outra Carolina”, e assim ela conseguia tirar a calma de minha trisavó. Apenas para completar a história, alguns anos mais tarde, Ana Rocha já crescida e morando nas imediações da Rua Brusque, serviu de ama de leite de Gustavo Konder, filho de Marcos Konder e de Dona Corina Régis, e fez grande amizade com o menino. Tempos mais tarde, ela casou com um pescador, ela ficou conhecida na cidade como Dona Aninha de Cabeçadas, e

residia em uma casa de madeira na referida praia, a qual hoje não mais existe, mas ficava em um local rochoso, próximo aonde hoje existe o prédio do Iate Clube. Ela faleceu em idade bem avançada, mas em perfeita lucidez.

Ainda existem, nas anotações do velho mestre construtor, muitas histórias para serem contadas, e também muitas pessoas e fatos para recordar. Mas isto tudo para outros momentos, pois em um só texto, é simplesmente impossível escrever.

REFERÊNCIAS

- JORNAL do Povo. Itajaí, 07 de janeiro, 1951.
 MÜLLER, Carlos Henrique. **Os diários do construtor Guilherme Müller**. Arquivo pessoal do autor.
 REVISTA Blumenau em Cadernos. **Tipos Inesquecíveis**. Blumenau, t.12, n.12, p. 224-226, 1971.

Carolina, Paulina, Meta 1932.
Acervo do autor.





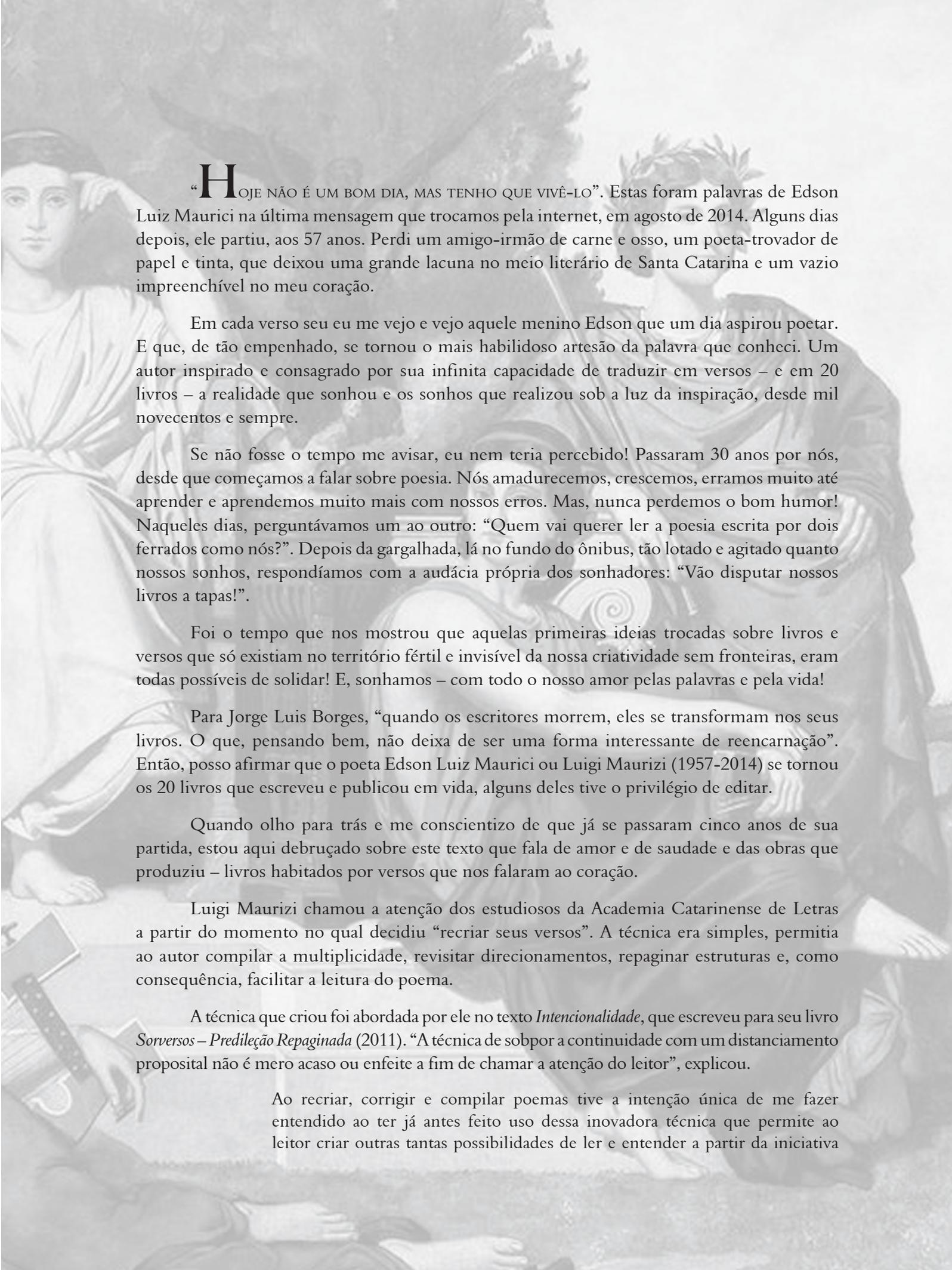
Fotografia de Erick Gianezzi.

Luigi Maurizi

*Saulo Adami - escritor, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.
Colabora com o Anuário de Itajaí desde 2012.*

HA CINCO ANOS,
UM POETA
SE TORNOU
SEUS LIVROS





HOJE NÃO É UM BOM DIA, MAS TENHO QUE VIVÊ-LO”. Estas foram palavras de Edson Luiz Maurici na última mensagem que trocamos pela internet, em agosto de 2014. Alguns dias depois, ele partiu, aos 57 anos. Perdi um amigo-irmão de carne e osso, um poeta-trovador de papel e tinta, que deixou uma grande lacuna no meio literário de Santa Catarina e um vazio impreenchível no meu coração.

Em cada verso seu eu me vejo e vejo aquele menino Edson que um dia aspirou poetar. E que, de tão empenhado, se tornou o mais habilidoso artesão da palavra que conheci. Um autor inspirado e consagrado por sua infinita capacidade de traduzir em versos – e em 20 livros – a realidade que sonhou e os sonhos que realizou sob a luz da inspiração, desde mil novecentos e sempre.

Se não fosse o tempo me avisar, eu nem teria percebido! Passaram 30 anos por nós, desde que começamos a falar sobre poesia. Nós amadurecemos, crescemos, erramos muito até aprender e aprendemos muito mais com nossos erros. Mas, nunca perdemos o bom humor! Naqueles dias, perguntávamos um ao outro: “Quem vai querer ler a poesia escrita por dois ferrados como nós?”. Depois da gargalhada, lá no fundo do ônibus, tão lotado e agitado quanto nossos sonhos, respondíamos com a audácia própria dos sonhadores: “Vão disputar nossos livros a tapas!”.

Foi o tempo que nos mostrou que aquelas primeiras ideias trocadas sobre livros e versos que só existiam no território fértil e invisível da nossa criatividade sem fronteiras, eram todas possíveis de solidar! E, sonhamos – com todo o nosso amor pelas palavras e pela vida!

Para Jorge Luis Borges, “quando os escritores morrem, eles se transformam nos seus livros. O que, pensando bem, não deixa de ser uma forma interessante de reencarnação”. Então, posso afirmar que o poeta Edson Luiz Maurici ou Luigi Maurizi (1957-2014) se tornou os 20 livros que escreveu e publicou em vida, alguns deles tive o privilégio de editar.

Quando olho para trás e me conscientizo de que já se passaram cinco anos de sua partida, estou aqui debruçado sobre este texto que fala de amor e de saudade e das obras que produziu – livros habitados por versos que nos falaram ao coração.

Luigi Maurizi chamou a atenção dos estudiosos da Academia Catarinense de Letras a partir do momento no qual decidiu “recriar seus versos”. A técnica era simples, permitia ao autor compilar a multiplicidade, visitar direcionamentos, repaginar estruturas e, como consequência, facilitar a leitura do poema.

A técnica que criou foi abordada por ele no texto *Intencionalidade*, que escreveu para seu livro *Sorversos – Predileção Repaginada* (2011). “A técnica de sobpor a continuidade com um distanciamento proposital não é mero acaso ou enfeite a fim de chamar a atenção do leitor”, explicou.

Ao recriar, corrigir e compilar poemas tive a intenção única de me fazer entendido ao ter já antes feito uso dessa inovadora técnica que permite ao leitor criar outras tantas possibilidades de ler e entender a partir da iniciativa

ou criatividade própria de cada qual, podendo ler o texto como tal se apresenta, ou desmembrar em múltipla recriação a partir da intencionalidade do autor. Isso propicia uma reestruturação múltipla a partir de uma mesma construção poética, sem que mude o sentido, ou se veja disforme o propósito intencional daquele verso. Assim, o que se pensava ser mero padrão decorativo elucidada sendo técnica que possibilite recriar, ou exercício de reestruturação variada a partir de um mesmo texto.

No *Introdutório* do mesmo livro, expôs as razões pelas quais introduziu tal técnica em sua lavra poética:

Sou acometido pelo desejo intencional de contemplar meus próprios versos desatrelados de possíveis simbologias, destituídos de nomenclaturas e assim, sentir unicamente a intensidade de cada pequena verdade, mesmo que uma palavra somente a ser um inteiro verso, e descobrir sua amplidão de sentidos. Mas que o comparativo seja desprezível!

Filho de Maria Steiner e Arthur Maurici, nasceu Edson Luiz Maurici em Brusque, Santa Catarina, em 23 de fevereiro de 1957. Fundador da ABLA – Academia Brusquense de Letras e Artes –, frequentou escolas, varais literários e proferiu palestras. Teve sua poesia semeada em livros.

Passou a escrever poemas a partir do final da década de 1970. “Minha preocupação, desde a primeira obra, foi a de não me deixar influenciar por outro estilo senão aquele ao que me havia proposto: um estilo próprio”, disse Maurizi.

E por isso não tenho nenhuma vergonha em dizer que poesia, naquele tempo, era pra mim uma proibição. Meu medo de seguir caminhos que não aqueles que eu mesmo tivesse construído era muito temeroso. Então criei meu próprio estilo, e sempre de forma *existencial* expus meus versos. Somente muito mais tarde, quando já na Academia, me forcei a vasculhar esse belo universo da poesia alheia.

Até lançar *Brotos de Amor* (1981), não tinha contato com outros autores. “Estranhamente, nada aconteceu com o fato de eu ter lançado dois livros, e em nada fui incluído naquele tempo, e passei a me dedicar à profissão e à família que, na época, era tudo que me enchia de prazer e realização, ao contrário da literatura”, afirmou Maurizi, que apenas 18 anos depois retomaria as publicações. “Foi então que o retorno me fez ser um poeta assíduo e responsável com esse público que se revelava. A poesia, a partir de um tempo, assim como aquilo que me motivava a escrevê-la, passaram a ser a motivação dos meus dias”.

Em uma de suas últimas entrevistas, respondeu às perguntas do jornalista Luiz Giancesini (Jornal Em Foco, Brusque): “Qual sua motivação pra escrever? E porque escrever?” Sua resposta:

Deixar plantada uma sementinha de possibilidade diferente da habitual, para que um outro veja o mundo com outras alternativas. Acho mesmo que esse é o maior motivo de escrever. Poder sentar e discutir essas alternativas, trocar argumentos e até mesmo modificar os meus próprios, esse é o maior *porquê*.

Depois de 20 livros de poesia, lançou seu primeiro livro em prosa, *Os Pés da Libertação* (2013), em coautoria com Lilli Steffens, que aos cinco anos de idade perdeu seus dois braços em uma moenda de cana, no interior de Lontras, Santa Catarina.

A obra, segundo Maurizi, “trouxe à tona toda verdade possível, e sem floreios”. Em sua opinião, esta é a função do escritor *ouretador de existências*. “Acho mesmo que fui muito feliz nesse livro, bem porque durante toda a minha vida trabalhei com deficientes, sei de suas dificuldades”, lembrou o escritor. “Fui um dos fundadores da ADEFI – Associação dos Deficientes Físicos de Itajaí –, trabalhei em hospitais e asilos, fazia atendimentos domiciliares e acompanhava todo sofrimento deles. Assim é que pude dar a veracidade maior ao livro da Lilli, uma vencedora que pode e deve se sentir exemplo de motivação”.

Selecionei para esta publicação um dos vários poemas que ele compôs em homenagem à Itajaí, reunidos no seu livro *Verso de Querena: A Cidade de um Porto* (2007).

Cidade de um porto
Luigi Maurizi

Bico do papagaio...
Entalho do acaso,
ao tempo...
De pedra, sem ser afiado...
Aponta o mar,
que leva e traz...

A carga,
que no porto aporta...
E o horizonte deporta.
Troca.
Guardada em porões...
Ou, à maresia exposta!

Cidade de um porto...
Gigante sem idade.
Valente braço da estiva...
Até, o aço do guindaste!
Troca do ensacado,
que o corpo suado...
Ao porão conduzia.
Era estiva... De outro dia!

Estiva de outrora...
De sacas ao ombro;
Ora, é só alavanca...



Que ao toque... Encaixa!
É container...

Cidade...
De ruas de leva e traz...
Até o braço de mar.
Onde o cesto, o porão esvazia...
Do barco, que sustento se faz!

Entra e sai...
Carga e povo;
Que leva... E que traz...
Na cidade de um porto...
Que é terra de um mar!

OBRAS DO AUTOR POESIA (EDSON LUIZ MAURICI)

1981 – *Brotos de Amor*; 1986 – *O Outro Lado* (2002, 2ª. edição).

POESIA (LUIGI MAURIZI)

2004 – *Feito (En)Canto – Volume I*; 2005 – *Feito (En)Canto – Volume II*; 2005 – *Cio da Estrada*; 2006 – *Concórdias... Em Despeio*; 2006 – *Poema Veríssimo*; 2007 – *Verso de Querena: A Cidade de um Porto*; 2007 – *Latência*; 2007 – *Verso de Desdiga*; 2008 – *Gorjeio Insonte*; 2008 – *Amar é Quase Assim*; 2009 – *Plenitude*; 2011 – *Alforria: Floreios na Servidão*; 2011 – *Sorversos*; 2011 – *Brisa de Acasos*; 2011 – *Retorno* (on-line: luigimaurizi.blogspot.com); 2012 – *Comod'Antes*; 2013 – *Relicário*, com Saulo Adami.

PROSA (LUIZI MAURIZI)

2013 – *Os Pés da Libertação*, com LilliSteffens

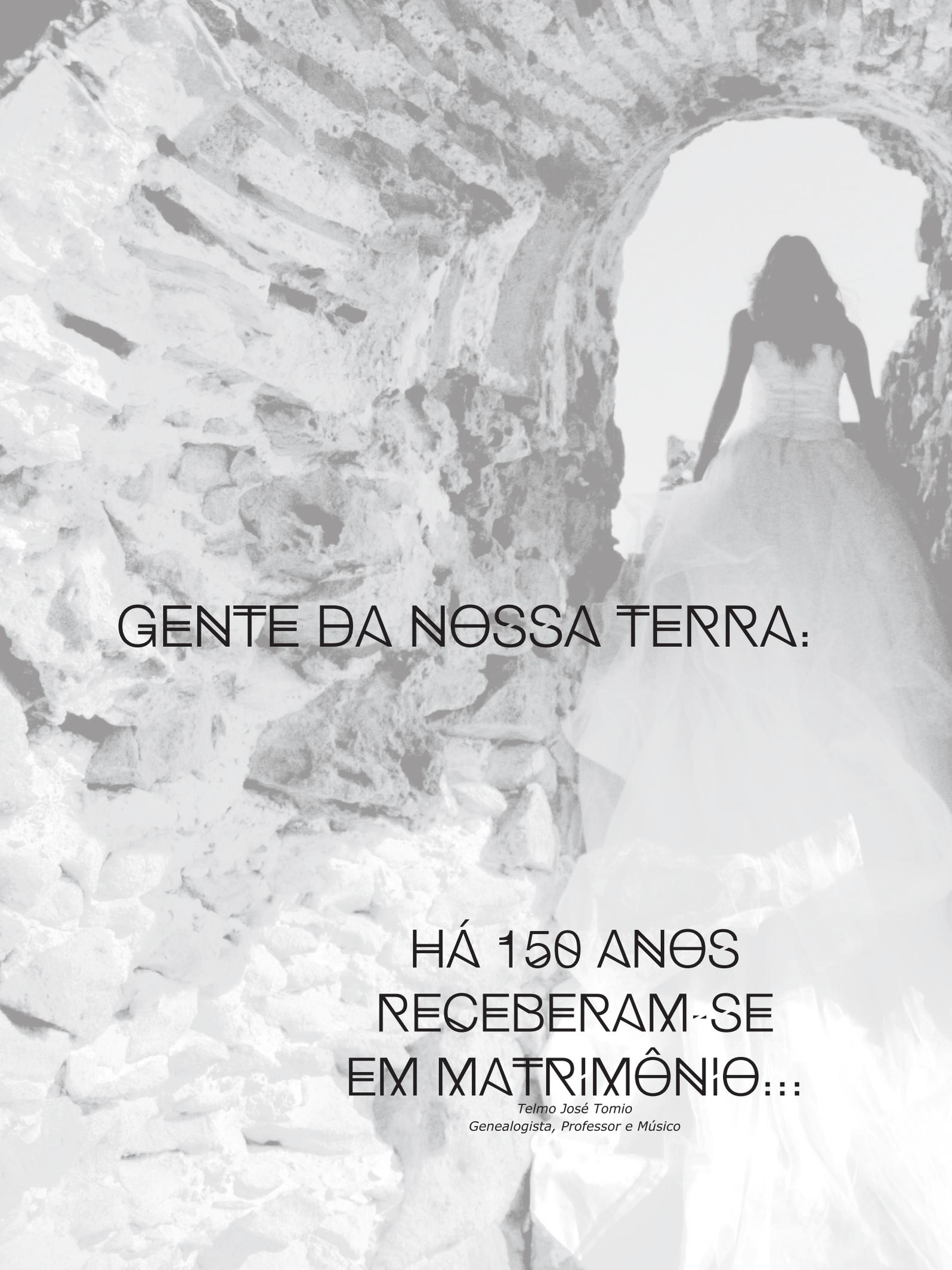
REFERÊNCIAS

GIANESINI, Luiz. *A hora e a vez de Luigi Maurizi*. In: *Jornal Em Foco*, Brusque, 13/06/2014.
LOBO, Ignez. *“Perdemos nosso maior poeta: Luigi Maurizi”*. In: *Tribuna*, Brusque, 22/08/2014.

Fotografias cedidas pelo autor.







GENTE DA NOSSA TERRA:

HÁ 150 ANOS
RECEBERAM-SE
EM MATRIMÔNIO...:

*Telmo José Tomio
Genealogista, Professor e Músico*

CASAMENTOS REALIZADOS NA PARÓQUIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO
DE ITAJAÍ, NO ANO DE 1868:

06.01.1868 – **Custódio Anselmo Marcos**, filho natural de Lucrezia Maria, com **Ignacia Maria**, filha natural de Maria Tomázia. Ele, filho natural, pai incógnito, natural desta freguesia. Ela, filha natural, pai incógnito, natural de Porto Belo. Testemunhas: Vicente Antônio da Silva e Antônio Pereira da Costa. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

01.02.1868 – **Manoel Lopes Fagundes**, filho de Pedro Lopes Ribeiro e Joaquina Rosa Fagundes, com **Maria Cardoso da Silva**, filha de João Cardoso da Silva e Maria Constantina Ventura. Ele, de Porto Belo, de pai já falecido. Ela, de Tijucas. Testemunhas: Romualdo Jerônimo Sedrez e Gabriel Lopes Fagundes. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

08.02.1868 – **Ignacio Domingos da Silva**, filho natural de Joanna Dominga da Silva, com **Maria Joaquina**, filha de Joaquim Lopes Duarte e Laurinda Rosa de Jesus. Ele, filho natural, de mãe já falecida. Ela, de pai já falecido. Ambos naturais de Penha do Itapocorói. Testemunhas: João Máximo Pereira e Quintino Tavares de Miranda. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

08.02.1868 – **Anastácio Luís Pereira**, filho de Luís Catarina e Francisca Joaquina, com **Serafina Antônia Alves**, filha de Martim Antônio da Silva e Antônia Alves da Silva. Ambos naturais de Penha do Itapocorói. Testemunhas: Vicente Antônio da Silva e Manoel João da Silva.. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

09.02.1868 – **José**, filho natural de Teresa Maria de Jesus, com **Maria**, filha de Vicente Bento Ferreira e Florentina Rosa de Jesus. Ele, filho natural, pai incógnito. Natural da freguesia de São Sebastião. Testemunhas: Alberto Antônio de Borba e Joaquim da Silva Santos. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

10.02.1868 – **José Dias de Oliveira**, viúvo de Maria Rosa de Jesus, com **Caetana Maria de Jesus**, filha de Manoel Antunes de Góes e Ignacia Maria de Jesus. Ela, nascida e batizada em Penha do Itapocorói. Testemunhas: Jacob Müller e [...?...]. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

24.02.1868 – **Alfredo Bertrando Border**, filho de José Border e Maria Border, com **Raimunda do Espírito Santo**, filha de Benjamim Alves dos Santos e Jesuína Maria do Espírito Santo. Ele, natural de Bordeaux, na França. Ela, desta freguesia do Santíssimo Sacramento. Testemunhas: Assenne Jean Joseph e Cipriano José Custódio. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

23.03.1868 – **Antônio Alves Gomes da Fonseca**, viúvo de Anna Fernandes, com **Maria Libânia da Conceição**, filha de Fidelis Correia de Negreiros e Alexandrina Maria da Conceição. Ele, nascido em batizado na freguesia de Couvelas, Porto, Portugal, viúvo de Anna Fernandes. Ela, desta freguesia de Itajaí. Testemunhas: Manoel Marcelino dos Santos e José Ignacio da Silva. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

04.04.1868 – **João Raimundo**, viúvo de Maria Rosa da Conceição, com **Rita Maria dos Santos**, filha natural de Joanna Maria da Encarnação. Ambos desta freguesia. Ele, viúvo de Maria Rosa da Conceição, da província de São Paulo. Ela, filha natural, pai incógnito. Testemunhas: José Francisco da Silveira e João Gonçalves da Silva. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

11.04.1868 – **José Pereira da Rocha**, filho de Manoel José da Rocha e Maria Joaquina de Jesus, com **Demetilde Maria da Silva**, filha de Adriano José da Silva e Maria Antônia de Oliveira. Ambos batizados e moradores nesta freguesia do Santíssimo Sacramento de Itajaí. Ela, de mãe já falecida. Testemunhas: João José Custódio e João Vicente da Silva. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

28.04.1868 – **Francisco de Souza de Oliveira**, filho de Luís de Souza de Oliveira, com **Joanna Rosa de Jesus**, filha de Domingos José da Rocha e Victorina Rosa de Jesus. Ambos nascidos na freguesia de Camboriú e batizados na freguesia do Santíssimo Sacramento de Itajaí. Testemunhas: Manoel Adriano da Silvae Manoel Ignacio da Costa. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

09.05.1868 – **Antônio Silvério de Andrada**, filho de Silvério Antônio de Andrada e Maria Caetana, com **Margarida Maria de Jesus**, filha de Antônio José Machado e Maria Bernarda de Jesus. Ele, de São José. Ela, de Itajaí. Testemunhas: Silvério Antônio dos Santos Leite e Albino Francisco Lopes. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

16.05.1868 – **Antônio Machado de Espíndola**, filho de José Machado de Espíndola e Januária Maria de Ramos, com **Jacobina Loh**, filha adotiva de José Antônio Pereira Tinoco e Benvinda do Carmo Pereira Tinoco. Ele, desta freguesia. A noiva, nascida e batizada em Hamburgo, na Alemanha, filha adotiva. Testemunhas: Julião Machado de Espíndola e Pedro Lopes de Miranda. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

22.05.1868 – **José Antônio de Souza**, filho de Antônio José de Souza e dona Emerenciana Rosa de Souza, com **Maria das Dores Dutra**, filha de José Machado Dutra e Genelícia Rosa de Jesus. Ambos moradores nesta freguesia. Testemunhas: Antônio Pereira Liberato e José Faustino Gomes. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

30.05.1868 – **João Félix Veríssimo Lopes da Silva**, filho de José Maurício Lopes da Silva e Maria Jesuína da Silva, com **Floriana Maria de Jesus**, filha de Antônio Francisco do Nascimento e Floriana Maria de Jesus. Ambos naturais e moradores nesta vila do Santíssimo Sacramento. Testemunhas: Antônio Vicente Ferreira da Luz e Augusto Moreira da Silva. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

06.06.1868 – **Antônio Alves Martinho**, filho de Martinho Antônio da Silva e Antônia Alves de Jesus, com **Maria Francisca de Jesus**, filha natural de Francisca Maria Joaquina. Ambos desta freguesia. Testemunhas: Vicente Antônio da Silva e Antônio Pereira Rabello. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

09.06.1868 – **Miguel Francisco do Nascimento**, filho de Manoel Francisco e Maria Rita de Souza, com **Silvana Maria de Jesus**, filha natural de Joaquina Maria de Jesus. Ambos

desta freguesia. Ela, filha natural, pai incógnito. Testemunhas: José Antônio d'Alcântara e Francisco Antônio dos Reis. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

13.06.1868 – **Manoel José Matheus**, filho de Matheus José Matheus e Maria Jacinta Rosa, com **Passinha Rosa de Jesus**, filha de Manoel Antônio de Souto e Ignacia Antônia de Jesus. Ele, de mãe já falecida, nascido e batizado na cidade de Santa Maria Magdalena, província de Sevoira(?), Portugal. Ela, desta vila de Itajaí. Testemunhas: Antônio Pereira Liberato e João Jacob Müller. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

16.06.1868 – **Honório Gonçalves da Silva**, viúvo de Maria Porfíria de Jesus, com **Maria Agostinha do Sacramento**, filha de José Gonçalves Lamim e Marianna Francisca de Jesus. Ele, viúvo de Maria Porfíria de Jesus. Ela, de pai já falecido. Ambos nascidos e batizados nesta matriz. Testemunhas: José Maria Couto e Benício Mathias. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

20.06.1868 – **João Luciano Vieira**, filho de Luciano Vieira e Anna Roa de Jesus, com **Maria Rosa**, filha de Silvério Coelho da Rocha e Maria Rosa da Conceição. Ambos desta freguesia. Testemunhas: Felício José Borges e Crescêncio João da Rocha. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

21.06.1868 – **João Jacinto da Cunha**, filho de Jacinto André da Cunha e Joaquina Maria de Jesus, com **Josepha Antônia de Souza**, filha de Antônio Francisco de Souza e Ricarda Maria de Jesus. Ambos desta freguesia do Santíssimo Sacramento de Itajaí. Testemunhas: Henrique Luiz Schnaider e Francisco Antônio dos Reis. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

23.06.1868 – **Francisco Antônio de Souza**, filho de Francisco Antônio e Ricarda Maria de Jesus, com **Maria Alexandra de Jesus**, filha Cristóvão Martinho da Silva e Alexandra Antônia de Jesus. Ele, desta freguesia. Ela, de Tijucas. Testemunhas: Avelino Eduardo da Silva e Francisco Salvio de Souza Medeiros. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

25.07.1868 – **Firmino Antônio Lopes**, filho de Antônio Lamim Lopes e Anna Polucena da Conceição, com **Maria Angélica do Espírito Santo**, filha de André Abílio da Cunha e Maria Josepha de Jesus. Ambos desta freguesia do Santíssimo Sacramento de Itajaí. Testemunhas: Cipriano José Custódio e João Antônio Correia. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

02.08.1868 – **Vitorino José Vieira**, filho de José Cardoso Vieira e Maria Josepha Campos, com **Firmiana Rosa de Jesus**, filha de José Theodoro Rodrigues da Silva e Maria Rosa Cardoso Vieira. Ambos desta freguesia do Santíssimo Sacramento de Itajaí. Dispensados do segundo grau de consanguinidade na linha lateral. Testemunhas: José Pereira Liberato e Agostinho Anacleto Cardoso. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

22.08.1868 – **Filippe Maria Wolff**, filho de José Benedicto Wolff e Merencia Wolff, com **Maria Haendecken**, viúva de José Vicente Haendecken. Ele, da Alemanha. Ela, viúva de José Vicente Haendchen, moradora nesta vila. Testemunhas: Samuel Heusy e Philipp Thirohner. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

05.09.1868 – **Camilo Antônio da Silva**, viúvo de Maria Silvestre de Jesus, com **Avelina Silvestre Duarte**, filha de Silvestre Dias de Jesus e Joanna Perpétua Duarte. Ele,

viúvo de Maria Silvestre de Jesus. Ambos desta freguesia. Dispensados do impedimento de segundo grau de consanguinidade. Testemunhas: Antônio Maria Dutra e João Marques da Silva. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

15.09.1868 – **Athanásio Antônio dos Santos**, filho de Antônio João dos Santos e Anna Severina da Silva, com **Theresa Ricobon**, filha de Thiago Ricobon e Theresa Salva Ricobon. Ele, de Penha do Itapocorói. Ela, desta freguesia onde ambos são moradores. Testemunhas: Antônio Francisco de Souza Medeiros e Nicolau Malburg. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

27.09.1868 – **José Maria de Souza**, filho de José Maria de Souza e Alexandrina Joaquina, com **Lucinda Maria dos Passos**, filha de Manoel Rodrigues dos Passos e Anna Joaquina de Jesus. Ele, de mãe já falecida, natural de São João de Itapocorói. Ela, desta freguesia de Itajaí. Testemunhas: Antônio Vicente Haendecken e João Máximo Pereira. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

04.10.1868 – **João da Costa Guimarães**, viúvo de Florinda Borges Pitta, com **Anna Rita de Jesus**, filha de Félix José da Costa e Rita de Jesus. Ele, de Itapocorói, viúvo de Florinda Borges Pitta. Ela, desta freguesia, onde ambos são moradores. Dispensados do impedimento de segundo grau de consanguinidade da linha lateral. Testemunhas: Henrique Luiz Schnaider e Jacinto José dos Santos. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

14.10.1868 – **Luís da Luz**, filho de Felizardo Francisco Machado e Maria Luísa da Luz, com **Maria Joaquina de Souza**, viúva de Manoel de Souza.. Casamento realizado em casa. Ambos naturais de Desterro. Ela, viúva de Manoel de Souza. Ambos moradores nesta freguesia. Testemunhas: José Max da Silva e Manoel Francisco. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

12.11.1868 – **José Antônio dos Santos**, filho de Antônio Feliciano Gonçalves dos Santos e Laurentina da Conceição, com **Maria Floriana da Conceição**, filha de Antônio José Martins e Anna Ignacia da Conceição. Dispensados do impedimento consanguíneo de quarto grau da linha lateral. Ambos desta freguesia. Testemunhas: Jacinto José dos Santos e Manoel Francisco de Oliveira. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

20.11.1868 – **André Inturn**, filho de João Henrique Inturn e Maria Bolt, com **Anna Maria Müller**, filha de Jacob Müller e Anna Maria Cherboh Müller. Ele, nascido e batizado em Canton Chateusen, Suíça, solteiro, por muitos anos morador desta freguesia. Ela, desta freguesia. Testemunhas: Antônio Pereira Liberato e Pedro Müller. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

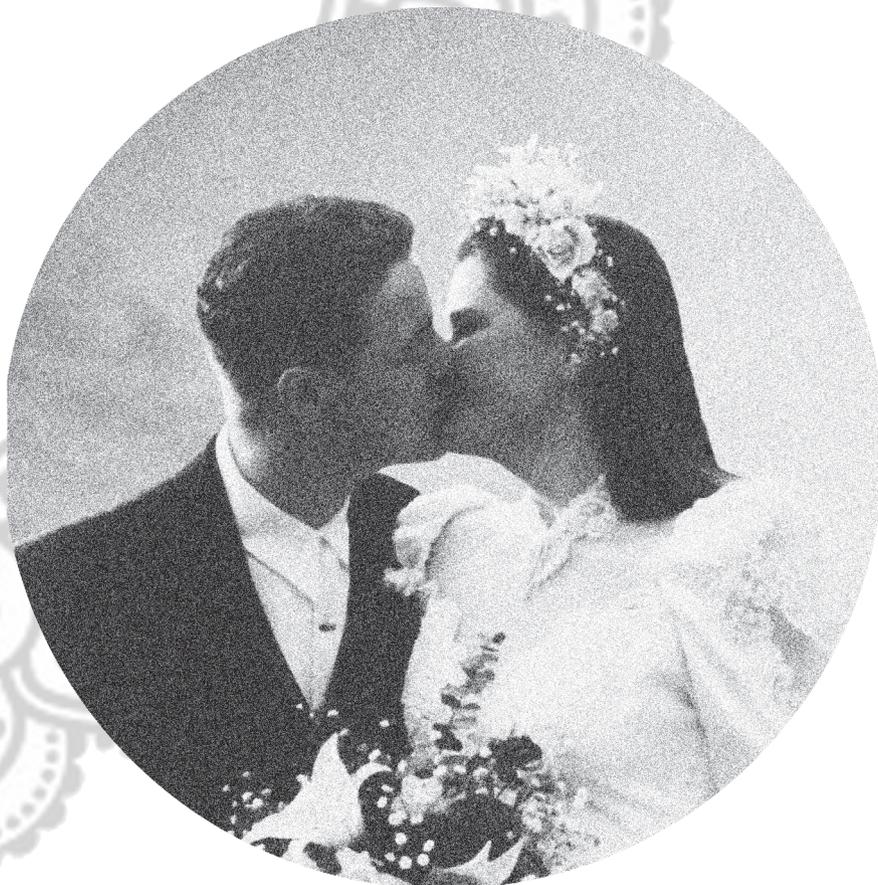
05.12.1868 – **Antônio Ignacio da Silva**, filho de José Ignacio da Silva e Anna Jacinta da Silva, com **Maria Carolina Soares**, filha de Manoel Caetano Soares e Carolina Rosa de Jesus. Ele, desta freguesia. Ela, de Porto Belo. Casamento realizado em casa. Testemunhas: Antônio Vicente Haendecken e Victorino José Coelho da Silva. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

15.12.1868 – **Bento Mello de Azeredo Coutinho**, filho de João Pedro de Azeredo Coutinho e Thomásia Maria Rangel, com **Maria Ricarda Soares**, filha de

André Soares da Costa e Sabina Machado Soares. Ambos nascidos, batizados e moradores nesta freguesia. Casamento realizado em casa. Testemunhas: Henrique Selasco e José Maria Chacon. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

20.12.1868 – **Pedro Hoffmann**, filho de Luís Hoffmann e Carolina Ponte, com **Anna Maria Werner**, filha de João José Werner e Maria Palm. O noivo, natural de Lages. A noiva, desta freguesia, de mãe já falecida. Testemunhas: Luís Fortunato Mendes e Manoel Peter Heuser. Padre Miguel Ruggiero, vigário.

Fonte: Livro de Casamentos 1865-1876 da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Itajaí, da página 47 à página 57. O original está depositado no Arquivo Histórico Eclesiástico da Cúria Arquidiocesana de Florianópolis.



Jornal



Comercio

um ilustre (des)conhecido de Itajaí (SC)

Thayse Fagundes e Braga - Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

O JORNAL *O COMMERCIO*, SURGIDO NA CIDADE DE ITAJAÍ EM 1918, iniciou suas atividades como um órgão propagandístico do comércio do município com distribuição gratuita. Ao longo do tempo, após tomar visibilidade e amadurecer seu corpo de colaboradores, tornou-se órgão noticioso passando a cobrar seus exemplares. Este momento de transição não se deu sem certa turbulência ocasionada na imprensa local que começou a atacar o posicionamento político de *O Comercio*, já visível desde seu primórdio.

Desta forma, o texto que segue tem por objetivo analisar a inserção do jornal *O Comercio* no campo jornalístico na cidade de Itajaí entre os anos de 1918 a 1926, compreendendo sua posição dentre seus pares e as disputas de poder em jogo entre eles. Para este fim, será apresentado um breve histórico da imprensa em Itajaí até a fundação do periódico investigado, os aspectos tipográficos deste jornal, sua condução por diferentes diretores, o discurso veiculado, os colaboradores e suas redes de sociabilidade, e o posicionamento deste jornal frente às diversas disputas políticas que enfrentou. A relevância desta investigação está no fato de *O Comercio* ser geralmente utilizado na historiografia itajaiense apenas como fonte para outras temáticas de estudo e não como objeto de pesquisa, sendo assim conhecido por seu título, mas não pelas suas intencionalidades, redação, proprietário, disputas no campo jornalístico ou jogos de poder, etc., o que justifica o uso da expressão no título: “um ilustre (des)conhecido”.

O COMMERCIO

ORGAM DE PROPAGANDA

Publica-se aos domingos — Tiragem 1.000 exemplares de cada numero — Distribuição gratuita

ANNO I

Itajahy, Estado de Santa Catharina, 28 de Julho de 1918

NUM. 1

O proposito deste jornal

O nosso intuito, ao fundarmos este

Carta aberta aos

meus patricios

Assim, esta pesquisa segue um viés de análise onde os periódicos são considerados objetos de investigação em si e não apenas fonte para a discussão de outra temática. Para a historiadora Tania Regina de Lucca (2008, p.118) o uso dos periódicos como objeto de estudo passou a ser desenvolvido no Brasil a partir da década de 1970. Neste contexto, ela destaca a tese de doutorado de Arnaldo Contier, “Imprensa e ideologia em São Paulo”, defendida em 1973, que seguiu em uma nova forma de analisar jornais, e a obra “O bravo matutino” (1980), de Helena Capelato e Maria Lígia Prado, que tomaram o jornal *O Estado de S. Paulo* como objeto de estudo, onde analisaram sua atuação como representante de uma fração da classe dominante paulista.

Cabe também nesta investigação atentar para a materialidade do impresso e seu suporte que, para Lucca, “nada têm de natural” (2008, p.132). O tamanho das páginas, a qualidade do papel, o tamanho e posição das ilustrações, o tamanho das letras em cada coluna e o destaque dado às diferentes manchetes, todas essas informações falam sobre intencionalidades dos responsáveis pelos periódicos para atingir seu objetivo de leitura para o público. Ainda para compreender melhor essa intencionalidade do periódico, torna-se essencial perscrutar a quem ele pertence, sua linha editorial, seus colaboradores mais frequentes, as notas e textos mais recorrentes e suas ligações políticas e financeiras, levando em consideração o espaço da redação como de sociabilidade entre os diversos agentes que lá atuam, conforme o historiador Jean-François Sirinelli (1996).

A IMPRENSA JORNALÍSTICA EM ITAJAÍ NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

O primeiro jornal da cidade de Itajaí foi lançado em 1884 por iniciativa de João da Cruz e Silva com o nome *Itajahy*. Entretanto, por enfrentar dificuldades econômicas, o semanário não foi mais editado (SANTOS, 2002, p.259). Para o jornalista e historiador Hélio Floriano dos Santos, havia um atraso em Itajaí em relação ao desenvolvimento da imprensa, sendo as principais causas as precárias condições econômicas e tecnológicas da cidade e o posicionamento político das elites, que com autoritarismo impediam a circulação de ideias (2002, p.259).

Apesar desta primeira iniciativa de 1884 não ter sucesso, estimulou diversos outros agentes da cidade a iniciarem seus jornais. Além disso, na virada do século XIX para o XX, com o barateamento do papel e acesso às tecnologias de impressão, a quantidade de pequenos jornais surgidos com curta duração foi grande (SANTOS, 2002, p.260). As tipografias aos poucos se alastraram pela cidade, concentrando-se principalmente na Rua Lauro Müller (antiga Conde d’Eu) e imediações. Os jornais *A ideia* (1886) e *A Liberdade* (1887), por exemplo, eram impressos em tipografia estabelecida na Rua Lauro Müller (SANTOS, 2002, p.259), O

mette.
Eis o que me occorre dizer com relação a este novo jornal.

SERIO AVELLAR.

rões até 6 pés, do que resultou avariar-se toda a carga.

Assim procedeu a Companhia, por quererem os seus Directores indemnizar aos interessados dos prejuizos.

mento actual,
cheia de per-
sua integrida-
bem significa,
o dever e da
lege et pro
patria deve-
bem; é a vio-
os de direito;
direito de uma
é a Nossa,
hama em sua
everes civicos
fora respei-

jurisconsultos
poraneo, dis-
mitar o exem-
s armas, que
entregando-se
rios para que
ter de entida-
ção internacio-
toda a parte,
desde o anno
tudescos ateou
violou a neu-
marina, a sa-
o estúpido da
ma ancia in-
uando civilisa-
lado dos opri-
rio se vem ba-
o abuso dos
contra o bom-
confiando no
guerra a Alie-
a liberdade e
ricios, que vos
m dia, defen-
nia do nosso

Zulma.

dra no porto
da avariada.

ue a Compa-
o protesto de
magadante do
ete chocou-se
s, tendo, em
ilagado os po-

Pharol (1904), *O Itajahy* (1922) e o *Futurista* (1926) também; *O Cruzeiro* e *O Commercio*, por sua vez, eram impressos a poucos metros da Lauro Müller, nas imediações da Praça Vidal Ramos.

Esta área da cidade, onde estão as ruas Lauro Müller, Pedro Ferreira, uma parte da Hercílio Luz e a Praça Vidal Ramos, concentravam as principais casas comerciais, escritórios e residências de famílias abastadas da cidade. Tais tipografias funcionavam muitas vezes como parte de uma casa comercial, como era o caso da Casa Currelin, que funcionava como papelaria, armarinhos e tipografia. Assim, sua instalação em área comercial é importante para a manutenção financeira dos negócios. Além disso, a proximidade com os trapiches existentes em frente à praça que traziam diversas notícias e os causos mais interessantes dos viajantes, e o comparecimento constante nos cafés estabelecidos naquela região que concentravam homens da cidade a discutir sobre os caminhos políticos e os mais variados assuntos que percorriam o município, facilitava a troca de informações para se estar atento às novidades, tanto de Itajaí quanto mundiais, sendo também um espaço de consagração pela consideração de requinte daquela localidade.

Na primeira metade do século XX, os dois jornais com maior período de duração em Itajaí são o *Novidades* e *O Pharol*, ambos criados em 1904, sendo que o primeiro durou até 1922, e o segundo até 1936. Pode-se dizer que outros dois periódicos se destacaram naquele momento; eram eles *O Commercio*, com duração de 1918 a 1926, e o *Itajahy*, não aquele lançado no fim do século XIX, mas um dirigido por Mascarenhas Filho, que reivindicava ser a continuação do extinto *Novidades*, e que circulou de 1922 a 1938, com alguns anos de interrupção devido à censura do governo Vargas.

O JORNAL NOVIDADESE E A FAMÍLIA KONDER

Sobre o *Novidades*, sabe-se que foi lançado em 1904 por Tibúrcio de Freitas, professor vindo do Ceará, e posteriormente sua direção passou para os irmãos Konder (LINHARES, 1997, p.107). Estes irmãos eram: Marcos Konder, superintendente municipal de Itajaí interino em 1904, e efetivo entre os anos de 1915 a 1930, foi deputado estadual e fez parte da Academia Catarinense de Letras; Victor Konder, que também seguiu carreira política, chegando a ser Ministro da Viação e Obras Públicas entre os anos 1926 e 1930, no governo do presidente Washington Luís; e Adolpho Konder, governador do estado entre 1926 e 1930. Houve ainda uma terceira fase de direção deste jornal em seus anos finais, com uma tentativa de seu soerguimento, através do tipógrafo Isidoro de Oliveira¹ (I. d'Oliveira), cuja assinatura aparece no *Novidades* em 1921, sendo ele já proprietário em 1919 da tipografia na qual se lançava o *Jornal Intransigente* em Camboriú². Não se tem conhecimento de outros diretores.

1 Referências acerca da direção de Isidoro de Oliveira no jornal "Novidades": *Jornal República*, Florianópolis, 10 de junho de 1922, p.03, ano XXVII, nº 1079. Órgão do Partido republicano Catharinense. *Jornal República*, Florianópolis, 21 de março de 1922, p.03, ano XXVII, nº 1013. Órgão do Partido republicano Catharinense.

2 *Jornal República*, Florianópolis, 17 de dezembro de 1919, p.02, ano XV, nº 360. Órgão do Partido republicano Catharinense.

A monografia apresentada pelo historiador Israel Goulart em 2007, “Um ‘Pharol’ de ‘Novidades’: a imprensa de Itajaí na aurora do século XX”, faz uma análise contundente acerca da posição política destes dois periódicos. Para Israel, nos primeiros anos do jornal *Novidades* houve um flerte deste com o superintendente municipal. O médico Pedro Ferreira e Silva, entretanto, com a dominação da família Konder sobre o periódico, a situação mudou. Esta mudança se deu especialmente pelo retorno de Victor Konder a Itajaí após seus estudos. Victor era oposição em relação governo do estado naquele momento, enquanto Pedro Ferreira era aliado. Na ocasião de uma epidemia de varíola que avassalou a cidade, o *Novidades* não perdeu oportunidade de acusar aquele médico por tal situação epidêmica, afinal, por sua profissão esperava-se que tomasse alguma atitude para proteger os itajaienses; sabe-se, entretanto, que o real motivo de se fazer frente contra Pedro Ferreira era político.

Na eleição presidencial de 1910, a cidade ficou dividida entre aqueles ditos civilistas, que apoiavam a candidatura de Rui Barbosa, que romperia com a política “café com leite” no Brasil, e os situacionistas, que apoiavam o Marechal Hermes. O *Novidades* posicionou-se a favor do primeiro grupo a partir do engajamento da família Konder, enquanto o grupo oposto, que em Itajaí se apoiava na figura de Pedro Ferreira, utilizou a “Secção Livre” do jornal *O Pharol* para rebater os argumentos contra eles lançados no jornal de oposição. Esta coluna de *O Pharol* permitia que fossem expostos ali argumentos que não correspondessem aos ideais daquele periódico. Marechal Hermes venceu as eleições e no ano seguinte Pedro Ferreira tornou-se prefeito de Itajaí novamente. Porém, poucos meses depois de assumir a prefeitura, Pedro Ferreira adoeceu e morreu. Para conter os ânimos políticos na cidade, em 1912, Lauro Müller veio à Itajaí e integrou os civilistas ao Partido Republicano, não sem fortes contestações de alguns dissidentes (LINHARES, 1997, p.161). Isidoro de Oliveira, que assumiu mais tarde a direção do *Novidades*, fazia parte do partido Republicano. Foram colaboradores deste periódico: Francisco Rangel, Mascarenhas Passos, Joaquim F. Uriarte, Tycho-Brahe A. de Machado, Homem de Carvalho, Bento Aguido Vieira, Jaime Bento da Silva, entre outros³.

Por diversas vezes, em 1921, o jornal *O Commercio* anunciou a não distribuição do *Novidades* devido desarranjos em sua oficina, o que anunciava a decadência daquele periódico. Entretanto, ele se manteve atuante até fins de 1921 para, em 1922, fundar suas atividades. O que parecia ser o desaparecimento daquele jornal na verdade foi uma pequena pausa para sua remodelação. O *Novidades* foi vendido e passou a ter um novo diretor, Ciro Mascarenhas Passos, mais conhecido como Mascarenhas Filho; além disso, seu nome foi alterado, passou a se chamar *Itajahy*.

Este *Itajahy*, cujo primeiro número é de 17 de dezembro de 1922, não é um retorno de qualquer outro jornal com o mesmo nome lançado anteriormente, mas sim uma continuação do *Novidades*, o que pode ser comprovado em diversas passagens tanto do próprio jornal como os comentários de seus concorrentes, como por exemplo, quando Rangel Sobrinho, em *O Commercio*, repreendeu certo texto de Mascarenhas Passos no *Itajahy*; disse que o jornal que veio substituir o *Novidades*, inteligentemente dirigido, teria triunfo certo⁴. O próprio *Itajahy*

3 Jornal *Itajahy*, Itajaí, 18 de fevereiro de 1923, p.05, ano I,nº10.

4 SOBRINHO, RANGEL. Apreciação. **Jornal O Commercio**, Itajaí, p. 2, 14 jan. 1923, ano 5, nº 219.

estampou a continuidade do antigo periódico, até mesmo de forma irônica, como dizendo que seus concorrentes temiam este feito:

Na confeitaria “Modelo”

- Então o “Novidades” mudou de nome e de proprietário?

- Que queres, meu caro, o jornal estava em idade muito avançada; vai daí, um grupo, por veleidade, resolveu comprá-lo para fazer do “Novidades” uma novidade e começar a contar de novo a idade do “Novidades”.

O Manuel desmaiou...⁵

Assim como o *Novidades*, o *Itajahy* continuou ligado a família Konder, não poupando elogios e defesas à administração municipal de Marcos Konder e propagandas de Adolpho Konder. Por seu posicionamento político teve grandes embates com outros jornais, como *O Pharol* e, principalmente, com *O Commercio*, o qual chamava de “folha de oposição”.

O PRIMO-IRMÃO CHAMADO *O PHAROL*

O surgimento de *O Pharol* se deu por iniciativa de João Honório de Miranda, que instalou sua tipografia nos fundos da casa de seu pai, Eduardo Dias Miranda, na Rua Lauro Müller. Joca Miranda, assim também chamado o fundador do periódico, uniu-se a cinco sócios: Samuel Heusi Júnior, João Serapião Rochadel, João Marques Brandão, Eurico e Tomas Fontes e Olímpio Miranda Júnior (LINHARES, 1997, p.110). Nos primeiros vinte anos deste periódico, seu diretor foi João Honório de Miranda, até que este foi chamado para trabalhar em Guarapuava (PR) e acabou passando a direção para o jornalista Juventino Linhares e vendendo-o para Linhares e seu colega Pedro B. Silva. Ambos trabalhavam em *O Commercio*, o primeiro como diretor e o segundo como gerente e acabaram abandonando as funções naquele jornal para assumir *O Pharol*. A partir desta sua nova fase, *O Pharol* durou mais doze anos até que foi fechado em 1936 por censura do governo Vargas. Pouco antes de seu fechamento chegou a ser distribuído duas vezes por semana; era o jornal mais popular de Itajaí e largamente vendido. Politicamente, apresentava-se na oposição, mas para Juventino, não com um “oposicionismo sistemático” (LINHARES, 1997, p.111). Sob sua direção foram colaboradores assíduos do jornal: Valdir Grisard, Aldemar Alegria e Gaspar da Costa Morais, sendo que o segundo já havia trabalhado com Juventino em *O Commercio*.

A relação entre *O Pharol* e *O Commercio* era bastante próxima. Chegou-se a afirmar que estes dois jornais eram primo-irmãos, e de fato havia uma relação de parentesco entre seus proprietários: João Honório de Miranda, diretor e sócio em *O Pharol*, era primo de Lúcia Currlin, esposa de Immanuel Currlin, proprietário de *O Commercio*. Além disso, Juventino Linhares, que passou anos na redação do jornal de Currlin, só saiu de lá para adquirir sua própria oficina tipográfica que era a de João Honório, *O Pharol*.

5 Humoradas. **Jornal Itajahy**, Itajaí, 24 de dezembro de 1922, p.01, ano I,nº2.

A TIPOGRAFIA DE CURRLIN E O JORNAL *O COMMERCIO*.

Immanuel Currlin veio de Blumenau em 1906 para instalar em Itajaí uma casa comercial. Além de artigos de papelaria e armarinhos o comerciante possuía nos fundos da loja uma tipografia, cujo movimento no início da década de 1910 não era tão intenso. Em 1914, Currlin contratou o jovem de 18 anos, Juventino Linhares, para ser caixeiro em seu estabelecimento, pois o antigo funcionário, Conrado Miranda, ingressaria no trabalho de telégrafo. Naquele ano, a Casa Currlin já editava um pequeno jornal chamado *Cinema Ideal* para propaganda do cinema adquirido por Currlin e com alguns textos de colaboradores. Não se sabe por quanto tempo este jornal durou, pois não se encontrou nenhum exemplar dessas edições. Sobre o jornal *Cinema Ideal*, só se conhece uma edição posterior cujos exemplares são de 1928 e 1929, também de propriedade de Immanuel Currlin. Sobre sua contratação para trabalhar com Immanuel Currlin, Juventino Linhares disse:



A oferta surpreendeu-me e alegrou-me já que era muito mais do que eu poderia almejar na vida comercial de então: o contacto permanente com a tipografia, à qual tanto me afeiçoara; as portas do cinema, a principal e quase única diversão da cidade, abertas ao meu dispor e, sobretudo, o convívio com o mundo dos livros, amigos silenciosos, prestativos e leais que tanto me fascinavam. A resposta afirmativa ocorreu sem vacilações. E alguns dias eu me apresentava no novo posto onde deveria permanecer no decurso de dez anos (LINHARES, 1997, p.214).

Juventino já havia se afeiçoado à tipografia, pois em sua mocidade, ainda quando estudava, criou um jornal quinzenal chamado *Juvenil*, que durou apenas dois meses e era impresso na tipografia de *O Pharol* (LINHARES, 1997, p.115). A princípio não se envolveu diretamente na tipografia de Currlin. Com a saída de Conrado Moreira, o proprietário tocou a oficina com o auxílio de um jovem que distribuía os trabalhos. O serviço, entretanto, aumentou e exigiu que fossem contratados tipógrafos profissionais, devido à chegada dos engenheiros alemães na cidade para a construção da estrada de ferro, que demandavam grande quantidade de impressões.

Em 1918, esta tipografia também foi responsável pela impressão do jornal *O Cruzeiro*, cujo primeiro número fez sucesso, mas após o segundo, desapareceu. Naquele mesmo ano foi a vez de Immanuel Currlin lançar o seu próprio jornal, e assim surgiu *O Commercio*, com o objetivo de ser um órgão de propaganda com contribuições literárias e algumas notícias, trazendo grandes benefícios aos leitores e ao comércio:

Fazemos um grande benefício a nós, a vós e a eles: A nós porque receberemos dos comerciantes e artistas pelo trabalho de publicar seus anúncios. A vós leitores, porque não precisarão pagar e terão um guia do comércio, notícias interessantes e

colaborações literárias. A eles porque com o anúncio em *O Commercio* verão seu negócio prosperar, afinal este jornal é gratuito e circulará por todo o município⁶.

A gratuidade deste jornal durou até dezembro de 1921, quando deixou de ser um órgão propagandístico para ser um semanário noticioso. Esta folha teve seu tamanho alterado por três vezes. Os primeiros números mediam 27cm de altura e 19cm de largura com 6 ou 8 páginas; a partir do número 17, a folha cresceu para 32,5cm de altura e 22,5 de largura e as páginas diminuíram para 4; do número 166 em diante, quando o semanário passou a ser cobrado, o tamanho aumentou para 45 cm de altura e 31,5 de largura e o número de páginas permaneceu sendo 4.

A partir de 1922, a assinatura anual custava 4\$000, pelos correios 4\$500 e o número avulso 100rs. Estes preços estavam estampados no cabeçalho do jornal até 1924; quando Jaime Vieira assumiu a direção deste, não se teve mais o valor declarado na primeira página. No antigo cabeçalho também constou em alguns números o valor cobrado aos anunciantes: as publicações na primeira e segunda página custariam 50\$000 por linha. Antes da aquisição de Juventino Linhares do jornal *O Pharol*, o número de páginas daquele jornal era o mesmo de *O Commercio* e o preço da assinatura anual também era o mesmo. Ambos concentravam duas páginas principalmente com notícias e as duas outras com a maior parte de propagandas. *O Itajahy* custava o dobro, sua assinatura semestral era feita por 4\$000, a anual por 7\$000 e o número avulso vendido por 200rs. Possuía, entretanto, seis páginas, das quais suas propagandas concentravam-se apenas nas duas últimas.

Os embates enfrentados pelo jornal *O Commercio*

Nas páginas de *O Commercio* era possível encontrar diversos editais de falência municipal, estadual e federal, o que o *Novidades* estranhou criando caso com aquele fato e considerando-o um mero programa de cinema⁷. A redação de *O Commercio* sentiu-se ofendida com este comentário e defendeu-se, mas as discussões mais agravantes dadas a partir deste caso se dão com seu “primo-irmão”, *O Pharol*. O texto que no *Novidades* satirizou *O Commercio* foi repetido em *O Pharol* e acrescentado: “sem comentários”⁸. O redator de *O Commercio* sentiu-se mais irado com esta continuidade da discussão do que com aquele que iniciou a provocação. Esta situação desconfortável foi lançada contra *O Commercio* algumas semanas antes deste iniciar a cobrança de seus exemplares que por anos foram gratuitos, o que leva a crer que a concorrência não gostou de ter mais um jornal competindo pelos trocados dos leitores e lançou-se a detratar o novo adversário. Ameaças são trocadas em alguns números, isso não quer dizer, porém, que *O Pharol* abandonou sua posição de opositor, mas mostra o quanto as redações podem se apresentar heterogêneas apesar de crenças em comum entre suas redes de sociabilidade, dentro e fora da redação.

6 O propósito deste jornal. **Jornal O Commercio**, Itajaí, 28de julho de 1918, p.01, ano I, nº1.

7 Itajahy dos casos raros! **Jornal O Commercio**, Itajaí, 18 de dezembro de 1921, p.01, ano IV, nº163.

8 Itajahy dos casos raros! **Jornal O Commercio**, Itajaí, 18 de dezembro de 1921, p.01, ano IV, nº163.

Os embates enfrentados pelo *O Commercio* não se deram apenas com o *Novidades* e com *O Pharol*. O mais extenuante deles se deu com o *Itajahy* (herdeiro do *Novidades*), alguns números após seu lançamento, e se arrastou por meses, até que *O Commercio* desistiu de continuar o debate calando-se diante das persistentes provocações do adversário. Os insultos iniciaram-se nominalmente: Mascarenhas Filho (diretor do jornal *Itajahy*) contra Juventino Linhares (diretor do jornal *O Commercio*), com um artigo de primeira página intitulado “FrivolinoLinhó”, em referência a Linhares. Esta onda de insultos iniciais contava como Juventino, inexperiente e quase analfabeto, foi convidado por seu patrão a ser o diretor de *O Commercio* em sua nova fase.

FrivolinoLinhó fora, durante alguns anos um obscuro agregado de balcão de uma honesta livraria de interior. Egressando cedo da escola, onde mal cursara as primeiras letras, Frivolino, ainda casmurro e imberbe naquele tempo, entrou para o comércio de livros soletrando mediocrementemente e escrevendo pessimamente. Balbuciando o “abc”, contando pelos dedos a tabuada. Linhó conquistou precocemente as graças do patrão, o qual patrão viu em Frivolino um fedelho de muita inteligência e esperançosa cartilha. Certo dia, a livraria em que o futuro Quintino Bocaiuva moirejava de sol a lua, resolveu editar um jornal, uma coisa microscópica, ananica, para propaganda das suas excelentes mercadorias.

Não tinha aspecto de jornal: mas, arranjou logo os seus leitores e os seus colaboradores, inclusive um certo professor do grupo local, muito enfarfado, muito parlapatão e muito pedante.

Chegou, afinal, o dia em que o dono da livraria cismou em aumentar o formato da folha e determinou, num verdadeiro rasgo de imaginação, a segunda fase do periódico micro-orgânico. Organizada a oficina, com tipógrafos saídos dum aprendizado desconforme, faltava, entretanto, o redator, a pena que engendrasse o ineditorial do novo periódico, o talento jornalístico que emprestasse o brilho da imaginação e a candência do verbo ao ainda encascado órgão da livraria auto-propagandista. O dono da casa, atarefado entre seus produtos, não refletiu muito tempo: chamou FrivolinoLinhó, já menos casmurro por influência do “livresco” ambiente e fez-lhe o seguinte discurso, com uma ironia finíssima:

-Olhe cá, Linhósinho: você como é um rapaz de muita precocidade precisa dum jornal para publicar as suas lucubrações. Ainda ontem descobri naquela gaveta um dos seus magistras artigos de combate. Você é um gênio, você é um segundo Quintino Bocaiuva, você não esta longe de ser o Northclife brasileiro, você é fantástico! Ora, como precisamente estou a procura dum homem para redigir o novo jornal, você, de agora em diante passa a exercer nesta casa as funções de jornalista, com 2\$500 de acréscimo no ordenado. FrivolinoLinhó impou e engravidado, pensou: Enfim! É a glória que chega, é o meu sonho que se realiza, é o filho do meu pai penetrando a cripta dos imortais⁹.

O tom pejorativo não se reduziu a este palavreado; Mascarenhas termina o artigo dizendo: “Frivolino é idiota. Frivolino é pedante. Frivolino é asneirento. Frivolino é...

⁹ FILHO, MASCARENHAS. FrivolinoLinhó. **Jornal Itajahy**. Itajaí, p.01, 07 jan. 1923, ano I, nº 4.

FrivolinoLinhó”¹⁰. Este artigo ofensivo esclarece a entrada de Juventino como jornalista de *O Commercio*. Nesta coluna de Mascarenhas há uma crítica a dois artigos escritos por Juventino acerca de notas de dinheiro velhas que circulavam pela cidade, e uma crítica a determinado sacerdote católico. Tais escritos não foram encontrados pela ausência desses exemplares na hemeroteca do Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí, onde a pesquisa foi realizada. Mascarenhas conhecia a história de Juventino em *O Commercio*, ele mesmo circulou naquela redação. Levam seu nome cinco poemas publicados naquele periódico, dois em 1919, e três em 1920, sendo que um deles foi dedicado à senhora Lúcia Currlin, esposa de Immanuel, proprietário do jornal.

Juventino, ao responder seu opositor, não deixou de enfatizar o fato de Mascarenhas ter feito, daquela folha, que no presente maldizia, uma escola no passado. Sua resposta também deixa entrever um pouco de sua história naquele jornal quando disse que desde cedo escrevia para aquele jornalzinho comercial gratuito, já mostrando sua presença, ainda que sem sua assinatura, como autor de artigos de *O Commercio*. O rebate de Juventino se deu no mesmo tom de seu rival dizendo que de fato saiu da escola da roça, mas com boas notas e através de muito esforço na vida alcançou a posição de jornalista. Mascarenhas Filho, porém, precisou cursar engenharia na Suíça para voltar ao Brasil e escrever sandices no jornal, com diversos erros gramaticais, retrucou Linhares. Em *O Commercio*, a resposta de Linhares começou na primeira página com o título “Carta a um pedante” e tomou mais duas colunas e meia na página seguinte¹¹. No mesmo exemplar, Rangel Sobrinho manifestou-se em defesa de Linhares repreendendo a fala de Mascarenhas Filho e corrigindo seus diversos erros gramaticais.

Esta polêmica seguiu por vários números e revelou alinhamentos políticos-ideológicos dos agentes envolvidos na redação que dificilmente seriam descobertos sem este jogo de exposições. Um exemplo é o envolvimento de Immanuel Currlin na “campanha bernardista” à presidência do Brasil de 1922, enquanto seu jornal propagava discretamente apoio ao Nilo Peçanha¹².

Nas exposições de Mascarenhas Filho há um ponto importante a ser percebido, o fato de ele, como apoiador do governo local e estadual colaborar em um jornal oposicionista, como ele mesmo afirmou sobre *O Commercio*, e o desencontro do posicionamento político de Currlin, nas eleições de 1922, com os articulistas de seu próprio jornal. Assim, pode-se afirmar que ainda que um periódico se considere oposicionista ou favorável à política vigente, não é possível considerar a totalidade de seu corpo de colaboradores, diretores e proprietários como adeptos desta posição. Apesar dos jornais e revistas “[...] agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita” (ARIENTI, 2014, p.77), as redações são heterogêneas e cheias de disputas político-ideológicas.

Essas publicações são entendidas, então, como fruto das relações, por vezes conturbadas, da empresa proprietária, do diretor da publicação, dos colaboradores,

10 FILHO, MASCARENHAS. FrivolinoLinhó. **Jornal Itajahy**, Itajaí, p.01, 07 jan. 1923, ano I, nº 4.

11 LINHARES, JUVENTINO. Carta a um pedante. **Jornal O Commercio**, Itajaí, p. 01-02, 14 de jan. 1923, ano V, nº 219.

12 Mais um repto. **Jornal Itajahy**, Itajaí, p.01, 06 de mai. 1923, ano I, nº 21.

dos anunciantes, etc., de forma que, acredito não ser prudente encará-las como órgãos dotados de uma vontade coletiva livre de contradições internas, de interesses pessoais e de conflitos entre envolvidos. (ARIENTI, 2014, p.77)

Sobre este movimento contraditório, é possível também lembrar a presença de Jaime Bento da Silva, o primeiro redator de *O Commercio*, jornal considerado oposicionista, como colaborador no *Novidades*, folha favorável aos Konder. O jornal que Mascarenhas Filho dirigiu expôs outras disputas, uma delas envolvendo um oposicionista que publicou diversas vezes no jornal *Novidades* (favorável ao governo local e estadual), e apenas uma vez em *O Commercio* (dito de oposição). Tal colaborador era Tycho-Brahe A. de Machado.

O historiador Douglas P. Arienti, em sua dissertação apresentada em 2014, discutiu em parte de seu último capítulo quais elementos explicam “[...] que pessoas politicamente críticas ao governo varguista dividissem espaço em publicações oficiais com seus ideólogos [...]” (ARIENTI, 2014, p.271). Os elementos levantados por Arienti (2014) são: o pagamento por colaboração, afinal, dos diversos articulistas que se manifestavam nos jornais, alguns o faziam sem dependência financeira, mas uma grande quantidade deles tinha esta produção como complemento de renda ou único trabalho; as redes de sociabilidade e políticas de amizade, pois os colaboradores e diretores, ao passarem por diferentes redações, conhecem colegas que posteriormente convidam para escrever em seu jornal ou se oferecem para tal; e um espaço de consagração intelectual e de divulgação de suas ideias. A análise de Douglas colabora para a compreensão da presença do oposicionista Tycho-Brahe em um jornal favorável ao governo.

As informações encontradas sobre Tycho-Brahe A. de Machado são poucas, mas suficientes para se iniciar uma interpretação acerca de sua relação como colaborador no *Novidades*. Sabe-se que na década de 1910 era tenente na Marinha Brasileira e por algum motivo na década seguinte foi para Itajaí. O jornal *O Commercio* tratou-o como professor e disse ser este engenheiro e geógrafo, portanto, podemos imaginar que sua colaboração no *Novidades* não era exclusivamente pelo pagamento, pois ele já possuía uma profissão. O complemento de renda, entretanto, é evidente, pois no jornal *Itajahy*, em meio a uma dura crítica ao engenheiro, afirmou-se que ele havia publicado uma grande quantidade de artigos no *Novidades* e que havia recebido por eles. A discussão que se pode ler no *Itajahy* se deu por Tycho reclamar nas páginas de *O Pharol* que todos os artigos publicados no *Novidades* pertenciam a ele¹³. Quanto às políticas de amizade, não se sabe como ele estava ligado aos demais colaboradores e a direção do jornal, mas evidentemente ele via naquela folha a oportunidade de divulgar suas ideias e consagrar-se publicamente. Tycho-Brahe, apesar de ter boa reputação em *O Commercio*, jornal oposicionista, possui em seu nome apenas a publicação de uma única carta.

O fato de Tycho-Brahe ser colaborador do *Novidades* não quer dizer que submetia seus artigos a uma falsa argumentação para ser publicado, nem que o próprio jornal aceitasse sua produção rebelde. Este fato fica claro na discussão apresentada no *Itajahy*, pois o escrito daquela nota evidenciou que todos os artigos de Tycho passavam pela revisão e precisavam ser alterados porque proferiam “calúnias” contra o governo municipal e estadual. Em contrapartida, Tycho

13 REDAÇÃO DO EX-NOVIDADES. A Bolsa ou a vida! **Jornal Itajahy**. Itajaí, p.05, 18 de fev. 1923, ano I, nº 10.

enviou, certa vez, um bilhete ao *Novidades* sugerindo que eles mudassem o nome do jornal para “O Medroso” ou “O Bajulador”, e que fechassem as portas, pois para elogiar o governo já havia o jornal *República* de Florianópolis¹⁴.

O Jornal *O Commercio* também sofreu com o posicionamento de seus colaboradores. Utilizando o pseudônimo “Tracinet”, certo professor da cidade deu à redação um artigo com o título “Sacondro”, acerca do aniversário de dois anos do Clube Náutico Almirante Barroso, publicado na primeira página¹⁵. O que parecia um inofensivo texto na verdade estava carregado de palavreados não convenientes para aquela publicação. Na publicação seguinte, a redação desculpou-se alegando ter sido vítima da má fé do articulista, e devido a quantidade de trabalho que possuíam não conseguiram ler atentamente o texto que seria publicado¹⁶.

Através destas disputas polêmicas, que muitas vezes soam como fofocas nas páginas dos jornais, é possível compreender os bastidores das redações e a conturbada convivência entre seus agentes. Essas brigas através das colunas dos jornais instigam seus leitores a acompanhar esta competição de argumentos e acabam por garantir a venda de mais exemplares. Os primeiros números de *Itajahy* são repletos dessas provocações, inclusive, mesmo após a desistência de *O Commercio* em continuar o conflito, o jornal de Mascarenhas Filho aumentou o tom provocativo, passando dos articulistas para o proprietário da folha concorrente. A única defesa que *O Commercio* persistiu em fazer foi dizer-se não opositorista, mas promovedor de um bem para a população itajaiense ao alertar a municipalidade de certos desarranjos na cidade através de suas páginas.

Mesmo diante de todas as ofensas que Juventino Linhares sofreu, proferidas por Mascarenhas Filho, é interessante perceber que em seus escritos posteriores, como em seu texto “Imprensa Itajaiense”, publicado no Anuário de Itajaí de 1959, ou em suas crônicas reunidas no livro “O que a memória guardou”, não há uma palavra sequer sobre estes embates que enfrentou, e Mascarenhas é mencionado com grande cordialidade: “[...] assíduo colaborador nos jornais locais e que participou, através de sua brilhante pena, de várias pugnas políticas e esportivas em nossa terra” (LINHARES, 1959)¹⁷. Sobre *O Commercio*, sempre que escreve sobre a imprensa, Juventino limita-se a citá-lo brevemente com poucas informações. Sabe-se, entretanto, por meio dele, que o jornal passou por três fases de orientação: inicialmente foi redigido por Jaime Bento da Silva, agente da Companhia Costeira; entre 1919 e 1924 foi comandado por Juventino; e por fim, foi dirigido por Jaime Vieira, até 1926, ano de sua extinção (LINHARES, 1959).

COLABORADORES E CONTEÚDOS DE *O COMMERCIO*

Através dos escritos de Juventino, também é possível obter informações sobre alguns dos colaboradores atuantes no jornal da Casa Currlin, como Aldemar Alegria e Bento Aguido

14 REDAÇÃO DO EX-NOVIDADES. A Bolsa ou a vida! **Jornal Itajahy**. Itajaí, p.05, 18 de fev. 1923, ano I, nº 10.

15 TRACINET. Sacondro. **Jornal O Commercio**, Itajaí, 20 de nov. 1921, p.01, ano IV, nº159.

16 Sacondro. **Jornal O Commercio**, Itajaí, 27 de nov. 1921, p.05, ano IV, nº160.

17 Esta publicação não enumera as páginas.

Vieira. Sobre o primeiro, vindo do Rio de Janeiro, Juventino diz que passou apenas duas temporadas em Itajaí e que colaborava nas redações locais. Em *O Commercio* existem apenas duas participações do jornalista, uma em outubro de 1919 e outra em setembro de 1920, ambas com um forte tom nacionalista. Juventino lembrou de Bento Aguido Vieira (avô do ex-governador Paulo Afonso Vieira) como guarda estadual sempre com uma colaboração no bolso para algum jornal que necessitasse de matéria. Sobre Bento Aguido sabe-se também que foi professor por muitos anos, e trabalhou em várias cidades do estado. Seu nome aparece diversas vezes no *Jornal República* de Florianópolis e em *O Dia*, ambos órgãos de propaganda do Partido Republicano Catarinense. Em *O Commercio*, há uma única colaboração com a assinatura “Aguido Vieira” com um texto poético acerca do centenário de Itajaí, e outras quatro colaborações com a assinatura “A. Vieira” que, se acredita, serem suas, pois a temática de algumas se enquadra nas atividades que desenvolvia. Existe ainda a assinatura “A.V.” que também pode ser sua. Todas estas colaborações aconteceram apenas em 1920.

As referências a Olavo Bilac e Rui Barbosa são significativas no jornal. Nove poemas de Bilac constam nos exemplares sendo que a maioria deles ocupa a primeira página destacado com margem decorada. Existem outras notas que citam seu trabalho e também lamentam seu falecimento. Quanto a Rui Barbosa, apesar de serem poucos os textos de sua autoria, abundam os comentários e incentivo a sua candidatura. Até mesmo após a morte do político, Juventino Linhares, assinando como J. Linhares, o que ocorria em raras ocasiões (o escritor raramente assinava seus textos), defendeu-o de uma biografia satírica feita por um jornal de Blumenau¹⁸.

Assim como Olavo Bilac, membro da Academia Brasileira de Letras e adepto do parnasianismo, Coelho Netto (Henrique Maximiano Coelho Netto), que foi professor, político e escritor brasileiro, abunda nas páginas de *O Commercio*, tanto com obras suas como também através dos comentários de outros articulistas. Outros dois poetas afluem daquelas páginas, são eles Octaviano Ramos e o comandante Müller dos Reis (Reis Netto). Ambos possuem seus poemas espalhados em diversos jornais e revistas do país, quando foram publicados em *O Commercio* já eram famosos. Reis Netto possuía contato com Juventino Linhares e Jaime Vieira, inclusive esses dois diretores publicaram cartas que o poeta lhes enviou nos jornais, mostrando que o fato de terem amizade com aquele destacado escritor poderia também consagrá-los e reforçar a grandeza de *O Commercio*¹⁹. A relação com Frederico Runte, oficial naval, comandante da Companhia Lloyd Brasileiro, também foi exaltada no jornal com a publicação de uma carta enviada por Runte saudando a feliz iniciativa de publicação daquela folha²⁰. A demonstração de domínio de conhecimento dos autores mais lidos no país, bem como o contato com figuras consagradas nacionalmente, demonstram uma necessidade e uma posição consciente de demonstração de capital social por parte da redação e principalmente direção daquele jornal, esperando um lucro de consagração em meio a seus pares.

18 J. LINHARES. Um atrevido. **Jornal O Commercio**, Itajaí, 11 de mar. 1923, p.01, ano V, nº227.

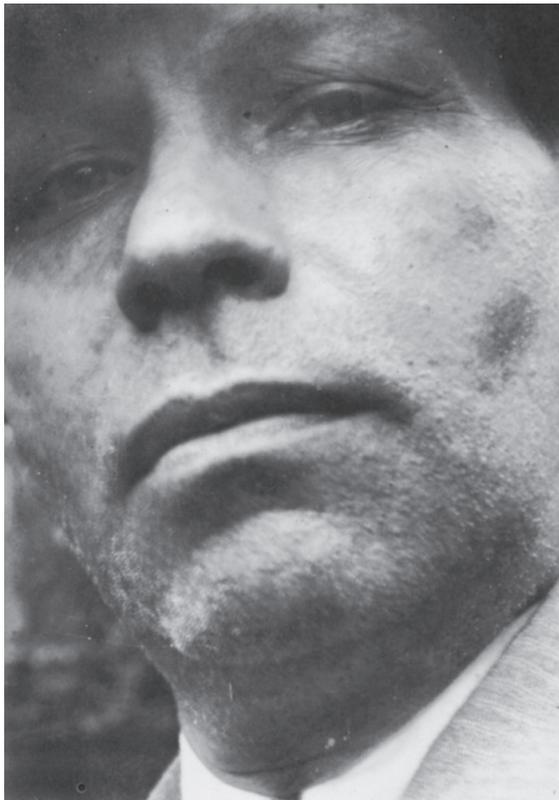
19 As cartas constam nos seguintes exemplares:

Uma carta honrosa. **Jornal O Commercio**, Itajaí, 23 de mar. 1924, p.1, anoVI, nº281.

Uma carta de Reis Netto. **Jornal O Commercio**, Itajaí, 21 de dez. 1924, p.2, anoVII, nº320.

20 O commercio. **Jornal O Commercio**, Itajaí, 08 de set.1918, p.1, ano I, nº7.

Além dos poetas citados, muitos outros afiguraram naquele jornal, sendo que quase todos os exemplares possuem ao menos uma poesia. Infelizmente, uma grande parte dos textos não é assinada, e por diversas vezes recebem pseudônimos, como na “ácida” e satírica coluna “A semana” de um dito “José Fino”²¹, que poderia ser Jaime Vieira, pois na ocasião do aparecimento daqueles textos ele era o diretor do jornal e é visto por Linhares (1959) como um “bom polemista e noticiarista e deixa sempre extravasar, nos seus versos bem elaborados, a sua veia poética, a ironia causticante, a verve que desopila e agrada”. Outros desconhecidos que persistiram em aparecer foram: Senio Avellar, Conde d’Avilla, João Justo, José João e Ginosto Saciba. O nome de Immanuel Currlin, proprietário do jornal, nunca apareceu em uma colaboração.



Em todos os exemplares há uma grande quantidade de propagandas, nos primeiros números algumas edições chegaram a ter apenas uma página de notícias e outras três com propagandas. Os anúncios são de variados estabelecimentos de Itajaí, mas principalmente da Casa Currlin e do Cinema Ideal (também de propriedade de Immanuel Currlin). É interessante perceber que as notícias e colaborações literárias muitas vezes combinavam com a propaganda de algum item da casa de comércio. As propagandas dos sapatos com sola especial para jogos de tênis ou da máquina fotográfica Kodak, dita muito útil para fotografar os melhores lances da partida de tênis, surgiram após 1921, ano no qual inaugurou-se uma quadra de tênis no Clube Náutico Marcílio Dias, do qual Currlin era sócio e também onde ele e sua esposa foram juízes de partidas daquela modalidade. O destaque dado a Olavo Bilac e Coelho Neto encontram correspondência nas propagandas do acervo da Casa Currlin, com obras desses autores.

Os exemplares de *O Commercio* nunca constaram com letras coloridas e raramente apresentavam imagens, exceto nas propagandas do Cinema Ideal e da Casa Currlin. As fotografias estampadas referentes aos filmes em cartaz eram publicadas geralmente na segunda página e muitas vezes formavam um pôster entre as páginas 2 e 3. Além desta chamada havia ainda pequenas notas entre os artigos da primeira página que anunciavam o filme da semana. Vê-se que o cinema era importante para Immanuel Currlin, pois além do destaque dado a ele em seu jornal, o comerciante ainda fazia painéis que eram espalhados pela cidade, outro colocado na traseira de seu carro, e pequenos folders que poderiam ser distribuídos, o que garantiria um anúncio relevante. Em um único exemplar encontrado do ano de 1926, entretanto, não há propagandas da Casa Currlin ou dos Cinemas de Immanuel, o

²¹ Esta coluna pode ser encontrada nos exemplares de “O Commercio” que vão de novembro de 1924 até julho de 1925, conforme as publicações disponíveis no Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí.

nome do diretor também não é o de Jaime Vieira, mas sim Jaime Silva. Não se sabe se naquele ano Jaime Bento da Silva (primeiro diretor de *O Commercio*) comprou o jornal de Currilín e lhe deu um novo rumo, faltam exemplares para que se tenha uma resposta. Sabe-se apenas que 1926 foi o último ano de seu aparecimento.

APONTAMENTOS FINAIS

Após esta breve análise do jornal *O Commercio*, é possível afirmar que apesar de esta folha não constar com destaque na historiografia itajaiense, e mesmo nos relatos posteriores de um de seus diretores, Juventino Linhares, sendo exaltados geralmente *O Pharol* e o *Novidades*, teve grande importância nos anos em que circulou o que é demonstrado através da afetação das outras redações ao citá-lo e rebatê-lo. Apesar de *O Commercio* ter sido considerado por seus concorrentes como oposicionista, foi possível verificar que tanto a redação daquele jornal quanto dos demais, inclusive os situacionistas, não é homogênea. Os posicionamentos políticos e ideológicos estavam em disputa entre os diretores, colaboradores e até mesmo proprietários dos órgãos noticiosos.

A observação de outros componentes do jornal, além de seu conteúdo escrito, assim como Tania de Lucca (2008) defendeu, também teve relevância para um diagnóstico mais apurado da posição que este ocupava no campo jornalístico em Itajaí nos anos 20. A investigação da localização da redação, da distribuição das imagens e propagandas nas páginas, dos escritores e colaboradores mais frequentes, permitiu um conhecimento acerca das formas de consagração que aquele noticiário fazia uso para sua autopromoção. Espera-se que este jornal, e outros da cidade de Itajaí, ainda não examinados, possam ser alvo de estudos que os analisem como objeto de pesquisa em si, e não apenas como uma fonte a ser citada. O esquadramento de jornais de cidades pequenas e médias colabora com a compreensão do desenvolvimento não apenas do campo jornalístico nestas localidades, mas também em suas imbricações políticas, econômicas e sociais, tão fundamentais de serem entendidas pelos historiadores.

REFERÊNCIAS

- ARIENTI, D. P. **Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia**: trajetórias intelectuais, projetos políticos e função social da inteligência. 2014. 330 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
- GOULART, I. **Um “Pharol” de “Novidades”**: a imprensa de Itajaí na Aurora do século XX. 2007. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2007.
- LINHARES, J. Imprensa itajaiense. In: SILVA, L. C. e; FARIA, R. M. de (Ed.). **Anuário de Itajaí 1959**. Niterói: Hoje, 1959.
- LINHARES, J. **O que a memória guardou**. Itajaí: Univali, 1997.
- LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.
- SANTOS, H. F. dos. A história da imprensa na cidade de itajaí. In: LENZI, R. M. (Org.). **Itajaí**: outras histórias. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2002. p. 259-272.
- SIRINELLI, J.-Fs. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.



De Caetano ao Rock in Rio:

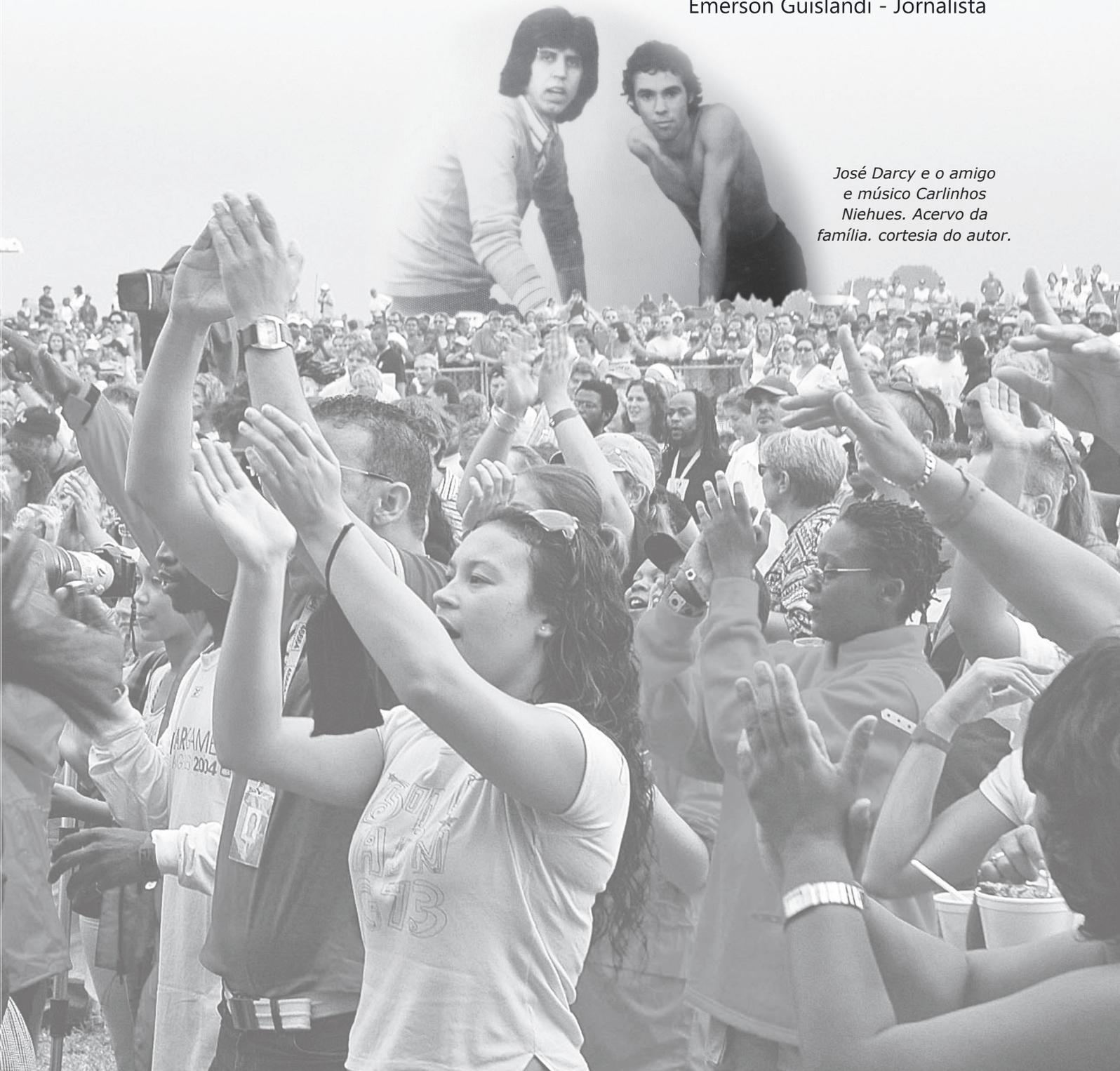
JOSÉ DARCY DA SILVA JÚNIOR foi um itajaiense que deixou saudades. Morava no bairro Vila Operária e notabilizou-se pela engenhosidade e genialidade em tudo que fazia. Cizinho, como era chamado pelos inúmeros amigos, apesar da estatura que beirava os dois metros, tinha a silhueta esguia e franzina e a mente repleta de ideias.

algumas estripulias para relembrar

Cizinho

Émerson Guislandi - Jornalista

*José Darcy e o amigo
e músico Carlinhos
Niehues. Acervo da
família. cortesia do autor.*



Teatrólogo dos bons, ganhou inclusive um prêmio da Fundação Catarinense de Cultura com a peça intitulada *Em Tua Homenagem*. O nome é propício para esta ocasião em que escrevo estas breves linhas. Nos conhecemos no Colégio Salesiano, mas logo após se formar ele sumiria do mapa.

Foi para Curitiba, onde depois de alguns anos de trabalho na área cultural, resolveu voltar à sua cidade natal. Assim como muitos que se vão e retornam a Itajaí pela inevitável dificuldade de permanecer longe por muito tempo desta terra abençoada. Ele foi não apenas um inesquecível amigo, mas também uma espécie de cupido. Num curso de teatro por ele ministrado no salão paroquial da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento, em 1982, conheci a mulher que vive ao meu lado até hoje, Maria José, que me deu três filhos: Carolina, Giácomo e Êmerson.

Naquela época, Maria José, ou Zeca como era conhecida no meio artístico, também dedicava-se ao teatro, atividade que lhe rendeu em 1983 o título de melhor atriz no Festival Catarinense de Teatro. A minha vida, portanto, tomou o rumo que tomou graças a este curso do Darcy, do qual também participei. Com Cizinho vivi passagens memoráveis!

No final da década de 70 fomos juntos a Curitiba para um show de lançamento de um disco do Caetano Veloso, no esplêndido Teatro Guaíra. A capital paranaense era uma espécie de termômetro para os músicos: se o disco fizesse sucesso lá, era sinal de que seria bem aceito em todo o país. Mesmo com a estatura que possuía, Cizinho dirigia um fusca. Não sei como cabia dentro do pequeno veículo, ao qual chamava de útero. Saímos daqui no meio da tarde, e a mim foi dada a incumbência de dirigir.

Era início da noite quando chegávamos a Curitiba, neblina intensa. Quase atropelo um policial rodoviário que, sem que eu percebesse, postou-se diante do carro em sinal de parada! Foi por um triz!!! Bendito reflexo! No final, tudo certo. Apanhamos dois amigos no centro da capital e rumamos para o Teatro Guaíra. Um deles, o escritor e cineasta Rui Vezaro, que anos depois teria um documentário premiado no famoso Festival de Gramado. Chamava-me de filho bastardo de Paul Newman, pela semelhança que eu tinha, segundo ele, com o ator de Hollywood. Quisera eu que assim fosse!

Mas o show de Caetano foi um verdadeiro espetáculo, especialmente para nós quatro, todos fãs incondicionais do músico baiano. Tanto que, no final da apresentação, resolvemos tentar manter contato com o ídolo. Seguimos atrás dos dois carros que levavam Caetano e seus músicos. Uma célere perseguição se sucedeu pelas ruas de Curitiba até chegarmos ao destino final, um restaurante em Santa Felicidade, passagem obrigatória do turismo gastronômico da capital paranaense.

Nos abancamos numa mesa próxima à de Caetano e, depois de alguma relutância, não resistimos: fomos até ele e puxamos conversa. De bom astral, Caetano nos recebeu e ali permanecemos, os quatro ao redor da mesa, por cerca de 10 minutos. Saciados da atenção do ídolo, fomos embora com o sorriso nas orelhas, todos com o desejado e valioso autógrafa de Caetano Veloso. Que glória!

Anos depois, em 1985, fomos eu e o Cizinho para a “Cidade Maravilhosa”. Era a primeira e antológica edição do Rock in Rio. Desta feita pegamos mesmo um avião. Ficamos no apartamento de uma modelo, amiga de Darcy, que apareceu duas ou três vezes na capa do jornal O Globo, com trajes que lembravam o gênero musical dos artistas que se apresentavam no grandioso festival.

O Brasil passava por grandes transformações. Após 21 anos sob uma ditadura militar, o país começava a dar os primeiros passos rumo à democracia. Nesse cenário, pela primeira vez uma nação da América do Sul, continente que vivia tempos semelhantes de cerceamento da liberdade, tortura e mortes, sediaria um evento musical dessa natureza.

Nele estiveram nomes como AC/DC, Iron Maiden, Ozzy Osbourne, Queen, James Taylor, Rod Stewart, Scorpions, Yes e os brasileiros Gilberto Gil, Paralamas do Sucesso e Barão Vermelho. Ao todo foram 28 bandas nacionais e internacionais. Algo inebriante para os apaixonados pelo rock. O local especialmente montado em Jacarepaguá, abrigava nada menos que 250 mil pessoas. Era muita gente!

Numa das noites, eu e Darcy nos perdemos um do outro. Saí à sua procura olhando por cima no meio da imensa multidão. Afinal, ele tinha dois metros de altura e havia, naturalmente, alguma possibilidade de localizá-lo. Depois de algum tempo resolvi dar uma parada para assistir ao show de James Taylor. Foi quando, nas minhas costas, uma bela garota passou a se esfregar. Pensei: nem tudo está perdido. Mas, assim como chegou, ela sumiu, repentinamente.

Um tanto chateado, saí do meio do mar de gente e fui comprar uma cerveja para esfriar a cabeça. Quando coloquei a mão no bolso de trás, onde está a carteira? Percebi então que havia sido vítima de roubo. A garota que se esfregava nas minhas costas tinha surrupiado a carteira. E agora? Lá estava eu, sem documentos, sem dinheiro, sem o Darcy e sem saber exatamente onde se localizava o apartamento da modelo que nos hospedava. Desesperadora situação. A minha aflição durou uma boa meia hora, quando então, que alívio! Finalmente achei o Darcy.

Foi a última aventura que passamos juntos. Poucos anos depois, ele deixaria este mundo, ainda jovem, vítima de graves problemas cardíacos. A sua imagem, seu astral sempre nas alturas, a sua genialidade e sutileza, permanecerão para sempre na memória daqueles que com ele tiveram o privilégio de conviver!

BREVE BIOGRAFIA

José Darcy da Silva Júnior nasceu no dia 12 de novembro de 1955, filho de José Darcy da Silva e Heloísa Tereza Wöhlke da Silva. Dramaturgo, fundador e diretor dos Grupos Teatrais Folk (Itajaí) e Clavária



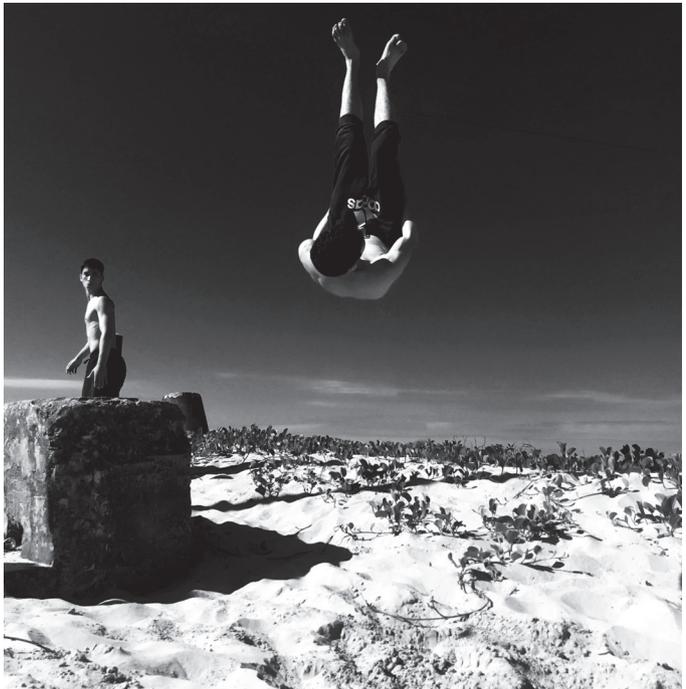
Flava (Curitiba). Na capital paranaense desempenhou com maestria a função de diretor de programação do Teatro Universitário. Também no rico período que viveu em Curitiba, desenvolveu os trabalhos de professor de dramaturgia da Fundação Cultural, professor de Educação Artística do Colégio Anchieta e professor do Curso Permanente de Artes Cênicas do famoso Teatro Guaíra.

Sua capacidade didática, conhecimento e genialidade o levaram a ministrar no Paraná, em Santa Catarina e outros Estados vários cursos de artes cênicas. Foi diretor de nada menos que 18 peças teatrais, além de dirigir dois filmes em Super 8. Escreveu quatro textos para teatro. Um deles, intitulado *Em Tua Homenagem ou Não*, foi vencedor, em 1983, do III Concurso Estadual de Dramaturgia, promovido pela Fundação Catarinense de Cultura.

Versátil no campo das artes, foi premiado em concursos fotográficos; músico, cronista, desenhista industrial pela Universidade Federal do Paraná, patrono da Cadeira 24 da Academia Itajaiense de Letras, proprietário da Free Vídeo Filmagens, em Itajaí (extinta) e diretor-presidente da empresa Designer Sociedade Civil Ltda, sendo responsável em 1979 pela Programação Visual e Planejamento dos Signos Urbanos de Itajaí.

Constituiu-se, notavelmente, em participante ativo de primeira grandeza no cenário intelectual de Itajaí, de inquestionável talento e inegável dedicação, junto com Carlos Alberto Niehues, Eduardo Heil da Hora, Renato César Bini, João Marques Brandão Neto, Magru Floriano e outras figuras de proa das artes e da cultura. Faleceu precocemente em 1989, com poucos 33 anos de idade, de problemas cardíacos. Foi-se o homem, ficou a obra e a imensa saudade!





Fotografia de Erick Gianezzi.

as diversões e o lazer em itajaí no início do século passado

Carlos Henrique Müller, médico, memorialista e genealogista



Itajahy. Rua Dr. Hercilio Luz.

OLHANDO HOJE PARA A ÁREA CENTRAL da cidade Itajaí, vendo o grande comércio estabelecido em suas diversas ruas e os muitos locais voltados para os momentos de lazer, as áreas de uma beleza imensurável, tais como a bela orla junto a Av. Ministro Victor Konder, com seus restaurantes, bares, pizzarias, e também as praças, bibliotecas, o museu, o Arquivo Histórico, e outros belos locais para um simples passeio a pé, de bicicleta ou mesmo de carro, fica muito difícil imaginar como era pequena a área comercial no início do século passado e, mais difícil ainda, tentar imaginar quais eram as opções de lazer da cidade para a sociedade daquela época. E para tentar entender, vamos situar a cidade no contexto daquele período histórico.



Tanto a cidade de Itajaí quanto o Brasil, logo depois da Proclamação da República, estavam mergulhados nos efeitos da política econômica do Marechal Hermes da Fonseca, a qual ficou conhecida como “encilhamento”. A mudança de regime, de Monarquia para República ocorreu em um momento de graves desajustes econômicos, ocasionados pela brusca mudança do trabalho escravo para o regime assalariado, cujo efeito, sentido de imediato, foi a falta de dinheiro, do papel moeda em circulação no país, algo extremamente necessário para pagar os trabalhadores. Para resolver o problema, o governo pôs em prática uma política de incentivo à emissão de papel moeda. O efeito imediato dessa medida foi uma desvalorização dos “mil réis”, a moeda da época, seguida por um surto inflacionário, provocado pela injeção excessiva de dinheiro na economia, o que por sua vez, levou ao fechamento de muitas empresas e à falência inúmeros investidores. Ainda não dava para imaginar o impulso econômico que aconteceria na cidade alguns anos depois, logo ao final da primeira década daquele século. Um fluxo de investimentos, obras, negócios, comércio e dinheiro e migração de trabalhadores para a cidade, que aconteceria de forma progressiva e que perduraria em crescente evolução, de maneira gradual, até a eclosão da primeira guerra mundial.

Não existiam cafés ou confeitarias que servissem a bebida em salões e o cinema era algo que somente apareceria algum tempo mais tarde. Um dos divertimentos dos finais de semanas eram as duas cervejarias existentes na cidade. Em 1898, Otto Hosang, filho do Cervejeiro Heinrich Hosang, de Blumenau, logo após se casar, veio para Itajaí e construiu uma filial da fábrica de cerveja de alta fermentação de seu pai. Esta cervejaria ficava localizada na base do morro da fazenda, hoje Morro da Cruz, próximo ao local onde Eugênio Luiz Müller, irmão de Lauro, possuía a sua residência. O negócio iniciou bem, porém, no ano seguinte, devido ao excesso de clientes devedores, ficou inviável financeiramente, visto os investimentos iniciais feitos com um retorno insuficiente de prover o sustento do jovem casal investidor. Assim, Hosang vendeu esta cervejaria para Alois Kormann que, com bastante trabalho e esforço, conseguiu fazer o negócio prosperar. O local se transformou em um ponto de reunião aos domingos. Era uma grande chácara, localizada em área bastante arborizada, e aí se instalavam as mesas onde era servido aos clientes, além da cerveja de fabricação própria, um farto almoço constituído de carne assada e outros acompanhamentos. Posteriormente, Kormann, além de sua própria cerveja, começou a servir outras marcas de cervejas trazidas do centro do país, tais como a Antártica e a Fidalga. Para vencer a distância até o local e poder levar a família, bastava a qualquer um alugar um dos carros de



Garrafas de cerveja Saint Paul.

mola existentes no centro da cidade. A outra cervejaria daquela época era de propriedade do pomerano Fernando Treder.

Inicialmente, seu comércio ficava na barra do rio e, algum tempo mais tarde, o proprietário transferiu o seu estabelecimento para um local próximo a igreja evangélica. Era o estabelecimento predileto dos jovens rapazes, que ali se encontravam aos finais de semana, para beber e conversar. Treder produzia cervejas do tipo branca, preta, dupla e pilsen. Ainda sobre o ramo das cervejas, o consumo era tanto na cidade que outro alemão emigrado, Godofredo Hoier, cultivava lúpulo em sua propriedade, na localidade de Carvalho, para assim abastecer o mercado local. O seu produto era de alta qualidade, tanto que ele foi premiado na exposição nacional de 1907.

Mas para quem queria fugir dos olhares alheios, tais como os graúdos daquele tempo, não porque na época houvesse algum tipo de lei seca, mas simplesmente para fugir dos olhares e comentários alheios, os melhores locais para estes apreciarem a bebida ainda eram os hotéis, que possuíam uma ante-sala e *Buffet*, e ali poderiam tomar calmamente a sua cerveja, uma importada Saint Paul, ou ainda, um bom licor, um vinho do porto, uma gasosa, a sua cachaça predileta, e também saborear um arenque defumado ou mesmo um fino bombom. Além disto, para amenizar a inexistência de outra necessidade da época, o gelo, todos os hotéis e famílias mais abastadas mandavam construir adegas para poder refrigerar um pouco as suas bebidas. Existiam na cidade, também, algumas raras mesas de sinuca, mas a clientela destas era bem escassa e as mesas ficavam em locais bastante reservados aos olhares da população.

A fábrica de gasosa de propriedade de Jacob Bauer, a soda limonada daquele tempo, ficava situada na Rua Samuel Heusi e era também um dos pontos de reunião dominical. Havia nos fundos da casa do proprietário um grande quiosque onde era possível comprar e consumir a bebida. Junto ao mesmo, havia uma cancha de bolão, um jogo muito apreciado na época, como veremos mais adiante. Outro produtor de gasosa na época era Otto Praun, filho do veterano da guerra do Paraguai, Carlos Hugo Praun.

Quanto aos clubes existentes, a sociedade Guarani e o Clube Estrela do Oriente eram, naquele tempo, duas agremiações mais carnavalescas do que propriamente clubes sociais. Já o Clube dos Atiradores era um local frequêntado o ano todo, pois além da grande festa anual dos atiradores, evento que tinha enorme procura, possuía cantina, pavilhão de tiro e cancha de bolão. Além disto, nos Atiradores, não havia regras de etiqueta ou cerimonial de nenhuma espécie, e também para as mulheres havia jogos e torneios. Sobre os frequêntadores dali, o construtor Guilherme Müller, dono de estatura avantajada, respeitáveis suíças e barba ao estilo imperador Francisco José, da Áustria, não era um aficionado pelo tiro alvo e nem pelos afamados bailes. Era, sim, um apaixonado pelo jogo de bolão, ou “Bolantinos” como se falava na época. E os fiéis companheiros Otto Hosang, “o mais assíduo”, embora por pouco tempo, o padeiro Guilherme Willert, o cervejeiro Fernando Treder, além de Otto Moldenhauer,



Paulo Willerding, João Gern, Ernesto Schneider, José Berti e Carlos Krubeck, eram alguns dos companheiros de jogatina e, eventualmente, participava destas disputas o Padre João Baptista Peters, o Vigário da Paróquia, o qual era mais um amante da filosofia do que dos ritos teológicos, além de ser, também, o redator do único jornal da época, “O Progresso”.

As apostas eram feitas em cerveja, entre um grupo constituído por um total de mais ou menos dez homens. E os encontros para os jogos de bolão não se restringiam aos finais de semana. Como dizia Guilherme Müller, a segunda-feira era “dia de jogar bolão”. Mas isto não interferia no trabalho no outro dia. Certa manhã, seguinte a uma destas segundas, já com o sol brilhando, a temperatura ainda baixa, isto lá pelas 8 horas, o marceneiro Carlos Below ainda não estava presente na obra em construção. Aí, o construtor não teve dúvidas, foi até a casa do marceneiro e escreveu na porta da casa dele: “Quem muito dorme, a este Deus alimenta”. Ainda sobre este tipo de jogo, Otto Moldenhauer, inicialmente hoteleiro e depois comerciante na cidade, conseguiu associar o gosto pelo jogo aos negócios, pois logo após fechar seu hotel no centro da cidade, instalou em sua residência, situada na Rua Vitória, uma cancha apropriada e anunciava no único jornal da época: “jogo da bola, casa Otto Mondenhauer”. Foi Moldenhauer também, um dos fundadores e idealizadores do Clube Estrela do Oriente.

Bem, lembrando que nada seria tão óbvio quanto, em uma cidade portuária, existirem pontos de refúgio em terra, aos marujos que ali desembarcavam. Perto da velha matriz, que era de tamanho muito menor do que hoje, porque somente mais tarde se adicionaram as duas naves laterais, em direção para o lado da praia, existia um largo bem pouco arborizado e, situado no mesmo local, um quiosque de aspecto chinês, que era arrendado a Maneca Lopes, onde se vendia cigarros, roscas, doces e uma bebida chamada “laranjinha”, muito apreciada pelos frequentadores. A tal laranjinha era uma mistura de aguardente com essências de laranja, bebida trazida do Rio de Janeiro. A freguesia do seu Maneca era assim composta, quase exclusivamente, de marinheiros e também de desocupados. O proprietário não se prolongava na noite, e um pouco antes da meia-noite fechava o seu comércio, restando aos clientes a opção de se recolher ou curar a bebedeira em algum local próximo ao cais. Também daí, alguns seresteiros saíam a cantar trovas pelas ruas da cidade. Alguns anos mais tarde, o velho quiosque foi vendido por seu proprietário para um morador da barra do rio, que o colocou sobre rodas e o levou até a sua nova localização.

Os passeios noturnos eram limitados pelo horário. A energia elétrica chegaria somente alguns anos mais tarde, existindo nas residências, apenas, a iluminação a querosene, o que era algo que todos necessariamente possuíam. A municipalidade da época mandara instalar alguns postes de madeira, distantes uns dos outros, com um lampião encimado em cada um deles. Tais postes estavam localizados juntos aos principais locais de passeio, os quais se concentravam nas três principais ruas da cidade e que naquela altura, já estavam totalmente edificadas, correspondendo às atuais ruas Lauro Müller, a Pedro Ferreira e a Hercílio Luz, uma área de intenso comércio, que funcionava até em torno das nove ou dez horas da noite, principalmente por haver ali uma boa quantidade de comércios de gêneros alimentícios. Os lâmpioes das ruas eram acessos ao escurecer pelos “homens da escadinha”, assim chamados por levarem, cada um, uma escada portátil e uma lata com o combustível, em quantidade suficiente

para durar até em torno das 22 horas. Nas noites de luar, esta iluminação não era acesa, visto que a situação econômica priorizava economizar. Este serviço de iluminação era arrendado em concorrência pública, muitas vezes aos preferidos, e estes, como diziam as más línguas, eram sempre amigos da situação. Por vezes, algum boêmio embriagado ou, ainda, algum “inimigo” dos ditos arrendatários, quebrava algum destes lampiões durante a madrugada, o que também acontecia durante algum temporal, onde os mesmos eram arrancados pela força do vento. O reparo também era um serviço destinado para os homens da escadinha.

Eventualmente, algumas festas eram realizadas no gramado em frente à velha matriz, e normalmente eram as festividades religiosas, que eram acompanhadas pela música ao vivo, e se prolongavam até a noite, com animados leilões de prenda. Também muito eventualmente, alguns circos chegavam à cidade. Ali vinham montar os seus pavilhões. Existiam algumas agremiações e sociedades que promoviam piqueniques, passeios e também organizavam bailes dançantes. A sociedade Germânia, como o próprio nome sugere, era constituída exclusivamente por alemães em seu quadro de sócios e teve um número em torno de uns trinta sócios em seu quadro no início de 1900. A sociedade “Edelweiss” era outra agremiação constituída por filhas de imigrantes alemães e a “Estudantina das Magnólias” era formada por jovens senhoritas da sociedade, e a qual além dos citados eventos, também se dedicava a música, tendo organizado uma orquestra de instrumentos de corda. Já o Clube “03 de maio” foi fundado para celebrar as datas nacionais.

E quanto aos namoros, existiam os momentos especiais, como os jogos de prendas organizados em casas de família, também as portas laterais da igreja ou a conversa nas janelas, o que nem sempre era permitido. Nos leilões de prendas, cada rapaz procurava vencer o concorrente na oferta do leilão para a sua preferida. O Clube “20 de agosto”, que foi fundado por Alexandre Justino Regis, quando este encontrou um local adequado para realizar bailes dançantes, na casa de Gabriel Heil, quando este fechou o seu hotel, e ali foi um excelente local para os namoros da época e também foi um marco naquele período. Foi ali que o jovem Marcos Konder iniciou o namoro com a sua futura esposa, a qual era a filha do fundador do clube, Dona Corina Lebon Régis.

REFERÊNCIAS:

- KONDER, Marcos. **Alguns aspectos de Itajaí por ocasião do centenário da descoberta**. Itajaí, Anuário de Itajaí, 1949, páginas 159-176.
 LINHARES, Juventino. **O que a memória guardou**. Itajaí, Editora da Univali, 1997, 392 p.
 MÜLLER, Carlos Henrique. **Os diários do construtor Guilherme Müller**. Arquivo pessoal do autor.

Imagens cedidas pelo autor.



CONFLITO SOCIAL EM ITAJAÍ

60 ANOS DA SANGRENTO REVOLTA CONTRA A CARESTIA DA CARNE – 1958/2018

Edison d'Ávila – historiador



INTRODUÇÃO

GERALMENTE SE PODE DIZER QUE CONFLITO SOCIAL resulta da contraposição de opiniões, pensamentos e do agir de pessoas ou grupos, que irrompe no cotidiano da sociedade, a expressar diferenças, desacordos e oposições.

Há autores que julgam ser o conflito social um componente natural da vida em sociedade e, portanto, sua solução não é uma necessidade, visto que ele pode servir, ao fim, como elemento agregador no todo societário. Outros, todavia, vêem o conflito social como decorrente da intrínseca luta de classes que existe no interior das sociedades capitalistas e, por isso, não pode ser temporizado e só desaparecerá com o fim da sociedade de classes.

Na cidade de Itajaí, porque este artigo abordará um episódio urbano, têm-se notícias de conflitos sociais mais notáveis, desde o final do século XIX como a primeira greve de trabalhadores do porto de Itajaí em 1892, opondo operários e patrões. Mas que a imprensa da época afirmara não ter “havido distúrbio algum”. As greves de trabalhadores estiveram presentes também nas primeiras décadas do século XX, notadamente no ano de 1935, que ficou conhecido como o “ano vermelho”. Nesses conflitos de grevistas versus patrões, dizia o jornal *O Pharol*, de Itajaí, 1904, “a força pública, de baioneta calada e impelida por ordens desapiedadas, tenta ferir e esmagar brutalmente esses pobres a quem tiram o trabalho...”. Entretanto, conflito social que levasse ao confronto físico e à violência, com ferimentos e morte, somente se teve em duas ocasiões. No “Carnaval Sangrento”, de 1912, em que grupo de crítica política, no desfile de carnaval, entrou em conflito com a polícia, quando populares foram tiroteados; e no episódio conhecido como a “Sangrenta Revolta da Carne”, de 1958, que a seguir se vai tratar.



ESTUDANTES, SINDICATOS E ESQUERDA EM AÇÃO NA CIDADE NOS ANOS 1950

O retorno de Getúlio Vargas à presidência da República em 1951 dera início a um governo de marca nacional-populista, aberto às reivindicações sociais. No entanto, desavenças políticas e obstáculos surgidos ao projeto de crescimento da economia lançaram o segundo governo getulista em sucessivas crises a partir de 1952. Com isso, seriam desencadeados movimentos de organização e de lutas sociais de trabalhadores, partidos de esquerda e estudantes, Brasil afora e também em Itajaí.

Na cidade, o movimento estudantil teve início com a fundação, pelos estudantes do curso de contabilidade da Escola Técnica de Comércio de Itajaí, da União dos Estudantes Secundários de Itajaí/UESI, a 14 de abril de 1957. A criação da UESI aconteceu como consequência do surgimento da União Catarinense de Estudantes Secundários/UCES, em 1952, que motivara a fundação de uniões municipais, e na sequência da realização do II Congresso Catarinense de Estudantes Secundários, em julho de 1956, na cidade de Blumenau.

A UESI tinha por escopo congregar os estudantes secundários de Itajaí, à época alunos ginásianos e dos cursos médios de contabilidade e normal existentes na cidade, para lutar em prol de seus interesses e reivindicações, permitindo que os estudantes atuassem coesos e unidos e debatessem teses do real interesse da classe estudantil do ensino médio.

O ideal primeiro de simples conagração de estudantes, logo fora acrescido de outros de caráter reivindicatório, político e social. A UESI se envolveu, então, com demandas estudantis como o custo das mensalidades escolares, a meia-entrada para estudantes nos cinemas da cidade, bolsas de estudo para alunos carentes e cantina estudantil. Também fez debates e se envolveu com temas como aqueles que diziam respeito ao palpitante momento político nacional, ou seja, a preservação do regime democrático, a luta contra a carestia, a solidariedade a trabalhadores em greve por melhores salários e repúdio ao aumento de subsídios dos deputados. Igual preocupação tinha a entidade com as questões culturais, educacionais e de entretenimento social, promovendo ou participando de festival de arte e cultura, feira de livros, seminário de alfabetização de adultos, campanha pela criação da biblioteca do estudante, pela criação do ensino superior em Itajaí, realizando bailes e escolha da rainha dos estudantes secundários.

Apesar de o secretário político do PCB de Itajaí ter afirmado que o movimento estudantil brasileiro era, naqueles anos do fim da década de 1950, “tomar corpo, cuja hegemonia passa a ser da esquerda”, a entidade representativa dos alunos secundários da cidade teria sempre na sua diretoria estudantes de centro-direita. A exceção fora o primeiro presidente, Gilson Omar Amaral, cuja família era de raízes petebistas.

O movimento sindical de Itajaí, por sua vez, começaria a mudar também a partir da década de 1950, quando Vargas retornou ao poder através de eleição. Ele iniciou seu governo dando apoio às reivindicações dos trabalhadores e com isso acirrando tensões políticas e sociais com partidos de centro e direita, empresários e militares.

Muito contribuiu para a mudança dos quadros sindicais itajaienses a substituição de antigas lideranças, que se aposentavam, simpáticas a Vargas, alçadas ao comando dos sindicatos nos anos de 1930, os chamados líderes “amarelos”, antagonistas dos “vermelhos” que foram críticos da proposta de controle dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho. Concomitantemente, a criação dos primeiros sindicatos de empregados nas áreas de comércio e serviços: lojas, bancos, escritórios de madeireiras, seguros, trouxe dinâmica nova ao sindicalismo local. Do mesmo modo, o retorno do protagonismo de sindicalistas ligados ao PCB, os quais haviam se afastado da atuação nos sindicatos por decisão partidária, contribuiu em muito para essas modificações.

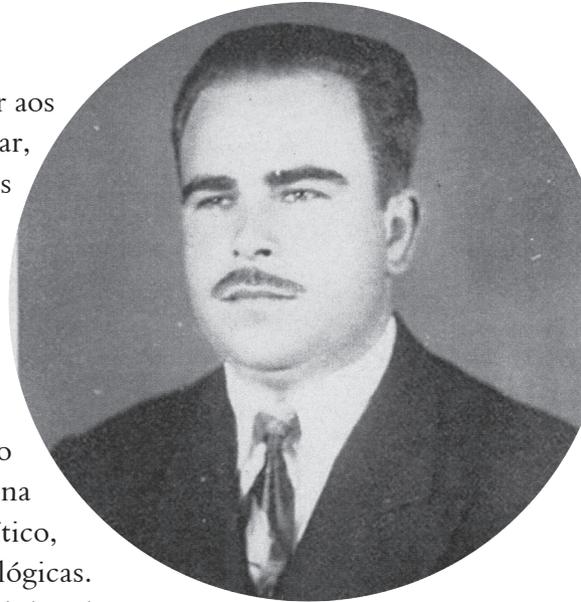
As demandas sociais e econômicas da classe operária, visibilizadas sobremaneira no período do governo Vargas, fizeram recrudescer as lutas dos trabalhadores por melhores salários e outras conquistas sociais. Movimentos de reivindicação, greves e o ideal do auxílio mútuo despontaram, então, entre os líderes sindicais daqui como formas de luta dos operários.

A proposta de unidade do movimento sindical começou a ser colocada nessa ocasião por sindicalistas de esquerda, mas havia ainda muita resistência entre dirigentes de sindicatos, por questões de poder. Ela só viria a ser alcançada no ano de 1958 com a criação da União Intersindical dos Trabalhadores de Itajaí.

Todavia, uma realização dos líderes sindicais, já resultado do trabalho de união dos sindicatos, foi a criação em 15 de novembro de 1954 da Sociedade Beneficente dos Trabalhadores Santa Catarina, cujo primeiro presidente foi Luiz José Medeiros, do Sindicato dos Estivadores.

A nova sociedade mutualista tinha por finalidade proporcionar aos associados e a toda e qualquer pessoa assistência médica, hospitalar, dentária e farmacêutica, remunerada e gratuita. As maiores realizações da Sociedade Beneficente passaram a acontecer a partir de 1958, quando assumiu a presidência Valdevino Vieira Cordeiro, presidente do Sindicato dos Conferentes.

O conjunto dos operários de Itajaí havia crescido sobremodo no pós-2ª Guerra Mundial, principalmente, devido ao crescimento da indústria da madeira e do comércio pelo porto. Vivenciava-se o auge do “ciclo da madeira” na cidade. Entretanto, a classe operária, do ponto de vista político, mostrava-se fraccionada entre várias opções partidárias e ideológicas. A maioria esmagadora dos líderes sindicais e de seus liderados acompanhava politicamente as correntes do PSD e do PTB; havendo até quem seguisse a orientação social da Igreja Católica. Alguns deles eram avessos à proximidade e à atuação dos comunistas que, por isso, viam a classe operária daqui politicamente desarticulada.



*Valdevino Vieira Cordeiro
- c. 1953. Presidente do
Sindicato dos Conferentes
e da União Intersindical dos
Trabalhadores de Itajaí.
Foto: cortesia do autor.*

As correntes políticas de esquerda em Itajaí estavam abrigadas, nesse tempo, no PTB e no PCB/Partido Comunista Brasileiro, agremiação política legalmente proscria no país e que atuava na clandestinidade.

O Partido Trabalhista Brasileiro/PTB deveu sua criação a Getúlio Vargas, no final do Estado Novo, quando pensou num partido político que atraísse a classe trabalhadora urbana vinculada aos sindicatos. O trabalhismo seria também um anteparo político à influência comunista no meio operário, pretendia Vargas.

O PTB em Itajaí foi organizado por getulistas em 1947, dentre os quais se destacavam Aníbal Cesar, Esperidião G. Silva, Jayme Fernandes Vieira e Vicente Tito Filomeno. Mas foi com a adesão de Abdon Fóes, getulista egresso do PSD, que o partido ganhou musculatura e passou a ter presença significativa na política da cidade. Fóes, a partir de sua chegada ao PTB, tornou-se seu presidente e lhe imprimiu sua marca pessoal de moderação e de apoio incondicional a Getúlio e João Goulart.

Contudo, a partir da segunda metade dos anos de 1950, o ingresso de políticos e sindicalistas de esquerda e de comunistas em seus quadros, denotaria a gradual absorção da prática e do discurso de esquerda pelo PTB itajaiense. A presidência de Abdon Fóes, sobre isso, nunca fizera quaisquer reparos. O trabalhismo de Itajaí, então, passou a funcionar como uma frente de esquerda, visto que o PCB não podia ter vida partidária legal.

A cassação do registro legal do PCB em maio de 1947 e o consequente retorno do partido à clandestinidade fizeram o grupo comunista de Itajaí minguar, a ponto de, no começo dos anos 50, contar entre seus quadros efetivos menos de uma dezena de integrantes.

O revigoramento da atividade política dos comunistas itajaienses aconteceria a partir dos anos dos governos Vargas e Kubitschek, quando se acentuaram os desajustes econômicos e sociais e se ampliaram as lutas políticas e movimentos de massa no país por melhores condições de vida.

Os comunistas, então, depois de se terem afastado de participação na vida sindical, por deliberação do partido, tomavam por diretriz agora integrar as direções dos sindicatos e participar dos movimentos sociais com intensidade. Durante o segundo governo Vargas, os comunistas, embora o combatessem, reconheciam a plataforma governamental nacionalista posta em prática. Por outro lado, a proposta comunista de radical transformação revolucionária da sociedade não encontrava campo fértil entre os operários e assustava a classe média.

No ano de 1954, a direção do PCB de Itajaí, em substituição ao engenheiro Renato Cardoso, funcionário da Estrada de Ferro Santa Catarina, foi passada para Léo Machado, jovem de vinte e dois anos e empregado no escritório da madeireira Euclides Leiria & Cia. Ltda, situada na Rua Felipe Reiser, que assumiu a secretaria política do comitê municipal. Léo Machado deu nova dinâmica e protagonismo ao PCB itajaiense, atuando num ambiente de semiclandestinidade. Os quadros partidários se ampliaram, chegando nos anos seguintes a quatro organizações de base ou células na cidade, agora com dezenas de membros efetivos. A arregimentação sindical ganhou corpo no meio operário e a visibilidade da ação comunista se tornou grande, a ponto de suscitar abertas hostilidades em segmentos da classe média, no meio empresarial e na Igreja.

Essa a razão pela qual o vigário de Itajaí na ocasião, acérrimo anticomunista, fizera em 1955 no Livro Tombo da Matriz a seguinte avaliação das atividades dos comunistas:

Por meio de elementos relacionados com o PCB, soubemos da grande atividade que vêm desenvolvendo na cidade de Itajaí. Reúnem-se regularmente, recebem emissários de Florianópolis, divulgam a imprensa comunista, abrindo até mesmo uma livraria (*N.B. Na verdade, uma banca de revistas, jornais e livros do Partido, instalada na Praça Vidal Ramos*) e lançam o espírito de revolta entre diversos ambientes operários.

Agiam, portanto, as forças políticas de esquerda da cidade de forma ativa e aberta, não sem oposição, em partidos políticos e em diversas organizações sociais, notadamente sindicatos, fazendo a defesa de teses políticas progressistas e pela melhoria das condições de vida da população.

GOVERNO JK: PRESIDENTE BOSSA NOVA, MAS INFLAÇÃO GALOPANTE

O governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK) estendeu-se de 31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961. JK era do PSD/ Partido Social Democrático e o vice-presidente da República, João Goulart, do PTB/Partido Trabalhista Brasileiro. Já no segundo dia de mandato foi tornado público o Plano de Metas, um ambicioso programa governamental que buscava desenvolver e modernizar o país debaixo do *slogan* “cinquenta anos em cinco”.



O Plano de Metas tornava viáveis as condições de ingresso do Brasil num nível avançado de industrialização. O governo JK vai coincidir com o surgimento da fórmula reformismo desenvolvimentista, assim como, de uma renovação artístico-cultural, notadamente, no cinema (Cinema Novo), no teatro (Teatro de Arena, Oficina, Opinião) e música (Bossa Nova). A Bossa Nova, conforme as historiadoras Lília M. Schwarcz e Heloísa M. Starling,

[...] era um modo de dizer o que o país tinha de melhor e a confirmação de sua viabilidade: um Brasil moderno, cosmopolita, belo, livre. Ela forneceu aos brasileiros a senha para acelerar o tempo e criar, em cinco anos, algo novo capaz de vencer o subdesenvolvimento – ao menos no campo da cultura.

Eis a razão porque JK começa a partir daí a ser chamado também de “presidente Bossa Nova”.

Tão logo foi implantado, o Plano de Metas recebeu acesas críticas de sindicalistas, estudantes, intelectuais e, sobretudo, líderes comunistas. O argumento dessas críticas era o de que o desenvolvimento econômico pretendido, de fato seria capaz de integrar a indústria nacional à economia mundial, mas ao custo altíssimo de seu atrelamento às empresas multinacionais. Aquilo que a esquerda assim propalava e mal via: a entrega da riqueza nacional ao capital estrangeiro.

O período era de grande desenvolvimento econômico, todavia, com consequências altamente prejudiciais no controle das contas públicas e inflação desenfreada. O financiamento crescente e rápido do desenvolvimento acabara por gerar grandes *déficits*, que ocasionaram uma espiral inflacionária incontrolada: de 7% em 1957, para 24,45% em 1958 e alcançando a taxa de inflação de 34,4% em 1959. A carestia, como então comumente era chamada a alta do custo de vida, provocava imensa corrosão do poder de compra dos trabalhadores.

A administração JK sofria a crítica acesa da oposição conservadora. Mas os comunistas também a criticavam por “não atender aos interesses nacionais e às aspirações das massas populares em questões essenciais”, embora se propusessem eles a defender a legalidade constitucional e democrática do governo. Enfim, nos anos finais de 1950, assistia-se à deterioração do quadro econômico-social do país, a acesas lutas políticas entre esquerda e direita e a mobilizações populares em favor de melhores padrões de vida do povo em geral.

1958 – ANO MARCANTE DE LUTAS POLÍTICAS E SINDICAIS

O ano de 1958 foi marcado por grande atividade política em todo país, notadamente nos maiores centros urbanos, assim como, na cidade de Itajaí. No campo político, o maior acontecimento foram as eleições legislativas de 3 de outubro. Também o lançamento da Resolução de Março de 1958, do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, de seu modo, acabou sendo um marco para a esquerda, ao estabelecer nova política de ação para os comunistas do país. Na área econômica, o destaque ficara por conta do aumento descontrolado da taxa de inflação, que triplicara, a mais convulsionar o panorama social e político nacional. Em Itajaí, três acontecimentos ainda marcariam aquele ano: o III Congresso Estadual dos Estudantes Secundários de Santa Catarina, em julho; o II Congresso Sindical dos

Trabalhadores de Santa Catarina, em setembro, e a “Passeata da Fome” e a “Revolta da Carne”, em novembro, com morte e feridos.

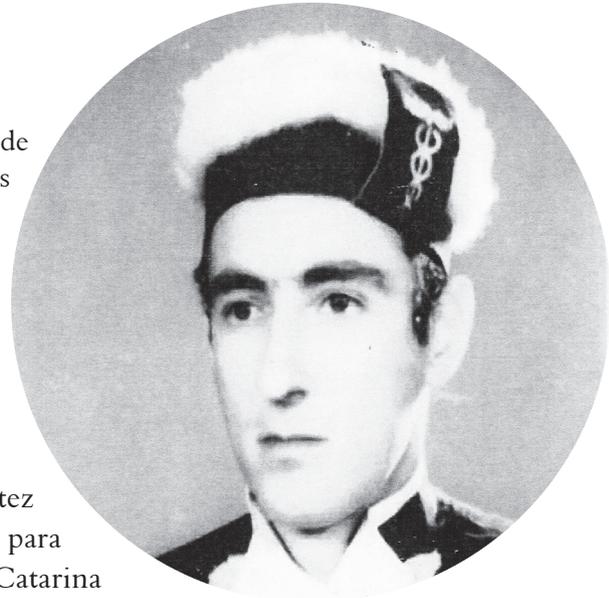
A Resolução de Março de 1958, do Comitê Central do PCB, reconhecia as contradições políticas do governo Kubitschek - setor entreguista ao lado de um setor nacionalista - e propunha uma Frente Única de luta por um governo nacionalista e democrático, com uma plataforma de pontos fundamentais, dentre os quais se destacavam “o combate enérgico à inflação e à carestia” e a mobilização dos comunistas para tomar parte nas eleições de outubro. Em Itajaí, os comunistas atenderam a essas recomendações partidárias e participaram intensamente dos embates. Os anos finais do governo JK, quando o PCB passara a gozar de uma semilegalidade, não sendo mais incomodado pela polícia, quadros do partido assumiram a presidência de sindicatos e se integravam em associações de trabalhadores e comunitárias, onde era possível então desenvolver ampla atividade política e social. Eram comunistas os presidentes dos sindicatos de bancários, securitários e metalúrgicos; além disso, Léo Machado e José Adil de Lima, secretário político e secretário sindical do PCB itajaiense, ocupavam os cargos respectivamente de tesoureiro e presidente das diretorias da Sociedade Recreativa e Cultural da Vila e Sociedade Cultural e Beneficente Sebastião Lucas.

A mobilização estudantil, que era observada no país inteiro, expressava-se na fundação das uniões de estudantes e na realização de seus congressos. A UESI/União dos Estudantes Secundários de Itajaí, presidida por Fernando Hugo Praun, no ano seguinte à fundação, trouxera para Itajaí a sede do III Congresso Catarinense de Estudantes Secundários. O Congresso se realizou de 29 a 31 de julho de 1958, dele participaram nove entidades estudantis municipais e teve na presidência o vice-presidente da UCES/União Catarinense de Estudantes Secundários, Ondino Doin Vieira, membro da juventude trabalhista de Santa Catarina e depois integrante da Frente Nacionalista Estudantil. Durante cinco sessões plenárias, muito concorridas, as centenas de estudantes presentes debateram assuntos de interesse da classe dos estudantes do ensino médio, além de eleger a nova diretoria da UCES. No mês seguinte à realização do congresso, fundou-se a Ala Feminina da UESI, presidida pela estudante Margitte Hoffmann; quando o movimento estudantil, demonstrando seu crescimento, abria-se à participação das estudantes. No entanto, uma questão de gênero, era um segmento à parte do comando da entidade municipal, ainda reservado só aos rapazes. O movimento dos estudantes itajaienses dava os primeiros passos para inteirar-se e participar da política estudantil de Santa Catarina e do Brasil. Mesmo assim, Carlos Fernando Priess, destacada liderança comunista de então, em artigo escrito para o Jornal do Povo, em 20 de julho, portanto, uma semana antes do Congresso Estudantil, afirmava:



Margitte Hoffmann - 1ª Presidente da ala feminina da UESI - 1958 (foto de quando formada na Escola Técnica de Comércio de Itajaí).

Em nossa querida Itajaí, a juventude infelizmente vive muito à margem dos movimentos políticos, e quero crer, seja única e exclusivamente por culpa dos próprios partidos políticos, que sempre viveram numa linha conservadora... Já temos muitos jovens politizados, porém, a maioria deles são incapazes de compreender a necessidade de politização.



Fernando Hugo Praun - Presidente da UESI - Biênio 1958-59.

A intensa atividade dos sindicatos de Itajaí, a robustez e organização do movimento sindical criaram condições para que o II Congresso Sindical dos Trabalhadores de Santa Catarina viesse a ser realizado na cidade, nos dias 5, 6 e 7 de setembro de 1958. A direção do congresso ficou a cargo de líderes de esquerda, como Léo Machado, presidente, e Deodato Cibiac Fernandes, orador oficial. Ambos, filiados ao PCB. Compareceram perto de quatrocentos delegados de municípios catarinenses e ainda representantes de confederações do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e da Confederação Nacional do Comércio e da Indústria. Estiveram também presentes, a convite, delegados do Comitê Central dos Sindicatos da União Soviética. Por aprovação unânime, os trabalhadores catarinenses presentes ao congresso firmaram um pacto de unidade sindical, do que resultaria em Itajaí na criação da União Intersindical dos Trabalhadores. Para a direção da Intersindical, saíram eleitos Valdevino Vieira Cordeiro, presidente, e Léo Machado, secretário-geral. Valdevino haveria de ser o mais combativo, operoso e realizador líder sindical de Itajaí de todos os tempos. Homem de ideias progressistas e tocado pela necessidade de resolução das questões sociais, era combatido por muitos conservadores da cidade sob a alegação de ser comunista; o que nunca foi.

O Congresso Sindical ainda votou unanimemente a favor de diversas políticas públicas progressistas e em defesa da democracia brasileira. O encontro fortaleceu o movimento operário da cidade, propiciou a criação da Intersindical dos Trabalhadores, oportunizando a ação unificada dos sindicatos, o que lhes daria representatividade e protagonismo em futuras demandas trabalhistas, sociais e políticas.

À época, as eleições nacionais eram organizadas de modo a separar os pleitos para cargos executivos dos cargos legislativos. Elas aconteciam sempre no dia 3 de outubro, data em que tivera início o movimento revolucionário de Getúlio Vargas em 1930. Naquele ano de 1958 seriam realizadas eleições para cargos legislativos federais, estaduais e municipais, quer dizer: para senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores.

Naquelas eleições legislativas de 1958 em Itajaí, cinco partidos políticos participaram do pleito eleitoral: PSD, que elegeu cinco vereadores; UDN, teve eleitos seis vereadores; PTB, com 2 vereadores eleitos, PDC e PSP, os quais não alcançaram o quociente eleitoral de 1.034 votos e, consequentemente, não elegeram nenhum vereador à Câmara Municipal.



Prefeito Lito Seára, líderes do PSB e PTB, líderes sindicais, Lutero Vargas (irmão de Getúlio) - Hotel Cabeçadas, após inauguração do busto do ex-presidente Getúlio Vargas - Itajaí, 1957.

O eleitorado de 19.111 eleitores inscritos e aptos a votar como que se dividiu em números semelhantes de votos entre os dois maiores partidos – PSD e UDN, ficando o PTB com cerca de vinte por cento do total de votos que receberam os dois grandes partidos juntos. PDC e PSP foram votados com residuais de algumas centenas de votos. Nessas eleições saía fortalecida a UDN, que governava Santa Catarina. O PTB local avançara eleitoralmente. Embora seu presidente, Abdon Fóes, não tenha sido eleito deputado estadual, o partido dobrou sua representação na Câmara de Vereadores. A UDN elegera dois deputados estaduais em Itajaí e o PSD, um. O candidato da esquerda, José Adil de Lima, membro do Comitê Municipal do PCB, foi o terceiro mais votado entre os candidatos a vereador pelo PTB, somou ele 335 votos.

As eleições daquele ano de 1958 acabaram por apresentar um quadro de resultados nada diferente daqueles que vinham se configurando em Santa Catarina e em Itajaí, desde a redemocratização em 1945. O predomínio político era dos partidos conservadores PSD e UDN, alternando-se no comando dos poderes executivo e legislativo do Estado e da cidade, tendo o PTB como fiel da balança na composição de arranjos políticos e a esquerda com muito pouca expressão eleitoral.

Um dado preocupante, no entanto, sobressaía desses resultados eleitorais. A situação econômica deplorável daquela quadra do país permanecia degradando-se e em ebulição social e política.

A situação social da população pobre de Itajaí fora descrita desse modo por Carlos Fernando Priess, em artigo para o jornal *O Libertador*, daquele ano de 1958, do dia 22 de agosto, sob o título “Flagelados do Norte e do Sul”. Ele descrevia o estado de vida deplorável do trabalhador brasileiro face à grande crise econômica que o país vivia e acrescentava:

Analisando a situação de nossa cidade, fazemos uma visita nos bairros proletários, tais como, imediações do Matadouro Municipal, Fiúza Lima, Rio Pequeno, entremos nas casas daqueles miseráveis, e vejamos a miséria gritante em que vivem nossos irmãos... Fazemos uma visita também, em outros becos de nossa cidade, onde encontramos centenas de itajaienses, que só conhecem o pirão d'água com “defesa”. (N.B. “defesa” era como popularmente se chamava a sardinha, peixe então muito abundante, com que os pobres se defendiam da fome, indo pedir a bordo dos barcos de pesca). E o que fazem nossos governantes?

A PASSEATA DA FOME E A NOITE SANGRENTO DA REVOLTA DA CARNE CONTRA A CARESTIA

As classes trabalhadoras de todo país, através de suas entidades representativas, naqueles meses finais de 1958, diante da explosão dos preços dos gêneros de primeira necessidade e do crescimento desenfreado da inflação, passaram a agir em movimentos populares de protestos e reivindicações. À frente dessa movimentação estavam também líderes sindicais de esquerda, notadamente os comunistas, cuja nova política de ação recomendada pela Resolução de Março de 1958 propunha participar do combate à carestia e “das lutas de massas nos movimentos reivindicativos... a fim de tornar vitoriosas as aspirações das massas”.

Os dirigentes sindicais de Itajaí, nessa mesma ocasião já agindo de maneira unificada, por intermédio da Intersindical dos Trabalhadores, também se sentiram compelidos a agir face à carestia crescente, à sonegação de produtos alimentícios para a venda aos consumidores e ao grande descontentamento existente nas camadas populares. O preço do pão, por exemplo, no mês de agosto, havia dobrado de um para dois cruzeiros e a carne verde; isto é, carne bovina fresca, já ultrapassava os cinquenta cruzeiros o quilo, uma exorbitância para a época.

Foi quando, numa reunião preparatória, sindicalistas decidiram por realizar uma assembleia popular no dia 19 de novembro, quarta-feira, às 20 horas, na Prefeitura Municipal. Lá se elegeria uma comissão que, junto com autoridades locais, fosse encarregada de encontrar meios de coibir a carestia dos produtos de primeira necessidade; mormente quanto ao preço da carne verde. Para essa assembleia do povo, foram feitos convites em termos candentes, através de panfletos fartamente distribuídos entre a população.

Tão logo se divulgou a convocatória dos líderes sindicais, a proposta dividiu a opinião pública, visto que iniciativas semelhantes em outras cidades, inclusive na Capital de Santa Catarina, havia resultado em violência e quebra-quebra. Somente sindicatos de trabalhadores subscreviam o convite ao povo em geral. A imprensa escrita de então se mostrou dividida. Mesmo quem apoiava a convocatória, como o *Jornal do Povo*, vinculado ao PTB, fazia questão de ressaltar que tudo deveria ocorrer de forma pacífica e sem violência. O jornal conservador *Itajaí*, vinculado ao grupo político udenista, quatro dias antes, anunciava o evento com a seguinte manchete: “A Passeata que não aprovamos”.

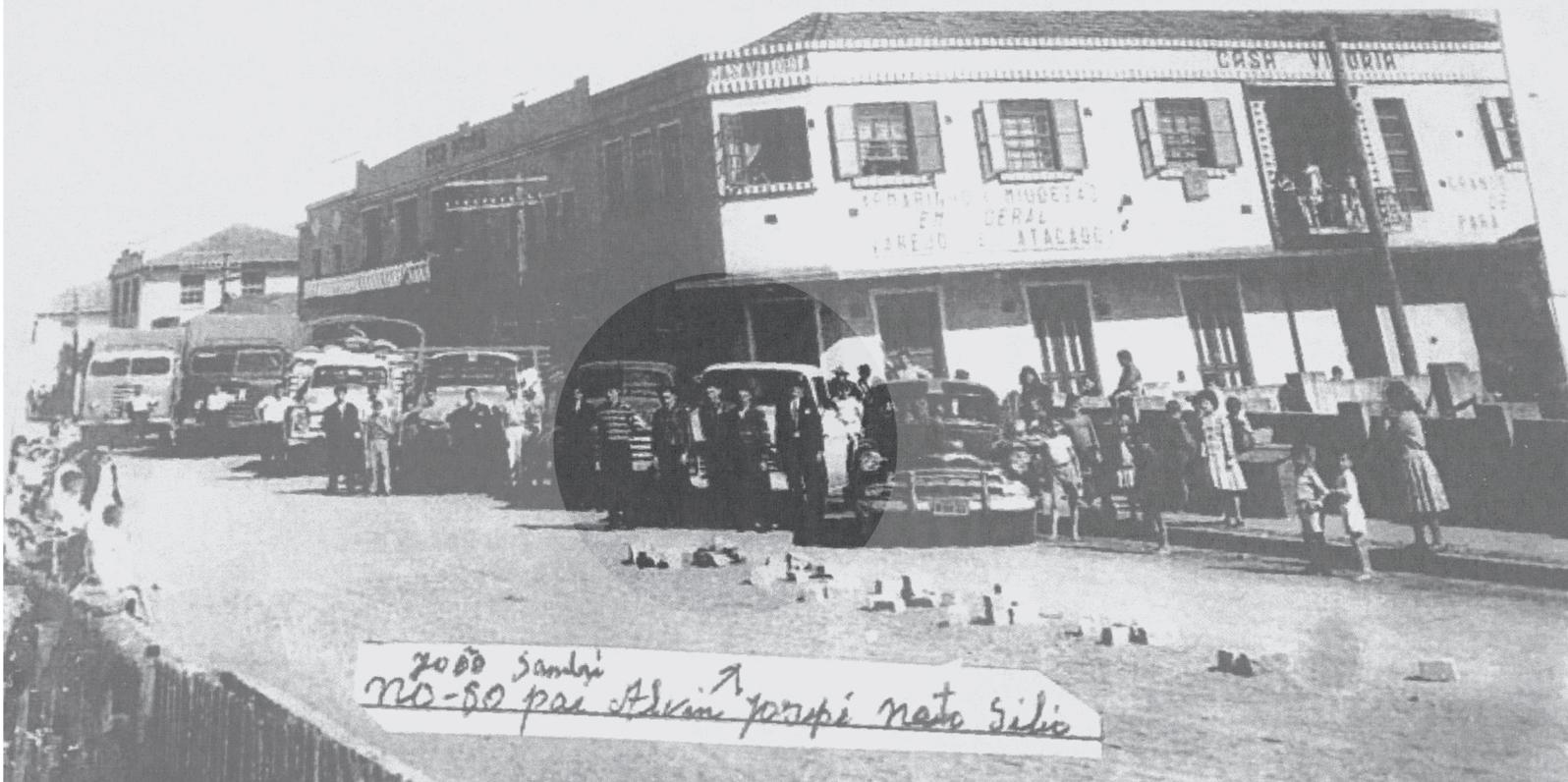
A repercussão da convocatória e as proporções que tomaram as adesões à assembleia popular fizeram com que, no mesmo dia 19 de novembro, os sindicalistas divulgassem já cedo pelo rádio que a mesma seria realizada a portas fechadas, sob a forma de mesa redonda, entre autoridades e representantes dos sindicatos classistas. Porém, mesmo assim, grande massa de populares, contando cerca de mil pessoas, aglomerou-se em frente ao prédio da Prefeitura Municipal, na Rua Hercílio Luz. Com muito nervosismo e geral descontentamento, os populares aglomerados receberam a notícia de que não teriam acesso ao interior do prédio e que a reunião seria mesmo a portas fechadas. Ânimos se inflamaram, o povo ficou impaciente e alguns elementos mais exaltados tomaram, então, a liderança do grande grupo reunido, que passou a gritar palavras de ordem, xingamentos e iniciou o apedrejamento das janelas do prédio da Prefeitura Municipal (atual prédio do Museu Histórico de Itajaí).

Nesse momento, a Polícia Militar interveio pela primeira vez no evento para conter os ânimos. A Polícia Militar de Santa Catarina deslocara para Itajaí um pelotão de policiais, sob o comando do Coronel Simões, por solicitação da municipalidade. Essa solicitação partira de um pedido que ao prefeito Carlos de Paula Seára fizeram, no dia 14 de novembro, os comerciantes Alvim Sandri e José Sandri, dois dos donos da Casa Vitória, principal comércio atacadista da cidade na época. Alvim Sandri, há alguns anos, tinha ligações com os serviços de informação da polícia/Dops e por informantes seus ficara sabendo antes que se tramava, durante a manifestação popular contra a carestia, invadirem-se os armazéns atacadistas da Casa Vitória e de Arnaldo Cabral, acusados de sonegar gêneros alimentícios para forçar aumento de preços. Com a inflação descontrolada, também comerciantes tinham situação econômica insegura e passível de perdas.

Um alto-falante, que fora colocado no alto da sacada do prédio da Prefeitura Municipal, enquanto isso, tentava acalmar os ânimos dando notícias dos entendimentos que se iam processando dentro do edifício. Também o prefeito Lito Seára e Valdevino Vieira Cordeiro, presidente do Sindicato dos Conferentes e da Intersindical dos Trabalhadores, saíram do prédio e vieram dar satisfação aos populares de como estava transcorrendo a reunião. No entanto, nada aquietou a massa popular. Inclusive, a notícia de que a carne passaria a ser vendida a quarenta e dois cruzeiros o quilo, a de primeira qualidade, e a trinta cruzeiros, a de segunda qualidade.

Não tendo mais nada a esperar da reunião, boa parte daquela massa de populares, com o comando de lideranças exaltadas e aos gritos de “Vamos quebrar a Casa Vitória”, subiu a Rua Brusque, muitos de bicicletas, em direção à casa de negócios dos irmãos Sandri, avolumando-se com moradores da redondeza.

A Polícia Militar, no entanto, já se antecipara aos manifestantes e os esperava embalada e cercando o estabelecimento comercial. À altura da esquina da Rua Brusque com a Rua Etelvina de Brito, os policiais fizeram os populares parar e lhes deram ordens de dispersar. A essas ordens, houve a resposta vinda da grande massa em gritos, impropérios e pedras atiradas contra a polícia. Não havia vontade alguma de se arredar pé do lugar. Nisso, alguns manifestantes arranjaram uma parelha de cavalos que atçaram à solta sobre os policiais em



Casa Vitória - Varejo e Atacado. Com Alvin, José, Horato, Cídio e João sandri (destaque).

grande arruaça. A polícia, como primeira reação, atirou para o alto chegando a cortar fio da linha de energia elétrica; depois, fez uma rajada de metralhadora contra o povo, ferindo três pessoas, uma delas mortalmente.

A vítima fatal e os dois outros feridos de menor gravidade eram trabalhadores. Por ironia, o que fora atingido mortalmente não participava da manifestação. Ele ocasionalmente se encontrara com os manifestantes ao regressar do trabalho para casa, vindo de bicicleta pela Rua Abércio Werner e, quando quis atravessar a Rua Brusque, foi colhido pelos tiros letais de metralhadora. Bruno Manoel da Silva, este o seu nome, tinha 40 anos, de cor negra, era casado e tinha nove filhos. Operário da firma Indústria e Comércio de Madeiras S/A, Bruno em seguidos finais de tarde, em horas extras de trabalho para reforçar o orçamento familiar, ia até a estação ferroviária da Fazenda descarregar os vagões de madeira trazida pelo trem e levar para o grande depósito que a firma mantinha no bairro, entre a Rua Expedicionário Marquetti e Rua Antônio Manoel Moreira. A jornada extra de trabalho dele nessas ocasiões se estendia quase sempre até às vinte e uma horas, depois de que, ele retornava de bicicleta invariavelmente pelo mesmo caminho. Naquela noite fatídica, defrontou-se inesperadamente com a manifestação e quando pretendeu atravessá-la, para cortar caminho em direção a sua residência na Rua Willy Henning, no bairro São Judas, caiu mortalmente ferido. Bruno era natural de Itapema/SC, onde nascera em 20 de outubro de 1918, e viera para Itajaí já casado com Maria Furtado da Silva. Dos outros dois feridos, tem-se registro somente do nome de um deles, Moacir Adriano, também operário, de cor branca, de 26 anos, casado e pai de três filhos, que recebeu ferimentos de balas em ambas as coxas.

Com os tiros dados, a manifestação aos pouco se dispersou, em meio à revolta dos populares por ter feito a polícia uso de armas contra eles. Também toda imprensa fez crítica

depois, pelo fato de a polícia atirar contra um povo desarmado, pois poderia ter usado de outros meios para dispersar os manifestantes, como gás lacrimogênio.

O jornal *O Libertador*, do dia seguinte aos acontecimentos, a propósito, fechou o noticiário sobre o acontecido com essa crítica sarcástica e cruel: “Aqui pela nossa terra não se usa gás lacrimogênio, por esta razão estes problemas são resolvidos à bala e de metralhadora último modelo. Quem não gostar dessas coisas, não se meta a besta... Conosco é na bala, mesmo.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os acontecimentos ligados à Revolta da Carne compuseram o conflito social mais violento da história de Itajaí por suas consequências sangrentas de morte e feridos. Deles foram protagonistas trabalhadores, mobilizados por lideranças sindicais e forças da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, convocadas pela municipalidade a pedido de comerciantes. Todos se encontravam envoltos num clima social de revolta face à aguda crise econômica vivida pelo país. A convocatória da assembleia popular só muito tardiamente se percebeu temerária para o momento de revolta e agitação política e social que perpassava o cotidiano do povo. Não houve como conter, no momento da assembleia, a ação inflamada de indivíduos que buscavam a violência, a depredação e o saque. O comando do Coronel Simões, de seu lado, mostrou-se inábil para agir com a agressividade da massa de populares e o recurso a balas para dispersar a multidão foi um erro trágico.

O Estado, acionado pelos sindicatos representativos dos trabalhadores, teve que reconhecer depois suas responsabilidades na tragédia e buscou remediar o erro descomunal pagando indenização e pensão à viúva da vítima fatal.

As autoridades locais, depois do acontecido, tiveram que reorganizar suas políticas públicas sobre a questão, pressionando autoridades federais e reinstalando a Comissão Municipal de Abastecimento e Preços/COMAP, com vistas a conter a alta do custo de vida e estabelecer preços máximos permissíveis a gêneros e produtos alimentícios. O presidente da República, ante os reclamos generalizados no país inteiro, em início de dezembro de 1958, acabou por decretar um

congelamento de preços. Os próprios sindicatos dos trabalhadores da cidade trataram de implementar ação afirmativa na busca duma solução.

Através da Sociedade Beneficente dos Trabalhadores Santa Catarina, em 1960, criaram-se açougues e armazém para venda subsidiada de gêneros alimentícios às famílias de operários. No mesmo ano também o governo federal instalava em Itajaí um posto do SAPS/Serviço de Alimentação da Previdência Social, cuja finalidade era igualmente vender alimentos de primeira necessidade a preços subsidiados.

No fim, houve conquistas, mas a custo do sangue derramado de trabalhadores.



FONTES

ACERVOS

Dossiê Educação – Arquivo Público de Itajaí/Centro de Documentação e Memória Histórica/Fundação Genésio Miranda Lins (CDMH/FGML).
 Fundo Arquivos da Comissão Geral de Inquérito/CGI – Inquéritos de ex-presos políticos de Santa Catarina – 1964/1988 – Arquivo Público de Itajaí/Centro de Documentação e Memória Histórica/Fundação Genésio Miranda Lins

PERIÓDICOS

Itajaí – Itajaí/SC – Arquivo Público de Itajaí - CDMH/FGML.
 Jornal do Povo – Itajaí/SC – Arquivo Público de Itajaí - CDMH/FGML.
 O Libertador – Itajaí/SC – Arquivo Público de Itajaí - CDMH/FGML.
 Tribuna de Itajaí – Itajaí/SC – Arquivo Público de Itajaí - CDMH/FGML.

ENTREVISTAS

Alvim Sandri, 94 anos, Itajaí/SC, entrevista concedida ao autor em 13/11/2018
 Hélio Bruno da Silva, 76 anos e Salmi Bruno da Silva, 65 anos, Itajaí/SC, entrevista concedida ao autor em 14/11/2018
 Margarete Cordeiro Berndt, 63 anos, Itajaí/SC, entrevista concedida ao autor em 11/12/2018
 Carlos Fernando Priess, 84anos, Itajaí/SC, entrevista concedida ao autor em 07/01/2019
 Fernando Hugo Praun, 80 anos, Itajaí/SC, entrevista concedida ao autor em 14/01/2019
 Mário Uriarte Filho, 78 anos, Itajaí/SC, entrevista concedida ao autor em 16/01/2019
 Léo Machado, 86 anos, Rio de Janeiro/RJ, entrevista concedida ao autor em 21/01/2019
 Félix Albino Gomes Fóes, 84 anos, Itajaí/SC, entrevista concedida ao autor em 21/01/2019
 Antônio Carlos de Campos Silva, 77 anos, Balneário Camboriú/SC, entrevista concedida ao autor em 22/01/2019

OBRAS CONSULTADAS

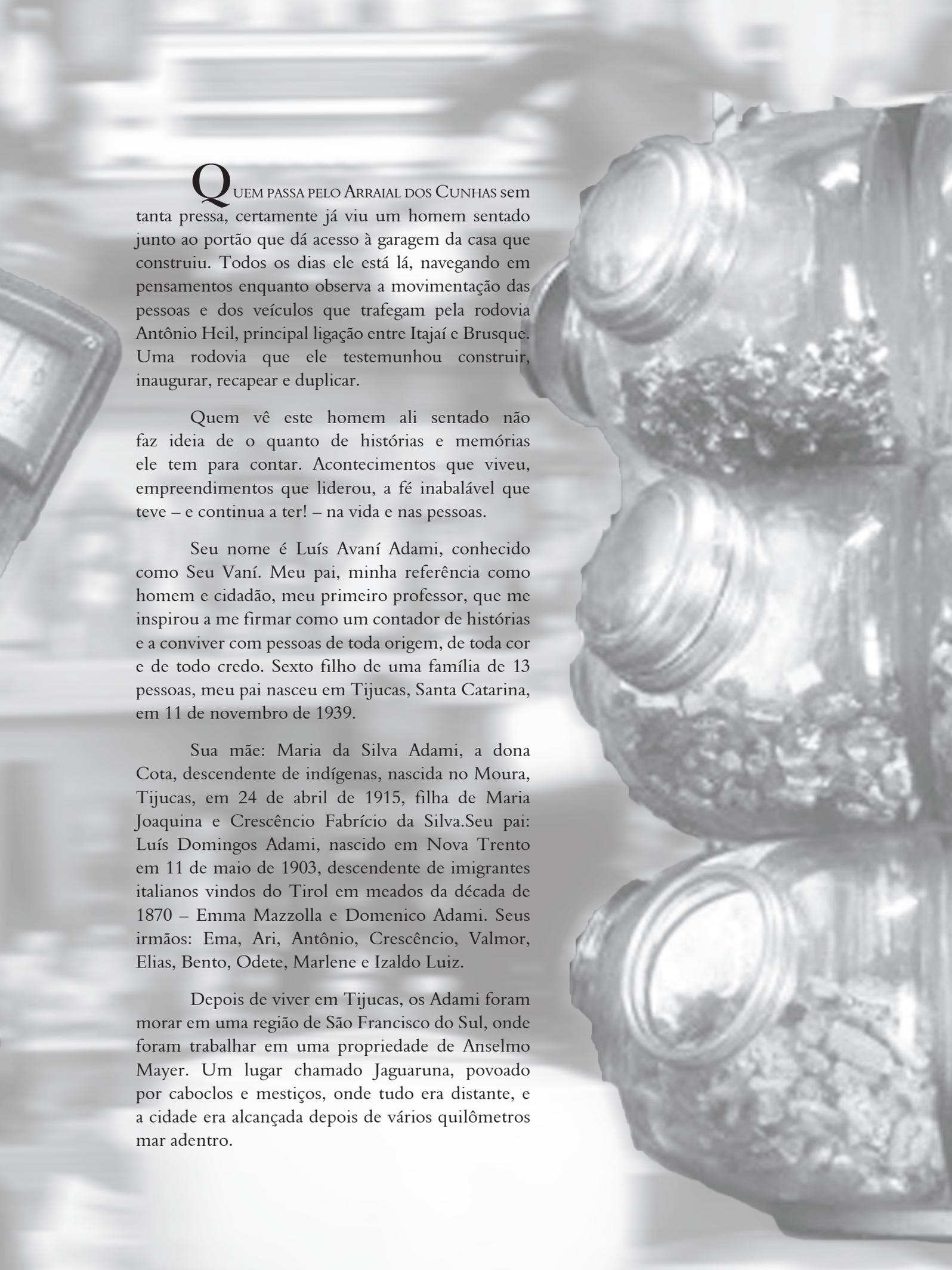
CHACON, Vamireh. História dos Partidos Brasileiros: discurso e práxis dos seus programas. Brasília: Editora UnB, 1998.
 D'ÁVILA, Edison. O Público e o Privado na Fundação do Ensino Superior em Itajaí. Florianópolis: dissertação (M) UFSC, 1995
 _____. 1964 Aqui. O Advento do Regime Militar em Itajaí. Anuário de Itajaí 2014. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2014.
 _____. Pequena História de Itajaí. 2ª edição. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2018.
 LOPEZ, Adriana e MOTA, Carlos Guilherme. História do Brasil: uma interpretação. São Paulo: Editora Senac-São Paulo, 2008.
 MACHADO, Léo. Vale a Pena Viver – Memórias de uma Sobrevivência. Rio de Janeiro: ed. do autor, 2006.
 RODRIGUES JÚNIOR, Onofre Joaquim. Veloso – memória viva da história/Onofre Joaquim Rodrigues Júnior. Jaraguá do Sul: Impresul, 2018.
 SANDRI, Alvim. A Estrada da Vida. Itajaí: edição xerografada do autor, 1990.
 SCHWARCZ, Lília Mortiz e STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Seu Vaní,
o dono da venda
de secos e molhados
do Arraial dos Cunhas!

Saulo Adami

Saulo Adami é escritor. Nascido em Brusque em 21 de fevereiro de 1965, foi criado no Arraial dos Cunhas, onde cursou o primário na Escola Municipal Luiz Silvério Vieira. Fotos cedidas pelo autor.





QUEM PASSA PELO ARRAIAL DOS CUNHAS sem tanta pressa, certamente já viu um homem sentado junto ao portão que dá acesso à garagem da casa que construiu. Todos os dias ele está lá, navegando em pensamentos enquanto observa a movimentação das pessoas e dos veículos que trafegam pela rodovia Antônio Heil, principal ligação entre Itajaí e Brusque. Uma rodovia que ele testemunhou construir, inaugurar, recapear e duplicar.

Quem vê este homem ali sentado não faz ideia de o quanto de histórias e memórias ele tem para contar. Acontecimentos que viveu, empreendimentos que liderou, a fé inabalável que teve – e continua a ter! – na vida e nas pessoas.

Seu nome é Luís Avani Adami, conhecido como Seu Vaní. Meu pai, minha referência como homem e cidadão, meu primeiro professor, que me inspirou a me firmar como um contador de histórias e a conviver com pessoas de toda origem, de toda cor e de todo credo. Sexto filho de uma família de 13 pessoas, meu pai nasceu em Tijucas, Santa Catarina, em 11 de novembro de 1939.

Sua mãe: Maria da Silva Adami, a dona Cota, descendente de indígenas, nascida no Moura, Tijucas, em 24 de abril de 1915, filha de Maria Joaquina e Crescêncio Fabrício da Silva. Seu pai: Luís Domingos Adami, nascido em Nova Trento em 11 de maio de 1903, descendente de imigrantes italianos vindos do Tirol em meados da década de 1870 – Emma Mazzolla e Domenico Adami. Seus irmãos: Ema, Ari, Antônio, Crescêncio, Valmor, Elias, Bento, Odete, Marlene e Izaldo Luiz.

Depois de viver em Tijucas, os Adami foram morar em uma região de São Francisco do Sul, onde foram trabalhar em uma propriedade de Anselmo Mayer. Um lugar chamado Jaguaruna, povoado por caboclos e mestiços, onde tudo era distante, e a cidade era alcançada depois de vários quilômetros mar adentro.

Dentre os moradores, havia seu Leocádio, pai de 16 filhos, que vivia da pesca na comunidade conhecida como Figueira, onde todos – inclusive os Adami – iam buscar o peixe para que dona Cota preparasse e servisse à sua família numerosa. Cada vez que tinha o convite para ajudar a puxar a rede, todo mundo já sabia: seu quinhão estava garantido, mas era preciso ir até lá em duplas – duas, quatro ou seis pessoas por família, para carregar o resultado da pesca até em casa.

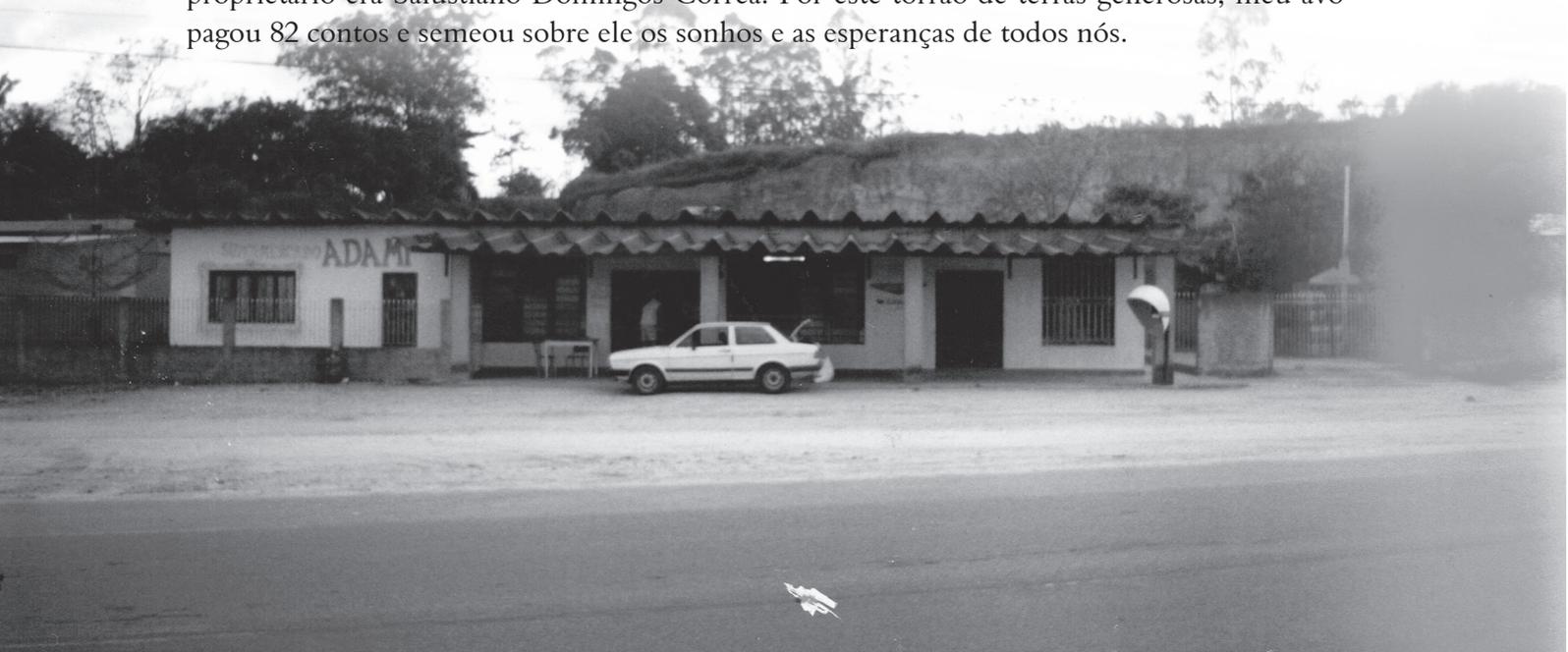
Enquanto não tinham oportunidade de ir à escola – que ficava mais longe do que a cidade que precisavam alcançar de barco! –, dona Cota fazia às vezes de professora, ensinando as primeiras letras aos seus filhos e aos filhos dos caboclos e mestiços, que mal sabiam ler ou escrever ou assinar seus nomes.

A caça era farta. Era possível matar os animais da janela de casa – isso incluía as capivaras que um caboclo chamado Dácio sabia como poucos carnear e dela fazer a carne seca, tão apreciada por todos – naqueles tempos sem geladeira. As armas eram do meu avô Luís Domingos Adami: uma espingarda 28, que usava cartuchos de chumbo, e uma 36 (pica-pau), que usava bala.

Seu Luizinho se tornou referência no lugar, ganhou o respeito de todos, pois tinha as armas e não falava bobagem. As capivaras, depois de caçadas, eram levadas à sombra de uma grande árvore, usando um transporte que todos conheciam como zorra. O fogo de chão era mantido aceso no interior das casas, a fartura de peixes, capivaras e outros animais garantia o almoço e o jantar por vários dias.

As suas hortas e roças produziam em abundância, para espanto dos caboclos. “Eu não sei fazer milagres, eu só sei plantar”, dizia meu avô aos incrédulos vizinhos, com quem compartilhava sua produção.

Ao deixar Jaguaruna para trás, minha família chegou ao Arraial dos Cunhas em 28 de junho de 1947. Meu avô arrendou terras para moradia e plantio de roças, até adquirir uma área de 111,98 mil metros quadrados – a propriedade fazia extremas com a estrada de acesso à comunidade de Laranjeiras e com terras de João Jacinto Vieira e Egídio Jacinto Vieira. Seu proprietário era Salustiano Domingos Correa. Por este torrão de terras generosas, meu avô pagou 82 contos e semeou sobre ele os sonhos e as esperanças de todos nós.



Outras famílias viviam no local: os Cunha e os da Cunha – pioneiros que seguiram os passos de João Antônio da Cunha e sua mulher Leonor Correia da Cunha, oriundos de Portugal no século XIX –, os Felisberto e os Pereira. E tantas outras famílias que aos poucos ajudaram a povoar e a desenvolver o lugar: Zermiani, Cipriano, Zanca, Bertholdi, Sedrez, Rodrigues, Raimondi, Russi, Bett e Fischer. Todas proprietárias de extensas áreas de terra.

Nesta comunidade, meu pai auxiliou sua família na roça. E dela partiu aos 11 anos para estudar no seminário mantido pelas Missões Consolata, em Rio do Oeste, Santa Catarina. Lá, aspirou seguir carreira religiosa, tendo se destacado por sua habilidade com cálculos. A convite do padre Sétimo, de quem era assistente, seguiu para o seminário de Erechim, Rio Grande do Sul. Porém, em uma viagem de férias, reencontrou seus pais e irmãos passando dificuldades para se manter do serviço da roça.

Decidiu não mais retornar ao seminário, apesar da insistência do padre. Mais do que uma carreira, deixou para trás a possibilidade de viver e estudar na Itália, para onde Sétimo retornou após a morte dos pais abastados.

Ao retornar ao Arraial dos Cunhas, na década de 1950, meu pai voltou a participar da produção agrícola. Produziu açúcar no engenho administrado por Mintério da Silva. Seu Mintério era exímio pescador de trairões, usando como isca jundiás presos ao anzol duplo. Era um tempo de peixes grandes, tirávamos escamas dos trairões de até 11 quilos usando um pequena enxada.

Trabalhou com seu amigo José Cadore, o Déco, morador da comunidade de Laranjeiras, do outro lado do rio Itajaí-Mirim. Transportavam cargas de abacaxi até o Oeste de Santa Catarina, uma rota que incluía Curitiba, Campos Novos, Eral Velho, Herval d'Oeste e Joaçaba. O caminhão era novo, mas as estradas eram de terra – levavam até dois dias para chegar ao destino. Lá, descarregavam o abacaxi em um rancho alugado, e enquanto ele ficava vendendo a fruta a quem se interessasse, Déco carregava seu caminhão com madeira e fazia a viagem de volta à Itajaí, de onde retornava trazendo mais uma carga de abacaxi. Às vezes, tais operações levavam até 30 dias.

Em busca de uma carreira mais promissora e rentável, foi até Joinville, onde fez testes para trabalhar no Laboratório Catarinense. Tentou seguir carreira militar, mas foi dispensado por não ter a altura mínima exigida. Para se distrair das pequenas decepções, frequentava os bailes populares daqueles tempos e as sessões de cinema em Brusque, para onde rumava de bicicleta pelo menos uma vez por semana.

Em 1960, empenhado na montagem de uma serraria, sofreu um acidente enquanto tirava madeira com o amigo Sadí de Jesus para construir a casa de seu irmão Crescêncio. A queda sobre as toras feriu sua coluna dorsal, o que o levou a permanecer hospitalizado em Blumenau por cerca de dois anos. Lá, foi tratado por um médico alemão conhecido como Dr. França, e aprendeu a aplicar injeções – serviço que prestou voluntariamente à comunidade do Arraial dos Cunhas por várias décadas.

A NOVA FAMÍLIA

No Arraial dos Cunhas nasceram três dos seus 10 irmãos: Odete, Marlene e Izaldo Luiz. Conheceu Teresa Conte, com quem se casou na Igreja Matriz de Itajaí em 2 de maio de 1964.

Nascida em Trombudo Central em 20 de março de 1947, Teresa é filha de agricultores: Ema Fornari Conte, benzedeira nascida em Guaricanas, Ascurra, em 19 de agosto de 1914; e Serafim Conte, nascido em Apiúna em 7 de julho de 1908 – que chegaram a Itajaí em 1954. Ela nasceu depois das irmãs Maria, Regina e Erica – e antes de Irma e Olívia.

Meu pai já mantinha em funcionamento desde 2 de janeiro de 1964 a venda de secos e molhados que havia comprado de Osmar Vieira. Atendia em uma casa de madeira às margens da atual rodovia Antônio Heil, onde também moravam Adolfo Russi e família. Meus pais atendiam no balcão da venda, que ficava na parte da frente da casa, e moravam no sótão. Também foi esta a minha morada a partir de 21 de fevereiro de 1965, até que em 1966 meus pais construíram nossa primeira casa própria, no local onde até hoje residem.

A primeira casa era de madeira. A exemplo da antiga morada, a parte da frente era a venda de secos e molhados. Morávamos na parte de trás e tínhamos um sótão que servia de depósito para as mercadorias, sempre que necessário. O comércio foi crescendo, e aos poucos a casa foi esticada para trás: ganhou uma área coberta para o poço, que tinha sete metros de profundidade.

Água encanada era um sonho distante para nós, naqueles tempos, assim como a energia elétrica, que só foi instalada por volta de 1969, um ano antes de meus pais comprarem nossa primeira televisão, uma Colorado RQ onde assistimos à Copa do Mundo de 1970. Em preto e branco!

A venda de secos e molhados cresceu mais com a implantação do açougue, da cancha de bocha, do salão de sinuca. Com a criação de salas de aluguel para barbearia e oficina de bicicletas de Mário Luiz Rocha, o Marinho, e para o dentista prático Lindo Lunelli, o marido da dona Rita. O espaço ficou pequeno, por isso meu pai ampliou a área construída: fez um anexo exclusivo para a venda.

Passamos a dividir nossa casa com alguns hóspedes ilustres. Um deles foi o Antônio Catarina, motorista do primeiro ônibus coletivo que fazia a linha Arraial dos Cunhas – Itajaí, até que ele comprasse sua própria casa e trouxesse para a comunidade a sua família. O cobrador de ônibus Déda, o dentista, outros trabalhadores eventuais parentes moraram conosco, em períodos específicos: minhas tias Erica e Olívia, minha prima Sônia Teixeira e seu irmão Juarez Teixeira, e mais tarde minha avó Ema.

A vida na venda do Seu Vaní era das mais agitadas! Vendia-se de tudo, naqueles tempos: tecido, gás de cozinha, palanque de cerca, fogão a gás



– lembro que o sótão da nossa casa ficou lotado! –, querosene, fumo em corda, gasolina... Vendia-se muito. E de tudo. Em grande quantidade. A venda funcionava mais durante o dia, o salão de sinuca e a cancha de bocha mais à noite, durante a semana.

Dos dois lados do balcão, falava-se de tudo. Até de política! Meus pais ajudaram a eleger vários representantes da comunidade e região para a Câmara de Vereadores, a Prefeitura de Itajaí e o Governo de Santa Catarina. Mas, nunca quiseram eles ser os candidatos. Teve períodos nos quais a frente da nossa venda foi espaço para montagem de palanque, cenário de discursos inflamados contra ou a favor deste ou daquele.

Por muitos anos, meu pai foi voluntário na organização das festas da Capela São Roque – da qual foi presidente por longos períodos – e de outras capelas e igrejas. Ser festeiro das igrejas e testemunha de casamento nos manteve por várias vezes na estrada, atendendo a vários convites. Compadres, comadres e afilhados eram constantemente recepcionados em nossa casa.

AS VOZES QUE AINDA ECOAM

Ainda hoje ouço ecoantes as palavras bem humoradas de meu pai, diante dos pedidos corriqueiros dos fregueses fiéis:

– Seu Vaní, tem sal?

– Sal temos! – respondia.

– E ovos?

– Sim, ovos frescos de galinha choca!

A freguesia vinha de longe, desde o Limoeiro até Itaipava, desde o Brillhante de Dentro até Laranjeiras. Aos sábados e domingos, torneios de sinuca e bocha faziam a festa do povo do interior. E as mercadorias, também. O pão francês vinha de Itajaí, entregue todas as manhãs por seu Quitério, que tinha panificadora na Vila Operária. A linguiça vinha de Gaspar, fornecida pelo Tiriva Gaertner – e o fubá, também, fornecido por seu Guinther, da empresa Momil. Limas vinham de Brusque, vendidas por Valdir Ramos. Havia representantes dos Armarinhos Sandri, da Casa Vitória, da Distribuidora Müller e da Cerveja Antarctica, de Itajaí – Osvaldo Bagatolli; da Panificadora Ristow e do Café Érico, de Brusque...

Quando os fregueses da vizinhança exageravam no consumo de cachaça, às vezes se fazia necessária a devolução ao domicílio. E lá ia meu pai, com os clientes trocando as pernas e fazendo discursos sobre a vida que levavam, até chegar às suas casas. A recepção ao operador do serviço de delivery nem sempre era amistosa. Mas, amigos eram para essas coisas e tais ocasiões.

O trabalho no comércio proporcionou a compra dos carros da família: a Variant 1970 – comprada em 1972 –, a Ford Picape 1975 – zero quilômetro! – e o Fusca 1972, que fizeram entregas de compras nas casas dos clientes, transportaram grávidas e acidentados para os hospitais de Brusque e Itajaí... E, quando sobrava um tempo, também nos levavam para passear.

Até que um dia, cansados de tanta correria, meus pais decidiram desativar a cancha de bocha, o salão de sinuca e os demais anexos para construir nossa segunda casa, desta vez de alvenaria. O ano era 1980. A parte da frente da casa, como sempre, abrigou a mercearia – que ganhou ares de supermercado, e em 1984 passou a contar com uma lanchonete em anexo. O poço ficou fora da casa.

CONQUISTAS DA VIDA INTEIRA

“Tudo o que eu pedi a Deus, eu consegui”, conclui Seu Vaní, ao olhar pelo retrovisor e fazer uma breve revisão da vida. “Nunca tive ambição de ficar rico. Saúde e dinheiro eu sempre tive o suficiente”. Afinal, já foi criador de gado, proprietário de terras, teve casa na praia, manteve uma grande horta caseira, da qual já não pode cuidar como gostaria. Por isso, sempre que pode se mantém ocupado como instrutor voluntário dos frequentadores do Pesque Pague do Lira, no Brilhante, administrado por seu amigo Beto Lira.

Só a nossa família cresceu pouco. Depois que nasci, minha mãe engravidou outras quatro vezes, mas meus irmãos – todos meninos! – não sobreviveram. Até que em 6 de janeiro de 1989, nasceu minha irmã Karina, que foi muito mais longe nos estudos do que eu, formando-se em Direito pela Univali. Conquista que orgulha a todos nós, pois tivemos nossas parcelas de contribuição.

Ficou a saudade dos que se foram, permanece a alegria da convivência com os que ainda estão entre nós. A alegria das conquistas compartilhadas em meio a tantas lutas, noites viradas em vigília, até o boa-noite do último freguês. E uma certeza: tudo valeu a pena! Cada coisa ao seu tempo, cada tempo cumprido com perseverança e, acima de tudo, com muito amor compartilhado com a família e os amigos, que são sempre bem-vindos à nossa casa!

REFERÊNCIAS

ADAMI, Luiz Saulo. Bairros de Itajaí: Arraial dos Cunhas. In: Anuário de Itajaí 2003. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins / Museu Histórico de Itajaí / Arquivo Público de Itajaí, 2003.

ENTREVISTAS

ADAMI, Luís Avaní. Entrevista a Saulo Adami. Arraial dos Cunhas, 24/02/2019.

ADAMI, Teresa Conte. Entrevista a Saulo Adami. Arraial dos Cunhas, 24/02/2019.





Fotografia de Erick Gianezzi.

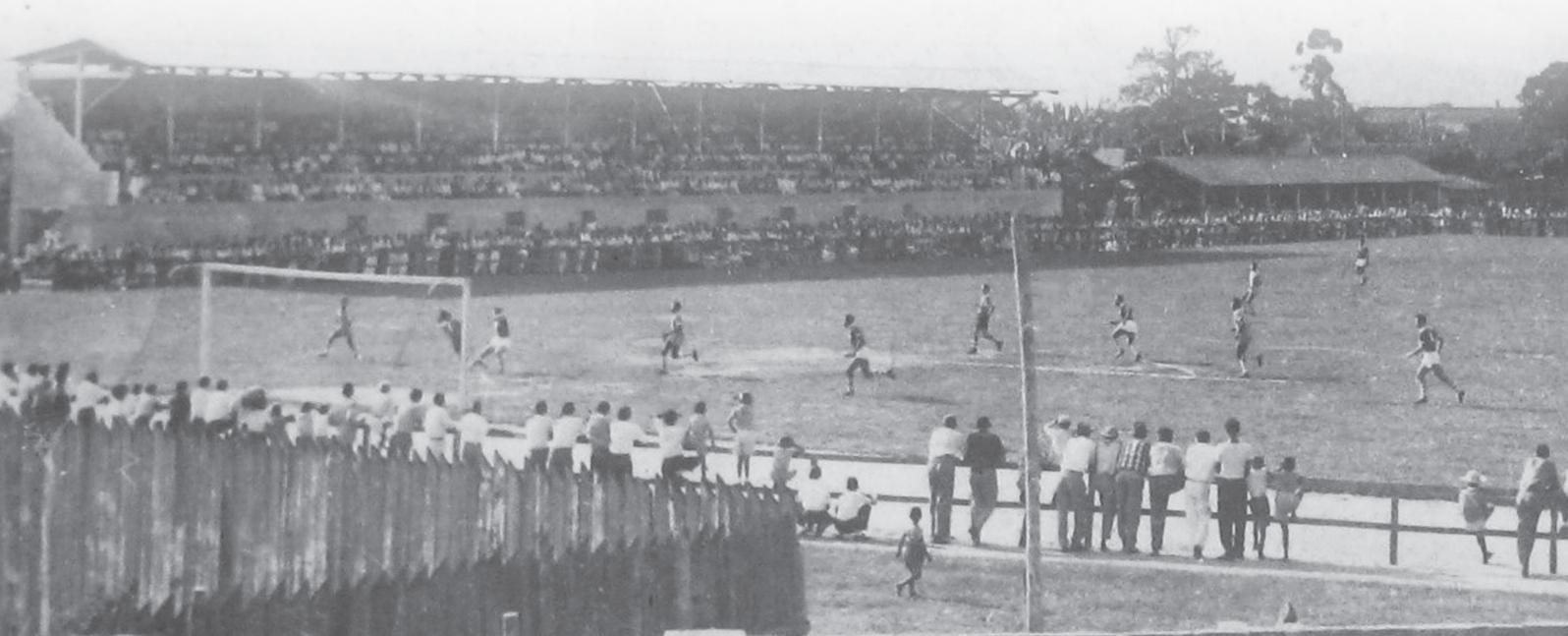


HISTORIA DO CLUBE NAUTICO ALMIRANTE BARROSO

Fernando Alécio
Gustavo Melim Gomes

NO ALVORECER DO SÉCULO XX, os ventos da modernidade sopravam a todo vapor no mundo e também no Brasil. Itajaí não ficou incólume ao processo de transformação das sociedades e do comportamento humano que caracterizaram aquele período. Como observa o historiador Moacir da Costa (2001), “será neste contexto que se daria o surgimento em 1919 não só de uma agremiação desportiva na cidade de Itajaí, mas sim de três agremiações distintas uma das outras, cada uma com suas particularidades e peculiaridades”.

*Aspecto do estádio do
Barroso. Anos 50 e 60.
Foto: cortesia dos autores.*



O Clube Náutico Almirante Barroso foi fundado no dia 11 de maio de 1919, mas sua história começa um pouco antes, precisamente em 17 de março do mesmo ano, com a fundação do Clube Náutico Marcílio Dias. Primeiro clube de remo de Itajaí, o Marcílio Dias surgiu por iniciativa dos jovens Allyrio Gandra, Gabriel Collares e Victor Emmanuel Miranda, que lograram êxito em mobilizar a sociedade itajaiense em torno da ideia de fomentar o desporto náutico na cidade, certamente inspirados pelas competições náuticas de Florianópolis, que no ano anterior foi sede do primeiro Campeonato Catarinense de Remo.

Fundado o Marcílio Dias, seus sócios se puseram a arrecadar fundos para a compra das ioles, as pequenas embarcações de madeira com as quais se disputavam as provas de remo. As duas primeiras foram adquiridas do Clube de Regatas Santista e recebem os nomes de “Yara” e “Yarê”. Como rezava o costume da época, foi marcada a data para o batismo das ioles e a escolha das respectivas madrinhas: 4 de maio, um domingo. Mas o que deveria ser motivo de conagração entre os sócios marcilistas se transformou em conflito irremediável. A edição de 8 de maio de 1919 do jornal **União** apresenta os detalhes da confusa eleição:

Conforme estava anunciada, realizou-se domingo, 4 do corrente, nos salões da S. Guarany, a eleição para madrinhas das yoles do Club Nautico <<Marcilio Dias>>. Entre outras senhoritas apresentadas, as que maior numero de votos obtiveram foram as senhoritas Laura Andrade, Marietta Demoro e Virginia Fontes: a primeira para madrinha da 1º yole eleita unanimamente, e as duas ultimas para madrinha da 2º yole, estas obtiveram igual numero de votos. Em vista do empate das duas ultimas candidatas, era intenção de alguns moços, fazer o desempate com os mesmos eleitores que tinham votado na primeira eleição, não sendo esta ideia aprovada por muitas pessoas presentes, ficando por isso annullada a eleição. Afim de não haver discordancia entre os dois grupos de moços, que votaram nas senhoritas Marietta Demoro e Virginia Fontes, foi convocada por um dos membros da directoria do Club, uma sessão de Assembléa Geral, segunda-feira ultima, na qual ficou aprovado a ideia da escolha de uma terceira candidata, para



madrinha da segunda yole, depois de ter dito o sr. presidente da Assembléa que estava autorizado por uma das candidatas, a senhorita Virginia Fontes, a dizer que ella desistia do pleito. Na mesma occasião o sr. Oswaldo Reis, pediu a palavra, e disse tambem, que a senhorita Marietta Demoro, lhe autorizara a mandar chama-la, porque desejava fazer importantes declarações, ficando assim suspensa a sessão por cinco minutos. Após a chegada da senhoria Marietta Demoro e decorrido o tempo marcado foi aberta novamente a sessão da Assembléa Geral. Conforme tinha dito o sr. O. Reis, a senhorita Marietta Demoro, pronnunciou breves, mas eloquentes palavras, agradecendo aos moços que levaram o seu nome às urnas e disse que, apesar dos serviços por ella prestados ao Club, não era merecedora de tão grande honra estendendo tambem, os seus agradecimentos aos moços que haviam feito opposição a sua candidatura, considerando-os sensatos, pois que votaram na senhorita Virginia Fontes, moça acatada por todos e intelligente. Por proposta do sr. Mascarenhas Passos, ficou determinado que a eleição para madrinha da 2º yole seria quarta-feira, 7 do corrente. Isto feito, encerrou-se a sessão da Assembléa Geral do Club N. Marcilio Dias.

Diante da renúncia das duas postulantes mais votadas para madrinha da segunda iole, todos esperavam na quarta-feira a escolha de uma terceira moça, conforme decidido na assembleia. Porém, não foi bem o que aconteceu. Na mesma edição, o jornal **União** noticia o desfecho da eleição:

Quarta-feira à noite foi feita a eleição, sendo, com grande admiração de numeroso grupo, eleita a senhoria Marietta Demoro, que havia, ella propria, desistido de pleitear a eleição, seguindo nisso o exemplo da senhorita Virginia Fontes, que, affirmou querer o bem do Club Marcilio Dias, e portanto, a união dos socios. Esse factio foi considerado nobre e digno! Depois de eleita, a senhorita Marietta Demoro fallou palavra, que no pensar do grupo acima, os feria como um knout! Um dos partidarios das ideias do grupo, destacou-se e fallou, frisando, com profunda delicadeza, é verdade, sua admiração por resolver-se a aceitar ser a madrinha, uma moça que havia desistido disso!

A eleição de Marieta Demoro não foi aceita pelos partidários de Virgínia Fontes, que então decidiram se retirar do Marcílio Dias e fundar uma nova agremiação. Até mesmo o então prefeito Marcos Konder intercedeu e tentou colocar panos quentes no entrevero, mas foi em vão. No dia 11 de maio, às 18 horas, mais de 40 pessoas de reuniram no salão do Grande Hotel e deram por fundado o Clube Náutico Almirante Barroso. O primeiro presidente eleito foi Eugênio Müller Filho. Também formavam a diretoria José Alves Pereira (vice-presidente); Augusto Voigt (primeiro secretário); Pedro Alves Pereira (segundo secretário); Bruno Malburg (primeiro tesoureiro); Raul Espíndola (segundo tesoureiro) e Marcos Konder (orador).

TETRACAMPEÃO CATARINENSE DE REMO

Após a fundação, o Barroso adquiriu suas primeiras ioles e passou a utilizar como galpão um prédio localizado na então Rua São Francisco (atual Avenida Prefeito Paulo Bauer). O clube não demorou a demonstrar sua força nas competições náuticas. Logo em 1920, o Verde

*Antiga sede no Barroso (Rua Pedro Ferreira).
No destaque, Marieta Demoro. Foto: cortesia
dos autores.*



e Branco conquistou o Campeonato Catarinense de Remo, trazendo para Itajaí a cobiçada Taça Governo do Estado, oferecida pela Federação Catarinense do Remo. A prova de 1.500 metros foi disputada no quarto páreo das regatas oficiais realizada no dia 15 de novembro, em Florianópolis. Teve a participação das guarnições de Martinelli (campeão do ano anterior), Riachuelo e Barroso. O Marcílio Dias também estava inscrito, mas desistiu de última hora alegando que um de seus principais remadores, João Tabalipa, adoecera na véspera.

Logo no início da prova, a guarnição do Martinelli teve um remo quebrado e saiu da disputa. Barroso e Riachuelo permaneceram e, para surpresa do público florianopolitano, os remadores itajaienses venceram com grande vantagem, deixando para trás a guarnição do Riachuelo por uma diferença de três barcos. Pela primeira vez desde a realização do primeiro campeonato estadual de remo, em 1918, sagrava-se campeão um clube de fora da Capital do Estado. Naquelas regatas, o Barroso ainda faturaria o sétimo páreo, vencendo a Taça Honra à Federação, ao derrotar as guarnições do Martinelli e do rival Marcílio Dias.

Os remadores itajaienses eram jocosamente chamados de “bagreiros do Itajaí-açu” pelos torcedores dos clubes de Florianópolis, que julgavam suas equipes superiores às de Itajaí. O jornal **União**, edição que circulou em 21 de novembro de 1920, não poupou ironia ao descrever a vitória barrosista na Capital:

A ansiedade da grande massa popular que enchia os trapiches, toda a extensão do cais e vapores atacadados, era indescritível. Contudo, poucos, mesmo muito poucos, eram os que palpitavam na guarnição do Barroso; pois que era que lá possível que clubes do Itajaí-açu, novatos, bisonhos, pudessem vencer a guarnição Ventura, a guarnição do Estreito, tantas vezes vitoriosas. Não! Não era possível; desta vez – dizia-se – o Ventura leva de reboque os tripeiros do Martinelli e os bagreiros do Barroso, e se não os marcilistas, porque, prudentemente, um providencial abcesso aleijou, de véspera, o Tabalipa.

Mas, daquele “engano da alma ledó e cego” surgiu uma barba de bagre que empurrou a guarnição do Barroso pela baliza a dentro, deixando os riachuelinos por um “pequeno” vão de três barcos, apenasmente!! E foi assim que o bagre sendo um peixe um tanto depreciado, subiu de cotação, deixando de boca aberta os apreciadores das excelentes miraguaias e dos saborosos badejos da Lagoa.

O Barroso venceu o campeonato estadual de remo de 1920 com a guarnição formada por Marinho Lins (patrão), Amâncio Coelho (voga), Aníbal Gaya (sota voga), Primo Uller (sota proa) e José Gall Júnior (proa). Ao regressar a Itajaí no pacote “Anna” da Empresa Nacional de Navegação Hoepcke, os atletas barrosistas foram recebidos por uma multidão e desfiliaram pelas ruas da cidade carregando em triunfo a iole vencedora. A festa prosseguiu à noite, com animado baile na sede do clube, um suntuoso prédio inaugurado em setembro daquele mesmo ano de 1920 na Rua Pedro Ferreira.

Em 1921, os *rowers* do Verde e Branco repetiram a façanha. A bordo da iole “Riachuelo”, os remadores do Barroso derrotaram a guarnição do Francisco Martinelli de forma brilhante no sexto páreo, de 1.500 metros, das regatas oficiais de 15 de novembro de 1921, nas águas da Baía

Sul, em Florianópolis. O Barroso trazia novamente para Itajaí a Taça Governo do Estado e sagrava-se bicampeão catarinense de remo. A cobertura feita pelo jornal **O Estado**, de Florianópolis, publicada na edição de 16 de novembro de 1921, mostra como se deu a vitória barrosista:

Às 11,40, mais ou menos, era dado o sinal de partida às duas únicas ioles que iam disputar o Campeonato Catarinense do Remo, e que eram a iole “Riachuelo” do Barroso, de Itajaí, e a iole “Irará”, do clube Martinelli, desta Capital. Os primeiros eram os campeões do ano passado e os últimos os campeões de 1919.

Era justo, pois, o interesse que toda gente tinha por essa prova, que ia ser corrida em “ioles-franches” a quatro remos, tripuladas por seniors. A guarnição do Barroso é considerada, e com toda razão, a melhor que existe atualmente em nosso Estado. A não ser o Martinelli, que dispunha de uma guarnição incontestavelmente boa, nenhum outro clube se atreveu competir com os “rowers” de Itajaí, por estarem previamente convencidos de que seria muito difícil vencê-los.

À hora acima referida, porém, investiram as duas ioles com igual ímpeto. A do Martinelli, que teve magnífica saída, conseguiu, após as primeiras remadas, pequena vantagem sobre a sua competidora. Isso, entretanto, não diminuiu a confiança na vitória que animava os remadores do Barroso, e tanto assim que continuaram nas duas remadas vigorosas, sem mostrar de precipitação nem de receios.

Galpão do Barroso na antiga Rua São Francisco, em 1920. Foto: cortesia dos autores.



Até mais ou menos as proximidades do trapiche da Alfândega, a iole do Martinelli veio com vantagem sobre a sua competidora. Desse ponto em diante, porém, a iole “Riachuelo”, do Barroso, começou a avançar com mais vigor, vencendo a distância que a separava da “Irara” e passando-lhe a frente. Os remadores do Martinelli, de exaustos, não puderam reconquistar mais a vantagem perdida.

Assim entrou vitoriosa em raia a iole do Barroso, com mais de um barco de diferença sobre a do Martinelli. A tripulação da iole Riachuelo que conquistou brilhantemente a Taça Governo do Estado e o Campeonato Catarinense do Remo estava assim organizada: patrão, Marinho Lins; remadores, Amâncio Coelho, Aníbal Gaya, Primo Uller e José Gall Júnior. Esta guarnição conquistou também medalhas de ouro.

Assim como ocorrera no ano anterior, os atletas barrosistas foram recebidos com muita festa em Itajaí. No desembarque, receberam as boas vindas da senhorita Julieta Brandão, madrinha da vencedora iole “Riachuelo”. Cada remador da guarnição bicampeã estadual foi presenteado com um belo ramallete de flores, ao som do hino das torcedoras do Verde e Branco executado pela banda “Almirante Barroso”. O baile, na sede do clube, só terminou às quatro horas da manhã do dia seguinte.

O Barroso retomou em grande estilo sua supremacia no remo catarinense em 1927. Naquele ano, a prova não foi realizada no feriado de 15 de novembro, como de costume. A pedido dos clubes de Florianópolis, a regata foi adiada para o dia 11 de dezembro. “O Barroso conquistou, sob aplausos, com galhardia, a vitória com 6,34’ de tempo, sobre 6,40’ de distância do segundo colocado, Riachuelo”, destacou o jornal **O Estado** na edição de 12 de dezembro de 1927. O Marcílio Dias ficou em terceiro lugar e o Martinelli, em quarto.

A tripulação da iole “Edith” conquistou o terceiro título estadual de remo do Barroso com Raul Thieme (patrão), Affonso Zaguini (voga), José Gall Júnior (sota voga), Primo Uller (sota proa) e Carlos de Paula Seara (proa), o Lito Seara, que futuramente seria prefeito de Itajaí. O Barroso ganhou ainda o quarto páreo, faturando a Taça Superintendência Municipal, na prova de 1.000 metros com ioles a dois remos. Na iole “Nina”, a guarnição itajaiense venceu com Raul Thieme (patrão), Primo Uller (voga) e José Gall Júnior (proa). Em segundo lugar ficou o Marcílio, o Martinelli foi o terceiro e o último colocado foi o Riachuelo.

Em 1928, o Barroso voltou a brilhar nas regatas oficiais da Liga Náutica de Santa Catarina. No dia 15 de novembro daquele ano, a guarnição barrosista conquistou pela quarta vez o Campeonato Catarinense. Os remadores eram os mesmos de 1927, com alteração apenas no patrão: Lio Thieme no lugar de Raul Thieme. “A vitória do Barroso no páreo do Campeonato foi uma das mais brilhantes já conquistadas naquela grande prova, tendo, de começo ao fim, dominado com grande vantagem os demais competidores”, enalteceu o jornal **O Pharol** na edição de 17 de novembro de 1928. O Verde e Branco venceu ainda o páreo “Novíssimos”, prova de 1.000 metros, que lhe valeu a Taça Remington com a seguinte guarnição: Lio Thieme (patrão), Augusto Thieme (voga), João Bacellar (sota voga), Ruy Brandrão (sota proa) e Ewaldo Willerding (proa).

O quarto título estadual do Barroso fez com que Itajaí superasse Florianópolis em número de conquistas do Campeonato Catarinense do Remo até então. Somados os quatro do Barroso ao

título conquistado pelo Marcílio Dias em 1925, Itajaí possuía cinco conquistas contra quatro dos clubes náuticos da Capital (duas do Riachuelo e duas do Martinelli). A partir de 1929, a modalidade entrou em decadência em Itajaí, perdendo espaço para o futebol. Nenhum clube itajaiense jamais voltou a vencer a Taça Governo do Estado desde 1928, mas no período de ouro do remo catarinense, entre as décadas de 1910 e 1920, o Almirante Barroso foi um de seus principais expoentes.

FUTEBOL: PRIMEIROS JOGOS

Em 1919, constam registros de duas partidas de futebol do Barroso. A primeira delas, em 19 de agosto, foi contra um time formado por alunos-praticantes do Navio Escola Wensceslau Braz, que se encontrava ancorado no porto de Itajaí. Resultado: 4 a 0 para os alunos-praticantes. O jogo foi disputado num campo localizado na Rua dos Atiradores (atual Rua Uruguai), referido pela imprensa da época como “campo do Barroso”.

Em 24 de agosto de 1919, outro jogo, desta vez contra o Clube Náutico Riachuelo, que venceu por 4 a 2. Nesta partida, novamente disputada na Rua dos Atiradores, o time alviverde atuou com Bruno; Fritz e Tuffy; Ralf, Rudi e Laux; Gentil, Máximo, Grecco, Fontes e Pfeilsticker. Ao contrário do Marcílio Dias, que desde sua fundação ampliou suas atividades para várias modalidades esportivas, o Barroso não deu prosseguimento ao time de futebol, concentrando-se no remo.

FUSÃO COM O LAURO MÜLLER F. C.

Nas décadas de 1930 e 1940, o Barroso imergiu num período de ostracismo no cenário esportivo, tendo mais se destacado nas atividades recreativas, com os concorridos bailes promovidos em sua sede social, então localizada na Rua Pedro Ferreira. Em maio de 1949, o clube anunciou a pretensão de reativar sua seção de futebol. O primeiro passo neste sentido foi a aquisição de uma área de 24,4 mil metros quadrados, de propriedade de Irineu Bornhausen, nas imediações da Rua Silva, para a construção de seu estádio. A compra do terreno foi oficializada no dia 11 de maio de 1949, ou seja, no trigésimo aniversário do Verde e Branco.

A área em questão havia sido adquirida por Irineu Bornhausen em 1945, a princípio com o propósito de que ali fosse erguido o estádio do Lauro Müller Futebol Clube, fundado em 24 de março de 1929 e campeão catarinense de 1931, sendo o primeiro clube de Itajaí a lograr tal feito. De fato, em 1949 o clube alvinegro já havia iniciado os primeiros serviços para preparar o terreno, contando inclusive com a ajuda voluntária de torcedores lauristas, mas foi surpreendido com a notícia de que a área fora transmitida ao Barroso.

Para remediar a situação do Lauro Müller, foi proposta uma fusão entre os dois clubes. No dia 17 de agosto de 1949, na sede social do Barroso, cerca de 50 sócios do Lauro Müller se reuniram em assembleia extraordinária e aprovaram a fusão. Outra opção seria um contrato de aluguel do campo, o que foi rejeitado pelos lauristas. Num primeiro momento, ficou decidido que o Lauro Müller permaneceria com este nome, acrescentando o verde ao uniforme alvinegro. Funcionaria como uma espécie de terceirização da seção de futebol do Barroso.

Em 1950, o Lauro chegou a jogar algumas partidas, inclusive com o uniforme “tricolor” (preto, branco e verde). Mas, na prática, a fusão representou a morte do glorioso Alvinegro. Ainda em 1950, o Barroso voltaria ao futebol com seu próprio nome e cores, dando início a uma nova fase do futebol itajaiense.

CAMPEÃO DE ITAJAÍ – 1959

Em 1950, o Barroso filiou-se à Liga Blumenauense de Futebol (LBF), uma vez que não havia liga de futebol ativa em Itajaí naquele ano. Foi pela competição promovida pela LBF que seu deu pela primeira vez o clássico entre Barroso e Marcílio Dias dentro de campo. O primeiro jogo, válido pelo primeiro turno da fase regional de Itajaí, foi realizado no dia 19 de novembro de 1950 e terminou com vitória do Rubro Azul por 2 a 1, mas no jogo do segundo turno o Verde e Branco deu o troco e venceu pelo mesmo placar. Ambos os jogos foram realizados no Estádio Dr. Hercílio Luz. Antes, os dois times haviam se enfrentado pelo Torneio Início da LBF, tipo de competição na qual são disputadas várias partidas com duração reduzida no mesmo dia e não entram nas estatísticas oficiais. No Torneio Início, o Marcílio venceu por 1 a 0.

Em 1951, o Barroso participou da fundação da Liga Itajaiense de Desportos (LID), que naquele mesmo ano organizou a primeira edição de campeonato, vencido pelo Estiva. Entre 1952 e 1956 o Verde e Branco se ausentou dos gramados, pois dedicou seus esforços na construção do seu estádio, concluído em 1956 e que em 1981 receberia o nome de Camilo Mussi, considerado o maior presidente da história do clube. O Barroso voltaria a campo em 1957 e conquistaria sua primeira glória no futebol em 1959. O torneio contou com a participação de Barroso, Marcílio, Estiva e Cimenport. Com quatro vitórias, um empate e uma derrota, o Barroso conquistou o título ao vencer o Marcílio Dias, por 2 a 1, na última rodada, com a seguinte escalação: João; Darci e Currú; Roberto Picolé, Osni e Nequinha; Arnaldo, Vépa, Zito, Geraldo e Adílio. Eis a campanha vencedora do Verde e Branco:

- 19/04/1959 - Barroso 1 x 0 Estiva
- 26/04/1959 - Cimenport 1 x 4 Barroso
- 03/05/1959 - Barroso 1 x 3 Marcílio
- 24/05/1959 - Estiva 1 x 3 Barroso
- 31/05/1959 - Barroso 0 x 0 Cimenport
- 07/06/1959 – Marcílio 1 x 2 Barroso

VICE-CAMPEÃO ESTADUAL – 1962 E 1963

No Campeonato Catarinense, o Almirante Barroso teve campanhas memoráveis nas edições de 1962 e 1963. Em ambas, alcançou o vice-campeonato, ficando atrás do Metropól



*Barroso em 1959 - Curru, Zito, Picolé, Muru, João e Darcy. Quico, Vepa, Fernando, Geraldo e Adílio.
Foto: cortesia dos autores.*

de Criciúma em 1962 e do rival Marcílio Dias em 1963. No campeonato de 1962, o Barroso dividiu o vice com o próprio Marcílio e com o Hercílio Luz, de Tubarão. As três equipes terminaram com o mesmo número de pontos e não se interessaram em disputar um triangular para definir quem seria o vice. Desse modo, a Federação Catarinense de Futebol decidiu homologar os três clubes como vice-campeões.

Já em 1963, foi realizado o Torneio Luiza Mello, que seria reconhecido como Campeonato Catarinense em 1983. Com 11 pontos perdidos, o Barroso fez a segunda melhor campanha, enquanto o Marcílio Dias, com sete pontos perdidos, ficou com o título. O fato curioso é que o Barroso foi o único adversário que o Marcílio não conseguiu vencer no Torneio Luiza Mello. No primeiro turno, empataram em 0 a 0. No segundo turno, deu Barroso: 1 a 0, no Estádio Hercílio Luz, no único jogo em que o Marcílio fora derrotado dentro de casa em toda a competição.

Nomes como Roberto Picolé, Zito, Nelinho, Élio Ramos, Mima, Deba e Godeberto são alguns dos nomes que ficaram marcados nos grandes times que o Alviverde teve na década de 1960. Élio Ramos foi o jogador que mais vezes atuou com a camisa alviverde, com mais de 300 jogos. Também foi maior artilheiro da história do Almirante Barroso com mais de 100 gols.

LICENÇA NA FCF

Entre o fim dos anos 1960 e o início da década seguinte, vários clubes catarinenses decidiram desativar o departamento de futebol profissional devido a problemas financeiros. O

futebol havia ficado mais caro e, além disso, no caso de Itajaí houve o agravante de ter entrado em decadência a indústria madeireira, setor que por décadas foi o mais forte da economia do município e costumava colaborar com os clubes de futebol da cidade.

Às 23 horas do dia 19 de janeiro de 1972, em meio a muitas dúvidas sobre continuar ou não no futebol profissional, o clube bateu o martelo: paralisaria as atividades futebolísticas por um ano para dar seguimento à construção de sua nova sede social. No boletim oficial 03/72 da Federação Catarinense de Futebol consta o pedido oficial de licenciamento do Barroso à entidade, através de ofício de 5 de fevereiro enviado à mesma pelo clube.

Mas a licença que inicialmente seria por um ano permanece até os dias atuais. O clube segue licenciado na FCF, mas a camisa do Barroso voltou a entrar em campo por meio da terceirização do departamento de futebol. Em 2016, através de uma parceria com duração de dez anos, o clube cedeu seu nome, marca e estádio ao Navegantes Esporte Clube, que disputou o Campeonato Catarinense da Série B como o nome do Almirante Barroso e sagrou-se campeão.

REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA

- ALÉCIO, Fernando. História do Clube Náutico Marcílio Dias – O Livro do Centenário. Itajaí: Edição do autor, 2019.
- ALÉCIO, Fernando. Torneio Luiza Mello – Marcílio Dias Campeão Catarinense de 1963. Itajaí: Editora Ipêamarelo, 2014.
- BORGES, Maury Dal Grande. Remando nas Águas da História. Florianópolis: Imprensa oficial do Estado de Santa Catarina, 2002.
- COSTA, Moacir. Civilizar o Corpo: As Práticas Desportivas em Itajaí (1919-1940). 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade do Vale do Itajaí. Orientador: José Bento Rosa da Silva.

ACERVOS PESQUISADOS

Biblioteca Pública de Santa Catarina
Clube Náutico Almirante Barroso
Federação Catarinense de Futebol
Fundação Genésio Miranda Lins
Liga Itajaiense de Desportos

PRIMEIRO HINO DO BARROSO (1919)

Somos fortes remadores,
Do “Barroso”, Clube amado
Não tememos o combate,
Nem o mar encapelado!

Remar é nossa lida,
É todo nosso prazer,
Ser forte, a ser heroico,
Para na pugna vencer!

O emblema verde e branco,
Encerra a paz, a esperança,
De à glória conquistar
Na tempestade e bonança

Folguemos, ó! mocidade
Desta terra tão gentil
Conquistemos alvos louvos
Para grandeza do Brasil

Façamos do remo - a força,
Para a glória conquistar,
Sejamos sempre unidos
Nada nos há de faltar

Temos gentis torcedoras
Cheias de graça e ardor
Para nos corações plantar
O santo fogo do amor

MARCOS KONDER REIS

um olhar sobre os fragmentos
de memória
do poeta

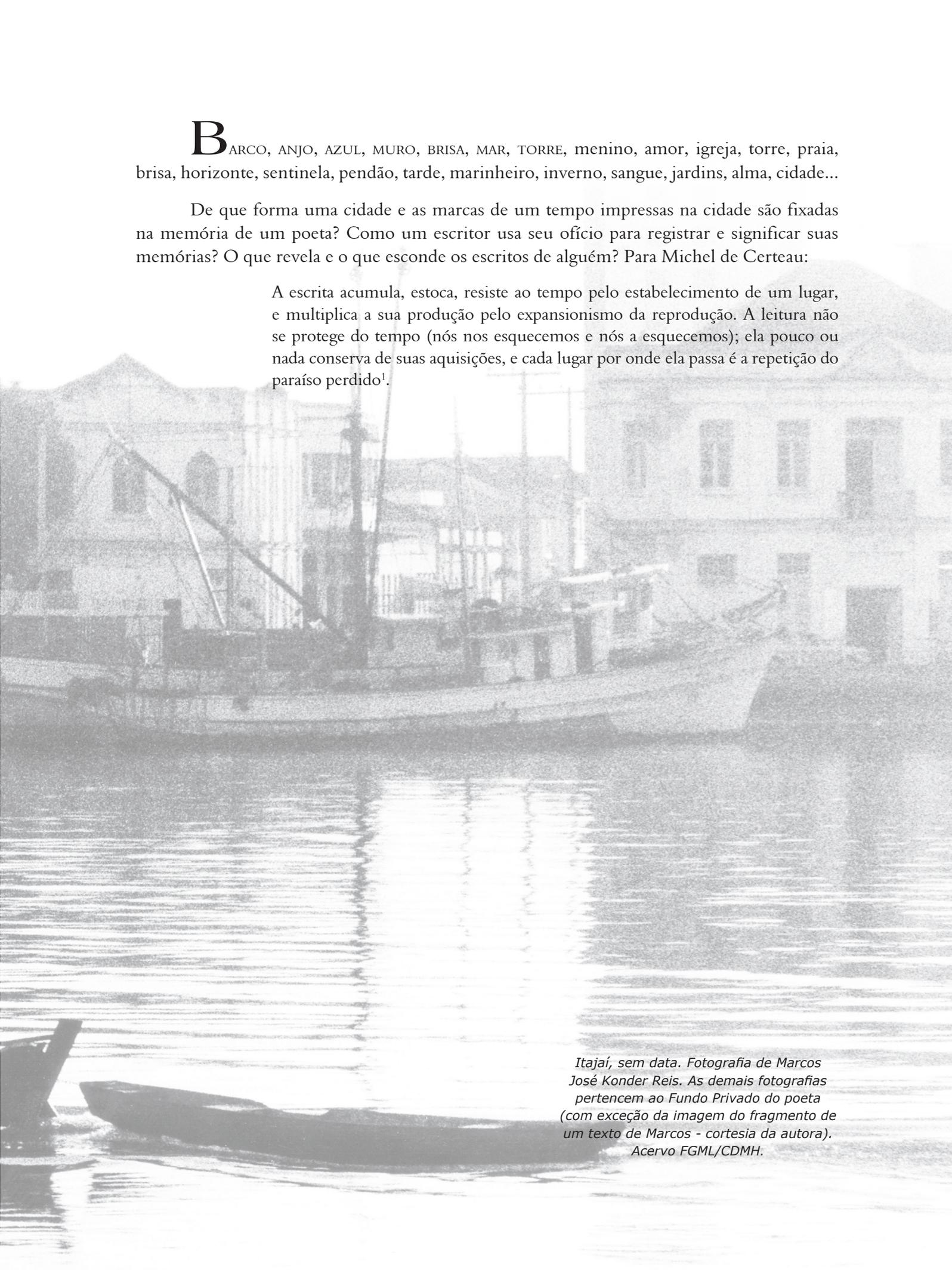
Evelise Moraes Ribas - Historiadora



BARCO, ANJO, AZUL, MURO, BRISA, MAR, TORRE, menino, amor, igreja, torre, praia, brisa, horizonte, sentinela, pendão, tarde, marinheiro, inverno, sangue, jardins, alma, cidade...

De que forma uma cidade e as marcas de um tempo impressas na cidade são fixadas na memória de um poeta? Como um escritor usa seu ofício para registrar e significar suas memórias? O que revela e o que esconde os escritos de alguém? Para Michel de Certeau:

A escrita acumula, estoca, resiste ao tempo pelo estabelecimento de um lugar, e multiplica a sua produção pelo expansionismo da reprodução. A leitura não se protege do tempo (nós nos esquecemos e nós a esquecemos); ela pouco ou nada conserva de suas aquisições, e cada lugar por onde ela passa é a repetição do paraíso perdido¹.



*Itajaí, sem data. Fotografia de Marcos José Konder Reis. As demais fotografias pertencem ao Fundo Privado do poeta (com exceção da imagem do fragmento de um texto de Marcos - cortesia da autora).
Acervo FGML/CDMH.*

A escrita registra e o “eu narrador ou poético” reelabora e reinterpreta uma experiência, uma imagem, um fato do passado. Os escritos de Marcos José Konder Reis², seja sua obra poética, sejam os manuscritos privados, em cadernos de anotações e diários, compõem uma narrativa provocadora e instigadora que ajuda a compreender tanto a construção de olhares sobre a Itajaí do início do século XX como o próprio pensamento desse importante poeta brasileiro.

Desde o final do século XIX, os ideais de modernidade influenciavam as transformações de uma cidade que buscava se construir e reconhecer como urbe, diferenciando-se da pequena vila que se configurou desde o século XVIII em sintonia com mundo via construção de um porto marítimo.

O porto proporcionava a Itajaí um elo de contato com outros mundos, especialmente a Europa, uma possibilidade de conexão com os modos e costumes da *Belle Époque*. O cais do porto se constituía com um canal marítimo que criava redes e intercâmbios de valores e práticas sintonizando e fortalecendo uma elite burguesa e comercial, em sua maioria de origem germânica, e que, na medida que se afirmava economicamente, ampliava sua presença na esfera política.

A família Konder se formou na cidade a partir da chegada do avô do poeta, Marcos Konder Sênior, em 1873, que exercia a profissão de professor dos filhos de uma família de destaque, os Malburg. Não demorou para casar e formar família, empreender um comércio que se configurou próspero e integrar esse grupo seletivo, fortemente influenciado pelos costumes europeus. Em pouco tempo os Konder alcançaram destaque também na política. Os filhos de Marcos Konder Sênior, Marcos, Adolfo e Victor foram políticos que ressignificaram a cidade como um espaço comercial e político destacando-a no estado e no país.

MKR viveu em Itajaí até os 15 anos de idade, de 1922 a 1938, na casa construída por seu avô, Marcos Konder Sênior, localizada bem no centro comercial de Itajaí, próxima às atividades comerciais da família, ao rio, ao porto, à praia, e a poucos metros da Igreja Matriz, hoje Igrejinha da Imaculada Conceição. Tinha os fundos para o rio Itajaí-Açu, o que proporcionava acompanhar o cotidiano da entrada e saída dos navios, a rotina dos marinheiros no cais, as mudanças climáticas influenciadas pelo mar. A rotina familiar, os valores religiosos, o movimento comercial da cidade e do porto, os lugares que podiam ser vistos das janelas do casarão montam o cenário descrito e desenhado a partir das memórias de MKR influenciando fortemente sua poética.

CANTO DO MENINO APAIXONADO

Na boca dos engraxates

E das meninas românticas

Com fita nos cabelos

Para roçar o rosto de estudantes e marinheiros.

A alma dissolvia no derradeiro disco da virola

O samba que meu primo está cantando

Amanhã vou chorar de amor...

De amor, porque existe o amor.

Oito anos e uma eternidade na garganta.
Somos

Um assassino de segredos.³



Conhecer a poesia de Marcos Konder Reis é mergulhar nessa poética, um espaço mágico de memória, mística e profunda, cheia de vigor e nostalgia. A relação com entrar nessa Itajaí, lugar da infância, de reflexões sobre Deus e a espiritualidade, das dimensões múltiplas do amor, da paixão, da dor e da saudade, dos paradoxos do existencialismo, presenças, valores e impressões poéticas circulantes nos seus versos que arrebatam o mais leigo dos aproximam os leitores pelo perspicaz, vivido, maduro e sempre sensível olhar, conectado com as questões existenciais, seu interior, com sua história e ancestralidade. Desenvolveu uma linguagem singular, que o projetou como um dos principais poetas brasileiros, identificado como integrante da Geração Modernista de 45.

O Modernismo no Brasil foi um movimento cultural intenso e que durou várias décadas, influenciando o campo das artes ainda hoje. Surgiu influenciado pelas vanguardas europeias, buscava ideais de libertação estética, ruptura com o tradicionalismo, experimentações artísticas e especialmente, no caso da poesia, liberdade formal, com versos livres, abandono das formas fixas, ausência de pontuação. Teve três momentos, ou três gerações: a primeira fase caracteriza-se por um discurso mais radical, lançamento de manifestos e formação de grupos e coletivos de artistas. Na segunda fase, o modernismo ‘amadurece’, apresenta temáticas regionais e a poesia brasileira consolida-se na década de 30.

A terceira fase do modernismo surge num contexto pós II Guerra Mundial e de início da polarização que se consolidou na Guerra Fria. No Brasil, após a deposição de Vargas do poder, inicia um processo de redemocratização com o governo de Eurico Gaspar Dutra. O movimento modernista também passa por profundas mudanças nesse período. A chamada Geração de 45, ou fase pós-modernista, representa o último momento do movimento modernista no Brasil. Os escritores desse período possuíam uma atitude mais formal, em oposição ao espírito radical, contestador e de liberdade desenvolvido na Semana de 1922, defendendo o retorno ao lírico, a preocupação com as palavras e com a forma, retorno à métrica e a rima, e temáticas sociais e humanas e retorno ao passado.

Não é difícil perceber a relação presente-passado nos escritos de MKR. Seu texto traz, durante todo o percurso de sua produção, o retorno à memória da infância e às imagens dessa cidade em que viveu até os quinze anos.

Uma característica das marcas de sua poesia é, em vez de explicitar e declarar pensamentos e emoções, provocar, suscitar, sugerir implícitos e chamar o leitor a recriar e ressignificar

suas próprias memórias a partir das sensações e da imaginação do autor. O sentimento de nostalgia aparece em muitos poemas, especialmente quando o poeta fala da infância num permanente paradoxo entre a utopia e a desilusão, como nos versos dos poemas *Meu poema* e *Forte elegia*: “[...] Na palidez dos banheiros e na penumbra dos quintais,/ O coração mastigado pelo mundo/ Quer ser uma bola no futebol dos meninos da cidade./ Ó porre de alegria!”⁴ e “De que serve a infância, se a perdemos,/ Se ela fica, inútil, como a rosa morta/ À beira de um caminho onde não somos?”⁵

Ecléa Bosi, ao tratar das contradições da memória, apontando que a rememoração que exige o é um exercício meditativo que redireciona as ações presentes. A escrita de MKR é repleta de perguntas, dúvidas, contradições. Ora sua poética evidencia momentos de alegria e prazer contemplativo, ora ressalta o sofrimento, a desilusão e a angústia, atribuindo diferentes sentidos às experiências vividas.

É a história de um passado aberto, inconcluso, capaz de promessas. Não se deve julgá-lo como um tempo ultrapassado, mas como universo contraditório do qual se podem arrancar o sim e o não, a tese e a antítese, o que teve seguimento triunfal e o que foi truncado.⁶

Para Menezes, “a memória não só transmite conhecimento e significações, mas cria significados. Tem de ser entendida, pois, como uma ação, e uma ação produtora de significados”⁷. O ato de lembrar, rememorar uma experiência implica reinterpretá-la, a partir do presente, e por isso configura uma representação da sua própria memória. MKR funde de escrever com o ato de rememorar e seus escritos são densos de memórias significados e sentidos, transportando o leitor para um lugar, um tempo e um sentimento únicos, e determinando fortemente a particularidade de sua obra.

Esse revisitar, ressignificar e representar as experiências passadas Candau nomina de metamemória:

A metamemória, que é, por um lado, a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela e, de outro o que diz dela, dimensões que remetem ao modo de afiliação de um indivíduo ao seu passado e igualmente, como observa Michel Lamek e Paul Antze, a construção explícita da identidade⁸.

A escrita de MKR é carregada de elementos que evidenciam essa releitura, essa ressignificação do passado, esse retorno permanente a acontecimentos e lugares específicos, evocando sentimentos distintos e construindo um cenário detalhado, perceptível, sensorial que configura uma paisagem dessa infância e juventude que o poeta guarda, mapeia, cria e recria, e continuamente percorre nos seus versos.

Pois conquanto estejamos habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade elas são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembrança quanto de estratos de rocha.⁹

Essa relação do corpo com espaço e a construção da paisagem como obra da mente humana, no processo de representação, ou metamemória em Candau, apresenta uma cidade que se modifica a cada poema, e que só se pode conhecer através da narrativa do poeta:

Os mastros da manhã

IV

Por entre as árvores da praça, por entre as folhas frias, o ar marítimo da brisa, na madrugada, quebra os galhos negros uma palavra intermitente, que se propaga nas ruas, como a presença sensual de um noivo. E penetrante, o sopro da manhã nos muros abandonados, enche a cidade por enquanto de porventuras e regressos: ser abraçada pelo céu azul nas tardes de terra...

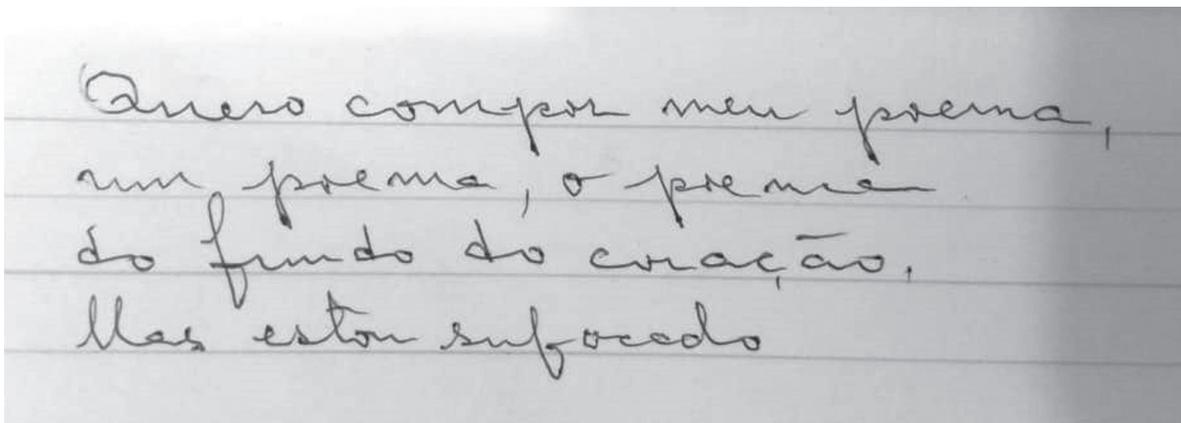
Porque a cidade pequena é uma menina inclinada de andorinhas, e a palidez da torre cresce nas madrugadas de inverno, como a certeza do amor no coração de uma menina mal desfeita de sono...

Porque a certeza no coração de uma menina mal desfeita de sono é a presença de um barco embandeirado no cais de uma cidade pequena...

Porque a cidade pequena que amanhece crispada de pássaros e fios elétricos lembra o semblante de um menino que dorme na minha carne, mas cuja alma desperta lentamente, no tempo de um sino estar batendo matinas no coração de uma cidade pequena...¹⁰

Nos registros escritos de MKR, a subjetividade e a profundidade de suas reflexões e sentimentos revelam sua relação íntima com a memória, e a importância que esse tempo e espaço têm na sua vida, transformando sua obra em um olhar marcado pelo singular, e configurando essas memórias como elementos indissociáveis do presente.

Pela memória o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando com as percepções imediatas, como também empurra, 'descola' estas últimas, ocupando o espaço toda da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora¹¹.



Manuscrito em caderno de anotações, datado de 2001. Provavelmente um dos últimos registros do poeta. Acervo do Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí. Consulta em 14 de maio de 2018.

Importante refletir sobre o papel de fragmentos, memórias, manuscritos na obra e formação da poética do autor, sendo essa a forma do poeta se inserir e se posicionar no mundo. Para Foucault, a função-autor é característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade, a forma com que a pessoa se coloca no mundo pela autoria, pelo discurso, pela poética como meio de posicionamento, de construção de mundo e de projeção de si próprio.

Mas suponhamos que se trate de um autor: será que tudo que escreve ou disse, tudo que ele deixou atrás de si faz parte de sua obra? Problema ao mesmo tempo teórico e técnico. Quando se pretende publicar, por exemplo, as obras de Nietzsche, onde é preciso parar?¹²

A linguagem se constitui como categoria fundamental para a análise dessa relação obra e autor, ficção e auto ficção. Para Barthes a escritura, conjunto de características que identificam as linguagens de um autor:

(...) ocupa um lugar eminente não em função da sua clientela (muito reduzida), mas em função da sua prática: é porque ataca as relações do sujeito (sempre social: haverá outro?) e da linguagem, a distribuição ultrapassada do campo simbólico e o processo do signo, que a escritura aparece como uma prática de *contradivisão* das linguagens: imagem sem dúvida utópica, em todo caso mítica, já que vai em buscado velho sonho da língua inocente, da língua adâmica dos primeiros românticos¹³.

“Sabemos que a linguagem não pode reduzir-se a comunicação simples, é todo o sujeito humano que se engaja na palavra e se constitui através dela”¹⁴. É na escritura que um sujeito que se ressignifica pela palavra e firma um lugar de memória no mundo, oferecendo o *palco* para que o autor se posicione. “Só a escritura, de fato, pode assumir o caráter ficcional dos falares mais sérios, até mais violentos, recolocá-los em sua distância teatral”¹⁵.

Ao conhecer a obra de MKR, impõe-se o desafio de perceber a escritura do sujeito, a experiência por trás da palavra, a lembrança por trás do poema. O desafio de descobrir a essência da pessoa que se transforma em poeta e a importância histórica dessa poética que registra e narra a cidade. O desafio de entender não só a poesia como patrimônio, mas a importância da experiência histórica da vida que se transforma em poesia.

NOTAS

1 CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 261.

2 **Marcos José Konder Reis** nasceu em Itajaí, Santa Catarina, em 15 de dezembro de 1922, transferindo-se para o Rio de Janeiro em 1938. Em 1944 publicou seu primeiro livro Tempo e Milagre. Os últimos livros que publicou foram O Vagabundo Iluminado, em 1986, Brasil Quando José, 1988 e Três Partituras,

1988. O livro de crônicas “O Caminho das Pandorgas” lhe valeu o prêmio Golfinho de Ouro de Literatura. Pertenceu à Geração de 45, ao lado de Paulo Mendes Campos, Ledo Ivo e João Cabral de Melo Neto. Faleceu no Rio de Janeiro, a 11 de setembro de 2001, no dia do atentado às torres gêmeas do World Trade Center de NY. Após sua morte parte de seus objetos pessoais, acervo de arte, manuscritos, cartas, livros, foram doados à Fundação Genésio Miranda Lins para garantir sua preservação, estando sob responsabilidade dos departamentos técnicos do Museu e Arquivo Histórico de Itajaí.

3 RADUNZ, Dennis, e FLORIANO, Antônio Carlos. Org. **Um privilégio de pássaros: poemas de Marcos Konder Reis**. Florianópolis: Nauemblu Ciência e Arte: 2008. p. 26

4 REIS, Marcos Konder. Meu Poema. IN: RADUNZ, Dennis, e FLORIANO, Antônio Carlos. Org. **Um privilégio de pássaros: poemas de Marcos Konder Reis**. Florianópolis: Nauemblu Ciência e Arte: 2008. p. 25

5 Ibid. p. 29.

6 BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 32

7 MENEZES, Ulpiano Bezerra. Os paradoxos da memória. In: MIRANDA, Danilo Santos de. Org. **Memória e cultura: a importância da memória na formação cultural humana**. São Paulo: Edições SESC SO, 2007. p. 17.

8 CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 23.

9 SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 17.

10 REIS, Marcos Konder. Os mastros da manhã [trecho IV] . IN: RADUNZ, Dennis, e FLORIANO, Antônio Carlos. Org. **Um privilégio de pássaros: poemas de Marcos Konder Reis**. Florianópolis: Nauemblu Ciência e Arte: 2008. p. 102

11 Idem. p.



12 FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Prefácio de José A. Bragança de Miranda e Antonio Fernando Cascais. 6. ed. Lisboa: Vega, 1992.

13 BARTHES, Roland. **O rumor da língua.** Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 2 ed. P. 132.

14 Idem. p. 132.

15 Idem. p. 138.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **O rumor da língua.** Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 2 ed.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. Artes de fazer.** Tradução de EphraimFerreira Alves. Petropolis: Vozes, 1994.

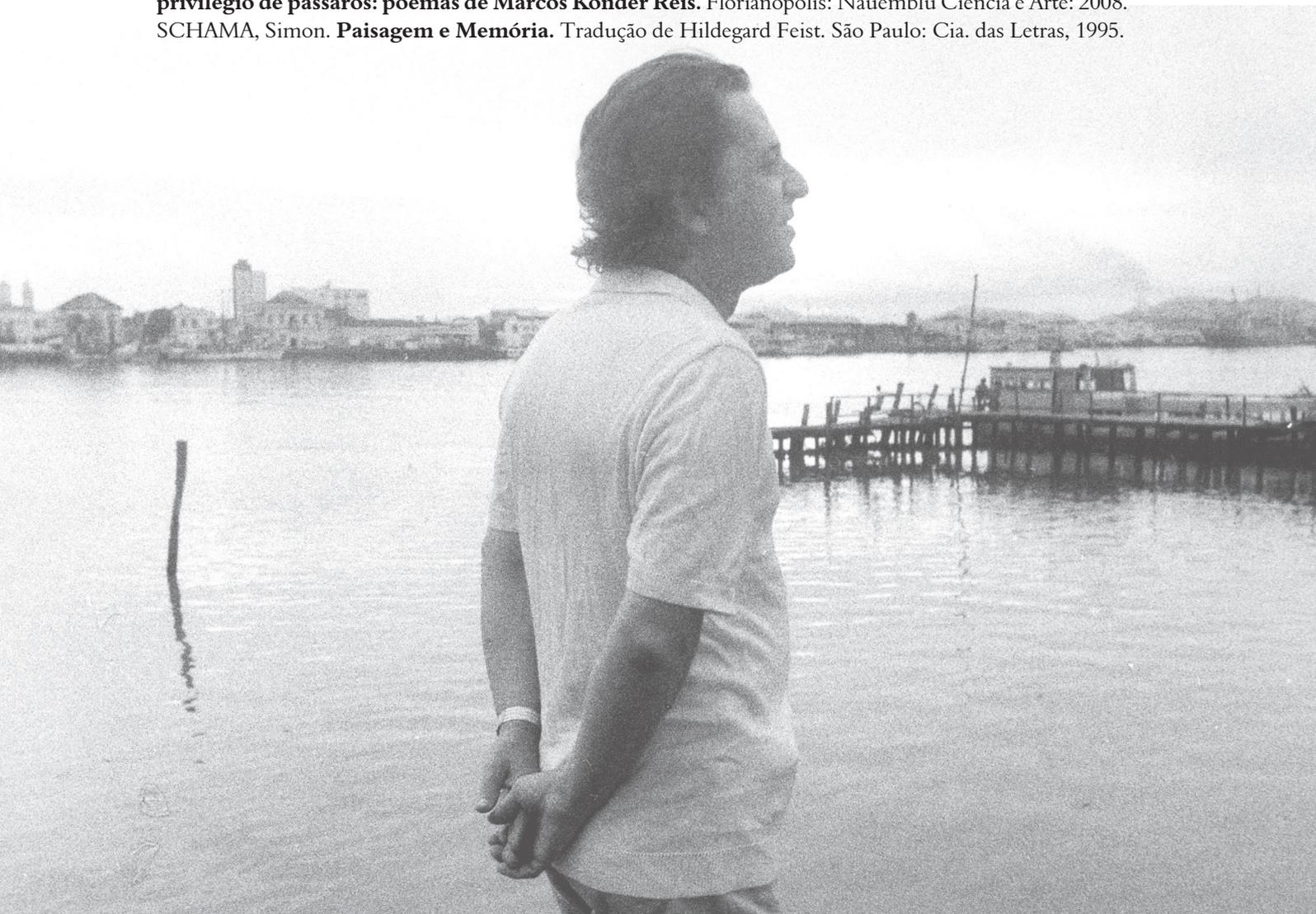
DELEUZE, Gilles. GUATARRI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 1. Trad. Ana Lucia de Oliveira, Aurelio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 2011. 2 ed.

FOUCAULT, Michel **O que é um autor?** Prefácio de José A. Bragança de Miranda e Antonio Fernando Cascais. 6. ed. Lisboa: Vega, 1992.

MENEZES, Ulpiano Bezerra. Os paradoxos da memória. In: MIRANDA, Danilo Santos de. Org. **Memória e cultura: a importância da memória na formação cultural humana.** São Paulo: Edições SESC SO, 2007.

REIS, Marcos Konder. Meu Poema. IN: RADUNZ, Dennis, e FLORIANO, Antônio Carlos. Org. **Um privilégio de pássaros: poemas de Marcos Konder Reis.** Florianópolis: Nauembla Ciência e Arte: 2008.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória.** Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.



ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS
16/12/1924 - 12/06/2018





A VENDA DE SECOS E MOLHADOS

Márcia Gervásio d'Ávila
Pedagoga, Arte Educadora e Artista Plástica

MEU PAI HERMÍNIO E MINHA MÃE GILDA nasceram na localidade de Limeira, no interior de Camboriú, onde os dois iniciaram o namoro. Quando minha mãe tinha 16 anos, meu avô materno vendeu suas terras e mudou-se para o interior de Rio do Sul. Nesta mesma ocasião, meus avós paternos adquiriram terras em Itajaí onde construíram casas para alugar. A melhor entre elas era uma casa na Rua Uruguai, em que o inquilino instalou, na parte da frente, uma venda.

Em 1944, meus avós, que eram lavradores, plantadores de café, de milho, produtores de açúcar de farinha de mandioca e outras lavouras menores, deixaram a vida no campo, seguindo aquele início do êxodo rural, e mudaram-se para Itajaí.

Com esta decisão, pediram ao inquilino para desocupar a casa, propondo-lhe comprar o ponto comercial para oferecer a meu pai quando voltasse do Exército, aquartelado em Joinville. E quando de lá voltasse, deveria se casar.

Meu pai e minha mãe, mesmo distantes, continuaram o namoro através de cartas e recados, cujo mensageiro era um amigo comum, que morava em Rio do Sul e servia o Exército com meu pai. O casamento aconteceu em 1946 e, como estava combinado, vieram morar com os meus avós, assumindo “tocar a venda” para o seu sustento.

A casa ficava à Rua Uruguai, nº 75, na frente da TECITA, antiga fábrica de tecido de Itajaí, onde está hoje o Fórum. Era uma casa de porte médio de alvenaria, com sótão, pintada de cal branca, janelas e porta de duas folhas pintadas de marrom, que se abriam para a calçada. Ali estava instalada a pequena venda de secos e molhados, permanecendo neste local de 1946 até 1956; no retorno, de 1966 a 1970/1971.

Em 1956, o crescimento do comércio exigiu uma instalação maior. Foi quando se mudou para três casas à frente, na direção da Rua Brusque. A nova instalação era uma construção de madeira pintada de verde, já gasta pelo tempo, que ocupava os fundos do terreno no sentido horizontal. Duas grandes portas de folhas duplas se abriam para um grande pátio de terra batida. Em décadas anteriores, a casa serviu de salão de dança e também promovia jogos de mesa.

Ali a venda prosperou; além do varejo passou a vender alguns produtos também no atacado. Aos sábados, o movimento era mais intenso, o pátio era movimentado, bicicletas, carroças, carros de mola, um ou outro automóvel. O movimento maior era de pedestres que carregavam as suas compras em sacolas de lona, de palha, sacos de pano e de aniagem ou, mesmo, alguns produtos eram levados pelos fregueses sem embrulho algum, como era hábito da época.



Hermínio Gervásio e Gilda Chaves Cabral Gervásio com as filhas, Tereza, Márcia e Cidaleia e o filho Francisco Carlos. Depois nasceriam José Fernando, Elizete (falecida), Isac e Hermínio Júnior.

Em tempos de maior movimento, meus pais contratavam até dois empregados para a entrega de compras a domicílio, de bicicleta ou carrinho de mão, ou contratavam carroça ou um caminhão pequeno para realizar este serviço. Nos dias de semana, quando o movimento era maior, meus irmãos e eu fazíamos também pequenas entregas. Os empregados ajudavam no abastecimento da venda trazendo os produtos que se mantinham guardados no depósito e também ajudavam no descarregar das mercadorias que chegavam com o fornecedor no pátio da venda.

O depósito ficava atrás da nossa residência, onde a venda iniciara. Era um rancho grande, de madeira, com o pé direito alto, uma cobertura que se alongava em área aberta que servia para a descarga das mercadorias trazidas por carroças ou caminhões. Parte do depósito servia de estufa para amadurecer as bananas que chegavam ainda verdes, trazidas pelo produtor. Meus tios, irmãos do meu pai, Alberto e Anastácio, agricultores que permaneceram na lavoura no interior de Camboriú, abasteciam a venda com alguns produtos que plantavam ou produziam.

Os empregados cuidavam também de manter arrumados os fechos de lenha, empilhados aos montes do lado de fora e que se desmontavam quando um freguês exigente escolhia descuidado o melhor fecho, a lenha mais sequinha, para queimar no seu fogão.

Lembro-me muito das brincadeiras que eu e meus irmãos fazíamos com os gravetos que se soltavam dos fechos. Fincávamos os gravetos enfileirados na areia, construindo pequenas casinhas, cujas cercas faziam volta pelo aquele enorme quintal. Quando o fornecedor, que vinha da cidade de Luís Alves, descarregava o caminhão de lenha, vibrávamos com a fartura daqueles gravetos e a abundância de possibilidades de brincar. Era uma brincadeira engenhosa e sem fim, onde o tempo, que passávamos brincando, no devaneio próprio da brincadeira, era na verdade sempre extenso.

Na venda, naquele período, chegavam produtos novos um de cada vez: os biscoitos, ou bolachas, como denominamos por aqui, a granel, foi a novidade! Chegavam aos “montes”! Eram fileiras de latas grandes distribuídas nas prateleiras mais baixas e até pelo chão... já não havia lugar para tanta variedade; as salgadas e as doces, a cream crack, de água e sal, quadrada e redonda, a bolacha maisena, a Maria e as wafer’s. Estas, então, foram a sensação, em vários sabores!

Todos os meus irmãos, inclusive os menores, desde muito pequenos ajudavam no balcão para pesar e embrulhar os produtos e tínhamos todos uma certa permissão para provar as guloseimas, as bolachas e as frutas. Um dia, em uma experiência, descobri que a combinação de banana com bolacha wafer’s era “demais”! E quando a ocasião permitia, eu furava uma lata de leite condensado e me deliciava. Mas aquela delícia se misturava a uma angústia, a uma culpa, a um pecado, sentido pela constatação de que uma lata de leite condensado era mesmo demais para ser consumida, às pressas, em tão pouco tempo.

Lembro-me de algumas novidades daquela época. Novas marcas de sabonete, de macarrão, de margarina e para vender a granel, o feijão e o bife em lata, da Swift. Estes eram de fato a revolução por aqui.

Eu sou a terceira mais nova das filhas mulheres, abaixo de mim, são quadro irmãos homens. Uma de minhas irmãs assumiu muito cedo os negócios com meu pai. Ouvíamos

dos fregueses, admirados com a nossa participação no trabalho da venda, a seguinte exclamação: Esses filhos da Gilda e do Hermínio são mesmo muito trabalhadores e responsáveis! E aquelas palavras me estimulavam promessas para corresponder àquelas gentilezas, embora eu mesma não desse conta de cumprir com aquele meu propósito.

Meu pai fazia conosco reuniões de trabalho, na verdade, para impor as tarefas para cada um de nós. Era quando também recebíamos os castigos pelos não feitos. As reuniões eram anunciadas de acordo com a necessidade! Sentados na grande mesa da cozinha, ouvíamos as ordens e os castigos a serem cumpridos. Havia um quadro na parede onde ficavam registrados as tarefas e o castigo da semana, de cada um. Nada fugia à regra. Os castigos giravam em torno da privação do que cada um mais gostava. Para as três jovens mulheres, havia um que era o mais difícil de cumprir: deveríamos comunicar aos namorados ou noivo que suas visitas estavam suspensas naquela semana, inclusive as idas à matinê e a missa de domingo. E as restrições das brincadeiras dos irmãos menores. Com certeza, não eram aquele trabalho, aquelas privações que alguns de nós, crianças e adolescentes, queríamos fazer naquele período da vida. Muito embora nessa fase da vida, nunca é! A rebeldia é própria dessa fase de desenvolvimento. Mas se os envolvidos derem conta de enfrentá-la, passam por ela. Mais tarde compreenderão que a resiliência é uma preciosa herança.

Na venda vendíamos, na sua grande maioria, alimentos, o melhor café torrado na hora, a melhor farinha de mandioca, a banana e a laranja crava “do tempo”, o melhor charque e muitos outros produtos que abasteciam as necessidades das pessoas naquela época, quando se iniciaram com mais ênfase possibilidades de escolha em cada item de consumo. Com a qualidade dos produtos, a venda se diferenciava e atraía compradores de diferentes regiões e classes sociais de Itajaí.

Os laticínios chegavam de Pomerode e também da empresa Jensen, que era daqui de Blumenau. Tudo era entregue na nossa residência, mesmo quando a venda já se instalara mais à frente. Isso facilitava o recebimento dos produtos na madrugada, quando o sono de quem estava escalado para ser o receptor era interrompido.

Cada fornecedor anunciava sua chegada com um barulho ou ruído que se foi transformando em um código do produto. Hoje, indescritíveis aos ouvidos de quem não viveu aquelas experiências auditivas e que demarcavam nossos sons como alarmes. O fornecedor de Pomerode, por exemplo, transportava seus produtos numa caminhonete com carroceria de madeira revestida de lona, em que transportava produtos de sua produção em barricas de vários tamanhos. Quando ele chegava à frente da casa, sacudia duas ou três vezes aquelas



cortinas de lona da sua camionete, batendo umas nas outras, provocando um barulho peculiar. Assim, anunciava a chegada da manteiga fresquinha, da linguiça, do toucinho, do musse (doce de frutas para passar no pão). Já a empresa Jensen, que abastecia a venda de leite e também de outros laticínios, chegava de caminhão. O leite era distribuído em garrafas de vidro transparente com o nome da empresa, gravada em alto relevo e fechadas com lacre de alumínio como ainda é hoje. Os engradados de metal que serviam para armazenar as garrafas serviam também de instrumento sonoro, pois quando atritadas, vidro e metal promoviam um ruído alegórico, era como se gritassem “olha o leite!” na altura suficiente para despertar o sonâmbulo daquela noite. Tinha também o padeiro que batia duas ou três vezes a tampa do baú de madeira que compunha a própria carroça onde transportava o pão ainda quentinho dentro de sacos de pano branco. Quando aberto, o cheiro levava o receptor a um lugar inesquecível da mesa do café! Cada fornecedor tinha agregado um genuíno código que invadia os nossos sonhos que se misturavam às angustias de cada dia.

A venda de secos e molhados era um aglomerado de estímulos sensoriais, o cheiro da manteiga fresca, do pó de café torrado, da bolacha de maisena, da banana madura, do charque estendido na mesa, dos produtos de higiene. Definiam e caracterizavam aqueles espaços.

Tínhamos, nos “bons tempos”, uma grande freguesia e entre ela um número expressivo de “freguês de caderno”, entre eles, uns bons pagadores. O registro na caderneta era feito quase sempre a lápis. Quando acabava a caderneta, anotávamos em bilhetinhos, que eram guardados numa gaveta junto às notas de dinheiro e às moedas. A consciência do freguês valia muito e era o que fazia com que pagasse sua dívida, pois o registro era precário. Ali se guardavam as pequenas e as grandes contas dos fregueses e as notas dos fornecedores; aquelas, que tinha suas empresas registradas para dar baixa no livro... Meu pai era péssimo nesse quesito; minha irmã e minha mãe eram melhores. Como todo mal cobrador, meu pai acreditava na empatia que tinha com os fregueses e que o seu forte desejo do recebimento da dívida bastava para pressionar o devedor a cumprir com justiça o seu dever. Penso que era esta a sua crença.

Lembro-me dos embrulhos que aprendemos a fazer com folha de revista e de jornal que meu pai comprava de fregueses leitores daqueles impressos, e fazíamos também embrulhos com papel de “embrulhar pão”. Aqueles pacotinhos serviam para embrulhar quantidades pequenas de açúcar, alpiste, milho ou alho, batatas, coisa de todo gênero e para confeccioná-los era preciso uma boa habilidade manual, senão o pacotinho não fechava! Era semelhante à forma de um pastel.

Muitas foram as experiências naquela venda de secos e molhados.

Enquanto eu fazia aqueles pequenos embrulhos com os jornais e com aquelas revistas, eu me encantava, me impressionava, viajava com o pouco que eu lia, naqueles meus oito, nove anos de idade. Porém, o que li e vi, cenas, acontecimentos, imagens, são memórias imprimidas em mim. Um dia, folheando um daqueles jornais, vi a fotografia de um homem que me chamou muita atenção pelos traços exóticos de seu rosto, muito diferente para mim. Li algumas linhas abaixo da foto tentando entender de quem se tratava. Mas não havia referência alguma, naqueles meus 10 ou 11 anos de idade, que me fizesse compreender o que eu lera naquele jornal. Porém, os traços daquele rosto me instigaram e tive vontade de desenhar.

Durante dois ou três dias, entre um freguês e outro, debruçada no balcão, copiei em uma folha aberta, de cor cinza, de papel para “embrulhar pão”, aquele rosto, com lápis crayon. A cópia ficou perfeita e percebi que era uma experiência que eu poderia repetir. Tive muito gosto de fazê-lo e me envolvi de fato em desenhar. Do que li junto àquele retrato, memorizei apenas o nome daquele homem, a sua nacionalidade e de que se tratava de um líder vietnamita. Fixei o retrato no meu quarto, acima de uma pequena escrivaninha e ali ficou por anos a fio. Quando eu namorei o Edison, aos 16 anos, e quando mostrei a ele o desenho, me perguntou: Vocês são comunistas? Eu disse: não, eu acho que não!

Ali, diante daquele retrato, eu fiquei sabendo quem era Ho Chi Minh.

Aquele desenho feito em papel de pão durou o tempo de tantos outros, que fiz debruçada no balcão da venda de secos e molhados dos meus pais, enquanto eu resignificava o tempo e aquele trabalho na minha infância e adolescência.

Hoje, analisando as procedências daqueles impressos, entendo que aquilo que seus portadores liam e consumiam representavam referências da construção da intelectualidade e estilo de vida que os constituíam. De um freguês vizinho e amigo, o Sr. Ricardo Bauer e família, chegavam as revistas Seleções. Suas pequenas páginas, como diferente consumo, eram exatamente o suficiente para embrulhar um sabão Joinville, por exemplo.

Lembro da imagem que ilustrava o artigo que li na Seleção, sobre o Titanic. Escondi a revista debaixo do balcão, para não ser consumida, e como o artigo era grande e complexo, demorei para ler. Lembro-me que eu li mais de uma vez na tentativa de compreender, de fato, o que havia acontecido com aquele navio. Fiquei confusa, precisava entender se o que eu lia era ficção ou realidade.

Enquanto eu destacava uma das páginas da revista O Cruzeiro ou Manchete para fazer os meus embrulhos, deparei com o funeral de Carmen Miranda. Eu já havia ouvido sobre sua morte, anunciada pelo rádio. Uma mulher, quase uma boneca, de lábios na cor de carmim, deitada num caixão, toda arrumada e morta. Era algo inédito para mim! Aquelas pessoas, aqueles lugares, aqueles acontecimentos que eu ouvira falar, agora se concretizavam em imagens. Imaginem quanta informação. Paisagens e notícias dos grandes estados, de São Paulo, do Rio de Janeiro. Vi imagens do Cassino da Urca. Aquilo tudo me fascinava. Nas revistas conheci Getúlio Vargas, aquele homem que usava bombachas e era tão pequeno. No rádio, eu imaginava ser um homem grande. Nas revistas, li sobre a morte de Aída Curi, as mulatas do Sargentelli, e me divertia com as piadinhas do Amigo da Onça.

Um outro freguês, também fornecedor de revistas, o Sr. Fernando, holandês de origem,



residente na rua Uruguai, nos trazia as mais bonitas revistas. Com os meus pezinhos apoiados num caixote de sabão Virgem, que me deixavam maior do que o horizonte que eu avistava debruçada naquele balcão, visitei moinhos de vento, jardins de tulipas coloridas e outros lugares na Holanda. Com aquelas revistas, abasteci minha imaginação, minha curiosidade, meus pensamentos e alguns sonhos.... Os suportes que trouxeram até mim aquelas paisagens eram de uma textura nunca vista, além das cores; são inesquecíveis.

Eu tenho também lembranças do confinamento que a venda me causava pelas obrigações que aquele trabalho impunha. Ele me tirava, a cada freguês que chegava, das experiências de encantamento e me causavam algumas angústias, próprias da criança, que quer e precisa brincar. Nem por isso sucumbi.

Hoje, a discussão sobre trabalho infantil é reduzida. O reforço é para que consuma, no seu tempo, de tudo, em quantidades absurdas. O que contarão essas crianças dessa experiência, não é ainda de todo explicado. Foi, então, que sublimei a falta do devaneio tão apropriado da brincadeira nas brechas que a vida me apontava e nelas nutri a fantasia, a imaginação, a experiência criativa e encontrei a arte.

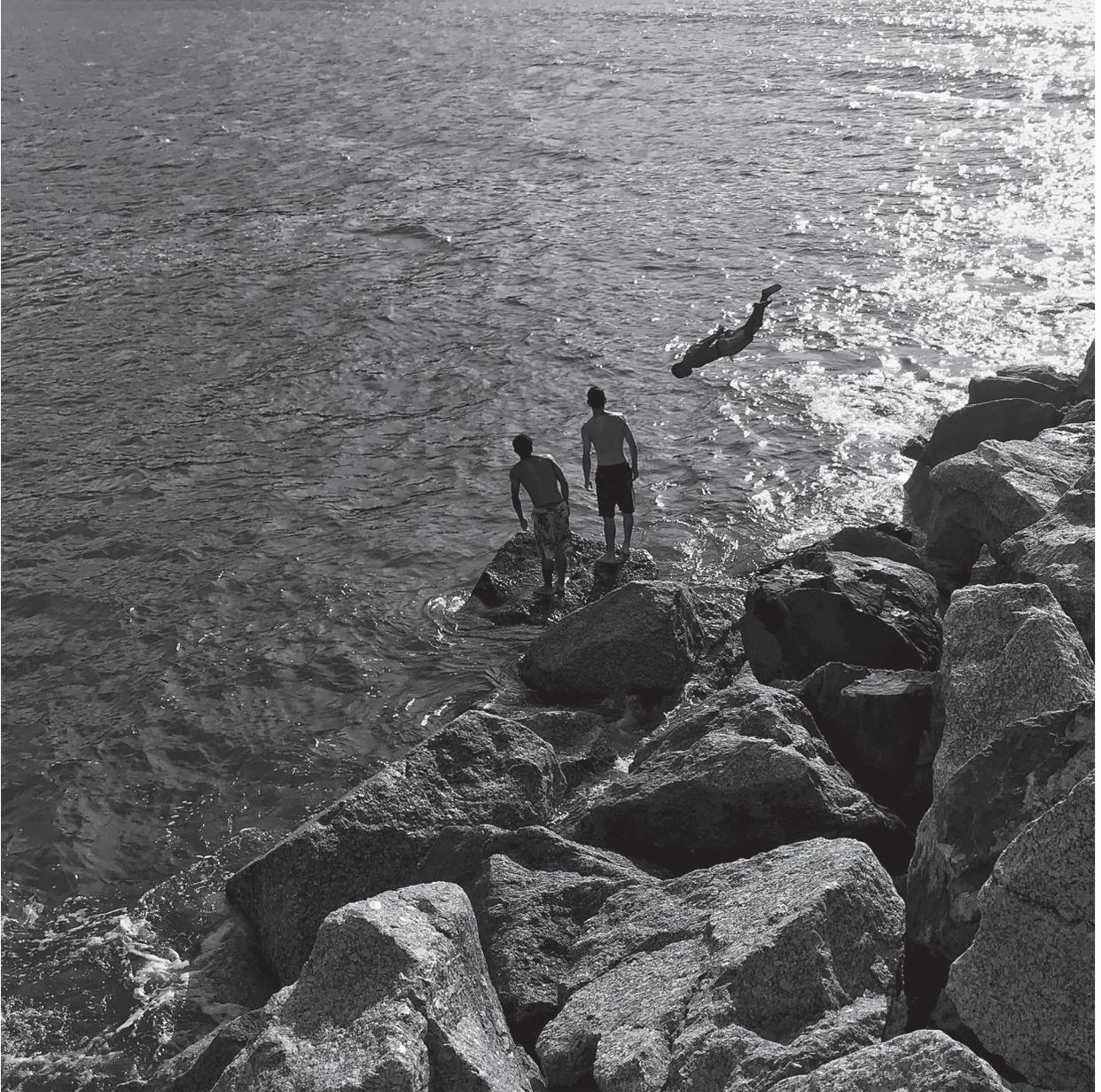
Os limites, que nos são impostos podem acionar em nós mecanismos que nos transportarão para saídas, para escolhas, para uma vida mais pródiga de valores. Sabemos, sim, no que dá a falta de limites ou a submissão a eles, em cada fase da vida.

A nossa venda começara a definir por volta de 1963, quando volta a funcionar na parte frontal da nossa residência, onde iniciara. Assim permaneceu até 1970/1971, quando teve o seu fim. Os avanços, a evolução... é implacável. Seguimos fazendo escolhas a partir da compreensão que temos de si, do mundo, do entorno que vivemos, das experiências e aprendizados ao longo da vida. A outra opção é a estagnação e daí sucumbir como consequência.

Será que meu pai e alguns outros comerciantes do mesmo ramo não souberam ler os sinais que chegavam nesta área do comércio ou lhes faltou capital financeiro para investir, para evoluir? Ou as duas opções estão certas? Às vezes, constatamos que foi a pouca coragem para empreender do meu pai e que empreendia a seu modo. Ele se movia nos negócios muito intuitivamente e esta característica fez a manutenção do seu negocio até ali. Ele foi um “bom” comerciante, na sua época.

Além do comércio meu pai passara por duas ocasiões: pelo ramo madeireiro e duas outras pela política. Arrendou engenhos de serra em Camboriú e Luís Alves e dominava o conhecimento da época na extração da madeira e seu beneficiamento; sua dificuldade era sempre os negócios. Criava ótimas situações de negócios, mas gostava de estar do lado mais alegre da vida. Isso lhe atraía sobremaneira. Nunca saberemos de fato o que pesou na sua decisão.

Quando visito minha infância, aquele quintal, e me debruço no balcão daquela venda de tantas sensações e tantos aprendizados, visito também aquele confinamento e os encontro vivos, mesclados nas minhas crenças morais, ética e estética que me constituíram e me constituirão a adulta que sou e que serei.



Fotografia de Erick Gianezzi.



Este livro foi composto nas fontes Aldine401 BT, corpo 11,3/entrelinhas 14,7, para textos; Aldine401 BT, corpo 10,8/entrelinhas 13,7, para citações; Aldine721 BT, corpo 18/entrelinhas 24, para títulos; e impresso em papel pólen soft 80 gramas para Fundação Genésio Miranda Lins
Itajaí - SC - Brasil



Intervenção digital. Rogério Lenzi.



ॐ
PADME

هو
HUM



Foto: Rogério Lenzi.



Foto: João Paulo Kowalsk



Foto: Rogério Lenzi.



Foto: Erick Gianezzi.



YOGA

UNIR da pele para dentro do acervo para fora

Museu Histórico de Itajaí
Aula com Profª. Paola

12/09
18h30



Museu Histórico de Itajaí
Aula com Profª. Lígia

11/07
18h30



YOGA

UNIR da pele para dentro do acervo para fora

da pele para dentro do acervo para fora

YOGA

UNIR DA PELE PARA DENTRO DO ACERVO PARA FORA

TODA QUARTA - 18:30
AULA DE YOGA



PEÇA DO ACERVO EXCLUSIVA PARA A PRÁTICA

MUSEU HISTÓRICO DE ITAJAÍ



YOGA

UNIR DA PELE PARA DENTRO DO ACERVO PARA FORA

TODA QUARTA - 18:30
AULA DE YOGA



PEÇA DO ACERVO EXCLUSIVA PARA A PRÁTICA

MUSEU HISTÓRICO DE ITAJAÍ



YOGA

UNIR DA PELE PARA DENTRO DO ACERVO PARA FORA

TODA QUARTA - 18:30
AULA DE YOGA



PEÇA DO ACERVO EXCLUSIVA PARA A PRÁTICA

MUSEU HISTÓRICO DE ITAJAÍ



YOGA

UNIR DA PELE PARA DENTRO DO ACERVO PARA FORA

TODA QUARTA - 18:30
AULA DE YOGA



PEÇA DO ACERVO EXCLUSIVA PARA A PRÁTICA

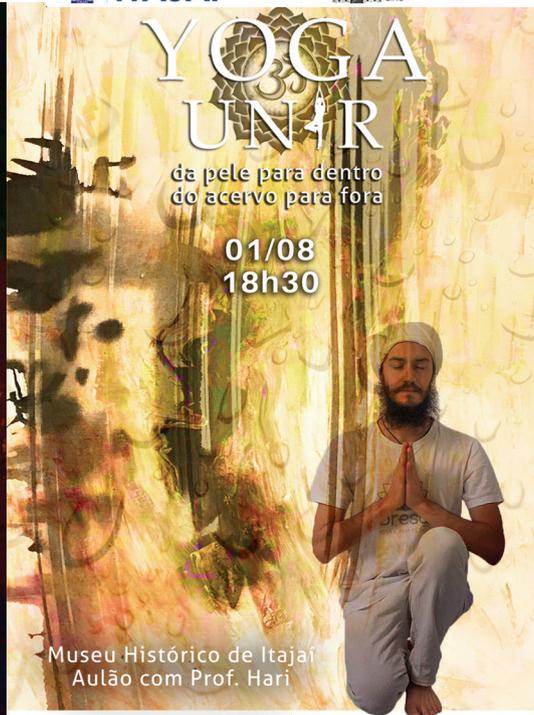
MUSEU HISTÓRICO DE ITAJAÍ



YOGA

UNIR da pele para dentro do acervo para fora

01/08
18h30



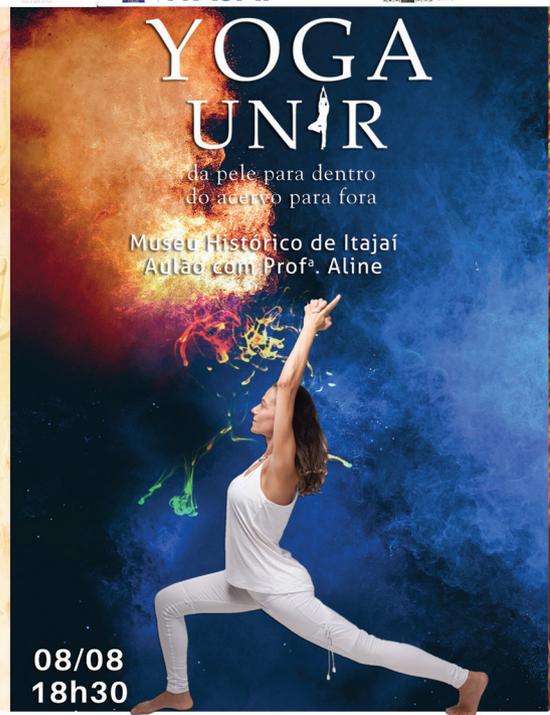
Museu Histórico de Itajaí
Aulão com Prof. Hari



YOGA

UNIR da pele para dentro do acervo para fora

Museu Histórico de Itajaí
Aulão com Profª. Aline



08/08
18h30



YOGA

UNIR da pele para dentro
do acervo para fora

Museu Histórico de Itajaí
Aula com Profª. Aline

08/08
18h30



YOGA

UNIR da pele para dentro
do acervo para fora

Museu Histórico de Itajaí
Aula com Prof. Hari

01/08
18h30



YOGA UNIR

DA PELE PARA DENTRO
DO ACERVO PARA FORA

TODA QUARTA - 18:30
AULA DE YOGA



PEÇA DO ACERVO EXCLUSIVA PARA A PRÁTICA

MUSEU HISTÓRICO DE ITAJAÍ

YOGA UNIR

DA PELE PARA DENTRO
DO ACERVO PARA FORA

TODA QUARTA - 18:30
AULA DE YOGA



PEÇA DO ACERVO EXCLUSIVA PARA A PRÁTICA

MUSEU HISTÓRICO DE ITAJAÍ

38 AULAS

1648
PESSOAS

MARÇO
A
NOVEMBRO

2018



YOGA UNIR

DA PELE PARA DENTRO
DO ACERVO PARA FORA

11/07
18h30

MUSEU HISTÓRICO DE ITAJAÍ
AULA COM PROFª. LÍCIA



YOGA UNIR

da pele para dentro
do acervo para fora

Museu Histórico de Itajaí
Aulão com Profª. Paola

14/11
18h30



YOGA UNIR

da pele para dentro
do acervo para fora
Museu Histórico de Itajaí
Aulão com Profª. Fernanda

24/10
18h30







Foto: João Paulo Kowalski



Foto: James de Paula.





Foto: James de Paula.



